

Relatório e Contas 2015



Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Mafra

Relatório e Contas 2015



Idealização, Pesquisa e Coordenação por:

Adélia Antunes

Ana Duarte

Daniel Ribeiro

Gonçalo Gamboa

José Cláudio

Impressão / Encadernação:

Valente Artes Gráficas

Sérgio Fernandes Unipessoal, Lda.

Fotografia:

Rafael G. Antunes

CONVOCATÓRIA

Na qualidade de Presidente da Mesa de Assembleia Geral da CAIXA DE CRÉDITO AGRÍCOLA MÚTUO DE MAFRA, CRL, e no cumprimento do que determinam os seus Estatutos, convoco a Assembleia Geral Ordinária da mesma CCAM para o dia 30 de março (Quarta-Feira), às 17H00 na Sede da Instituição, em Mafra, com a seguinte

Ordem de Trabalhos:

1. Discussão e Votação do Relatório, Balanço e Contas do Conselho de Administração, incluído o Parecer do Conselho Fiscal (Exercício de 2015);
2. Apreciação e Votação da Proposta de Aplicação de Resultados;
3. Apreciação e Votação da Declaração do Conselho de Administração relativa à Política de Remuneração dos Membros dos Órgãos de Administração e Fiscalização e demais Dirigentes da CCAM de Mafra;
4. Apreciação do relatório com os resultados da avaliação da implementação das políticas de remuneração praticadas na CCAM de Mafra.
5. Outros Assuntos de Interesse Colectivo.

Notas:

Nos termos do art. 25.º dos Estatutos, a Assembleia Geral reunirá, à hora marcada, se estiver presente mais de metade dos associados com direito de voto.

Se não estiver presente número suficiente de associados, a Assembleia reunirá, com qualquer número, uma hora depois.

Mafra e Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Mafra, aos 08 de março de 2016

O Presidente da Mesa da Assembleia Geral

Jorge Humberto Moreira Simões, Dr.

Mensagem da Presidente



Ao longo da sua História, a Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Mafra sempre prezou o seu contributo para o desenvolvimento económico, cultural e social de Mafra.

Ficou claro, desde muito cedo, que este seria um aspeto incontornável da sua missão, forte estímulo para o seu contínuo crescimento e expansão com benefício direto para os seus sócios e clientes.

Neste momento em que o sistema financeiro Português vê afetada a sua credibilidade e apresenta fragilidades demonstradas pela intervenção em quatro instituições financeiras desde a crise de 2008, pela baixa solvabilidade e pelos resultados negativos de algumas delas, este papel ainda se torna mais primordial.

A perda de soberania nacional de algumas instituições financeiras e a tendência para a concentração bancária e globalização, leva a um aumento da distância entre os centros de decisão e o sócio/cliente/investidor.

As decisões estratégicas dos novos centros de decisão estão longe das preocupações e necessidades nacionais.

Neste contexto, a missão da Caixa de Crédito Agrícola de Mafra torna-se um fator essencial e distintivo da outra banca, pois o centro de decisão está próximo do sócio e cliente e no caso da nossa Caixa ainda mais próximo, pela independência do SICAM.

A nossa instituição reporta diretamente ao Banco de Portugal, nos moldes de reporte definidos atualmente pela EBA (European Banking Authority), no âmbito da União Bancária Europeia, estando o centro de decisão no nosso concelho.

A nossa instituição é estratégica para os sócios, não ficando dependente de decisões transnacionais e o seu valor acrescentado promove diretamente o crescimento do concelho.

Assim, garantindo os objetivos referidos e dados os baixos níveis históricos da Euribor, continuamos a política de segurança dos valores que nos são confiados e adaptamo-nos às circunstâncias da conjuntura, servindo os nossos sócios e clientes, garantindo o apoio necessário em condições equitativas, mantendo a solidez da instituição.

Agradeço a confiança, fidelidade e dedicação dos sócios, clientes e colaboradores, todos eles imprescindíveis para a sustentabilidade da nossa instituição.

Sabemos que um longo e prestigiante passado, cuja construção assentou em valores éticos, de rigor e de segurança é uma vantagem competitiva para enfrentar um futuro pleno de desafios.

Temos a responsabilidade de proporcionar às gerações vindouras um futuro promissor.

Mafra, aos 10 de março de 2016

A Presidente do Conselho de Administração

Eng^a Maria Manuela Nina Jorge Vale

ÍNDICE



Órgãos Sociais

9



Relatório do Conselho de Administração

11



Demonstrações Financeiras

47



Anexo às Contas

57



Informação Carta-Circular Nº 2/2014/DSPDR

91



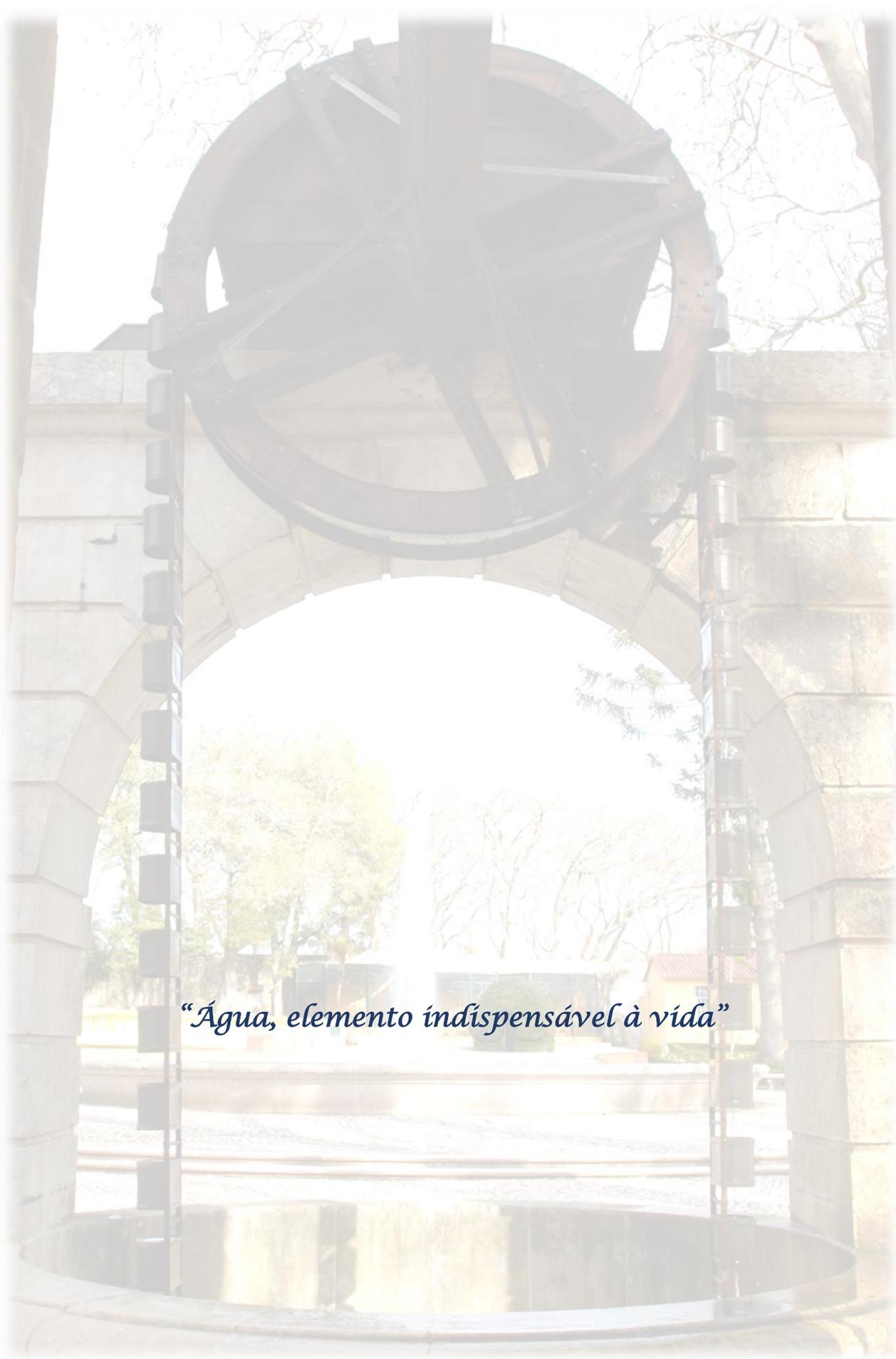
Parecer do Conselho Fiscal

113



Certificação Legal das Contas

119



“Água, elemento indispensável à vida”

ÓRGÃOS SOCIAIS

Assembleia Geral

Presidente | Dr. Jorge Humberto Moreira Simões
Vice-Presidente | José Manuel Silva Gomes
Secretário | Rogério Bernardes Miranda

Conselho de Administração

Presidente | Eng.ª Maria Manuela Nina Jorge Vale
Vice-Presidente | Adélia Maria M. G. Rodrigues Antunes
Vice-Presidente | Eng.º David Alexandre Neves Silva Jorge

Conselho de Administração Substituto

Hernâni José Gomes Rodrigues

Conselho Fiscal

Presidente | Dr. Mário Jorge Silvestre Neto
Secretário | Dr. Sérgio Nuno Dias Bento
Vogal | Dr. João Miguel Peralta Patrocínio Bento

Conselho Fiscal Substituto

Dr. César Miguel Carvalho dos Santos

Revisor Oficial de Contas (Efectivo)

Oliveira, Reis & Associados, SROC, n.º 23

Dr. Joaquim Oliveira de Jesus, ROC n.º 1056

Revisor Oficial de Contas (Suplente)

Dr. Fernando Marques Oliveira, ROC n.º 207





RELATÓRIO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Exercício de 2015

No cumprimento dos Estatutos da Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Mafra CRL, o Conselho de Administração apresenta o seu Relatório e Contas relativo ao exercício de 2015.

1 – ENQUADRAMENTO ECONÓMICO

ECONOMIA INTERNACIONAL

No ano de 2015 a economia mundial registou um crescimento de 3,1%, ligeiramente abaixo do valor registado em 2014 (3,3%).

A generalidade das principais economias emergentes registaram um decréscimo no seu crescimento, contrariamente ao que vinha a ser perspectivado para os BRIC, a China apresentou uma desaceleração do seu crescimento devido à reorientação da política económica para o mercado interno, enquanto o Brasil e Rússia apresentaram mesmo crescimentos negativos, excetuando-se a Índia, que registou uma aceleração do crescimento da sua economia.

No que se refere às economias avançadas, apoiadas em políticas orçamentais menos restritivas, apresentaram uma tendência de crescimento económico em 2015.

Esta evolução deveu-se à evolução favorável do preço das matérias primas e à política monetária do BCE de compra de ativos financeiros das várias economias europeias.

As flutuações do preço do petróleo levaram a um decréscimo acentuado nos preços das matérias-primas.

Na zona euro o crescimento do PIB foi de 1,5%, alicerçado no impacto da depreciação do euro e na política monetária do Banco Central Europeu, na manutenção das taxas de juro baixas e nos preços mais baixos dos produtos energéticos.

Mediante os baixos níveis de inflação e a intensificação dos riscos de deflação, a maioria dos bancos centrais manteve o grau de acomodação das políticas monetárias.

O BCE manteve a taxa principal de refinanciamento para 0,05% e da taxa de facilidade de depósito em valores negativos. Em 2015, a taxa EURIBOR atingiu valores negativos em praticamente todos os prazos.

A taxa de desemprego na União Europeia registava no final do ano um valor de 11%, mantendo a tendência de descida que já se observou em 2014, mas que ainda é afectada negativamente pelas taxas mais elevadas das economias periféricas, como Espanha ou Grécia

ECONOMIA NACIONAL

Após a recuperação já observada em 2014, assistiu-se a uma continuação da recuperação gradual da atividade económica durante o ano 2015. Esta evolução deverá traduzir-se numa taxa de variação média anual do Produto Interno Bruto (PIB) de 1,6%, valor ligeiramente superior ao verificado na média da Zona Euro.

As exportações, que aumentaram 5,3%, beneficiaram do incremento da procura externa e da recuperação económica de alguns parceiros comerciais como Espanha, França ou Itália, aproveitando também a depreciação do euro para um aumento das trocas com países fora da Zona Euro, nomeadamente alguns parceiros comerciais relevantes como o Reino Unido e os EUA.

O consumo privado cresceu 2,7% em 2015, traduzindo uma melhoria das perspectivas económicas e da confiança das famílias, que têm sentido uma evolução positiva, embora ainda ténue, do seu rendimento permanente e também da conjuntura das condições monetárias e financeiras.

A taxa de desemprego no ano 2015 fixou-se nos 11,8%. Não obstante a diminuição face a 2014 (13,9%), a percentagem de desempregados mantém-se historicamente elevada, situação agravada pelo fenómeno do desemprego de longa duração.

O défice orçamental rondará os 4,2% do PIB, sendo afectado directamente pela resolução do Banif, situação sem a qual teria sido possível atingir um valor aproximado de 3%.

O ano ficou marcado pelas eleições legislativas, pela incerteza em relação à formação do novo Governo e pelas perdas geradas no sistema bancário.

Setor bancário

Durante o ano de 2015 continuou-se a assistir a uma quebra de confiança no setor bancário, devido à necessidade de venda forçada do Banif por apenas 150 milhões de euros ao Santander Totta após a recapitalização inicial pelo estado Português num montante de 1 100 milhões de euros, seguido dum aumento de capital de 450 milhões de euros pelos investidores em Junho de 2014, e dado o não reembolso da totalidade da recapitalização como estava inicialmente previsto.

O sistema financeiro viu-se afetado também devido à indefinição do processo de privatização do Novo Banco e à tomada de decisão no fim do ano, pelo Banco de Portugal, de transferir dívida sénior de institucionais do Novo Banco para o BES.

Segundo a informação do Banco de Portugal, o volume de depósitos nacionais em 2015 aumentou 3,1%, para o qual contribui com muito maior importância os depósitos de particulares.

Contrariamente aos depósitos, o crédito bruto teve um decréscimo de 4,2%, desta vez explicado principalmente pela quebra ao nível das empresas, embora o crédito a particulares também tenha caído.

No que se refere às empresas apenas nos setores da agricultura e pescas e dos transportes e da armazenagem houve um aumento do crédito concedido em 5,3% e 7% respectivamente.

Face à conjuntura apresentada, são expectáveis fortes impactos no sector bancário, como de resto já se tem vindo a verificar, concretamente em:

- dificuldades na concessão de crédito face ao elevado nível de endividamento quer, das famílias, quer das empresas, pese embora a permanência das reduzidas taxas de juro;
- níveis de pricing e spreads muito competitivos pela intensificação do interesse da banca na concessão de crédito aos sectores industrial, agrícola e turismo;
- crescimento generalizado da concorrência entre os Bancos tradicionais e os novos concorrentes não bancários;
- impactos negativos na margem financeira, originados pela manutenção das reduzidas taxas Euribor e pelas limitações dos supervisores impostas no comissionamento;
- redução dos níveis de rentabilidade nos títulos de dívida pública;
- volatilidade dos mercados monetário e financeiro.

Estas dificuldades poderão ser atenuadas por alguns fatores que se preveem apresentar evoluções positivas, nomeadamente:

- crescimento do consumo privado, que poderá originar uma maior procura de crédito ao consumo e à habitação por parte dos particulares, e uma maior necessidade de financiamento ao investimento do lado das empresas;
- melhoria dos níveis de financiamento do Estado português que podem permitir melhoria nas condições de funding;
- aumento da taxa de poupança das famílias, com a tendência que temos vindo a assistir na procura de soluções de aforro.

Ao nível dos desafios que se deparam à Banca, não é possível ignorar as alterações que se vivem a nível social, nomeadamente no aumento dos níveis de desvinculação dos clientes, com um aumento exponencial da concorrência e na necessidade de inovação constante, fruto da procura de novos canais de comercialização e de comunicação, que levará a uma inevitável reformulação dos produtos e serviços oferecidos.

Sector Agrícola

Além do consumo interno, sempre fundamental, o crescimento das exportações é uma imagem do dinamismo que o sector agrícola continua atravessar. O quadro abaixo exemplifica o comportamento das exportações dos produtos da agricultura, por destino.

| Local de destino | Exportações (€) de bens por Local de destino e Tipo de bem | | |
|----------------------|--|------------------|------------------|
| | 2015 | 2014 | 2013 |
| | Produtos da agricultura, da produção animal, da caça e dos serviços relacionados | | |
| | € | € | € |
| Mundo | 1.046.654.742,00 € | 960.032.102,00 € | 818.528.292,00 € |
| Intra União Europeia | 885.475.153,00 € | 804.661.462,00 € | 696.341.513,00 € |
| Extra União Europeia | 161.179.589,00 € | 155.370.640,00 € | 122.186.779,00 € |
| PALOP | 29.323.524,00 € | 34.466.645,00 € | 30.291.791,00 € |
| Angola | 16.851.711,00 € | 23.598.865,00 € | 18.538.517,00 € |
| Brasil | 42.258.078,00 € | 44.677.020,00 € | 28.694.085,00 € |
| China | 47.617,00 € | 155.237,00 € | 756.611,00 € |
| Alemanha | 50.723.679,00 € | 23.379.499,00 € | 23.366.331,00 € |
| Espanha | 434.635.496,00 € | 396.678.276,00 € | 332.152.296,00 € |
| França | 94.491.267,00 € | 79.868.228,00 € | 83.466.394,00 € |
| Reino Unido | 57.670.035,00 € | 54.287.754,00 € | 55.980.838,00 € |
| Rússia | 8.171.868,00 € | 9.736.241,00 € | 8.284.162,00 € |
| Estados Unidos | 14.887.750,00 € | 3.155.629,00 € | 3.187.991,00 € |

Facilmente se constata a importância do comércio intracomunitário, com especial destaque para o forte crescimento das vendas para países como Espanha, Alemanha e França.

Fora da União Europeia são três os destaques: Angola e Brasil negativamente e os Estados Unidos pela positiva.

Obviamente que a queda acentuada dos preços do petróleo é um factor chave para o comportamento de Angola que, só em 2015, viu as receitas com a exportação de petróleo caírem para menos de metade face ao ano anterior, deixando o país mergulhado numa profunda crise financeira, económica e cambial.

A queda dos preços do crude é em parte também responsável pela recessão (-3,7%) que terá atingido o Brasil em 2015 e que voltará a ocorrer em 2016 (-4%).

Estes têm sido mercados com relevância para os agricultores do nosso concelho, nomeadamente no vinho e fruta.

Os Estados Unidos foram, em 2015, uma clara aposta do sector, que veio compensar as quebras nas exportações para os PALOP.

De acordo com o Instituto da Vinha e do Vinho, o sector do vinho exportou menos vinho, mas mais caro. Pelo sexto ano consecutivo, as exportações portuguesas de vinho cresceram em valor. E em 2015 novo máximo histórico foi atingido, com 737,3 milhões de euros vendidos aos mercados internacionais. O preço

médio é de 2,63 euros/litro, o mais elevado de sempre. Cada litro foi vendido, em média, 2,8% acima de 2014. Estes dados são mais relevantes, sobretudo atendendo à performance do mercado angolano, principal destino extracomunitário dos vinhos portugueses, que caiu no ano passado quase 24%. Em termos de mercados de destino, o Reino Unido, com 4,02 euros de preço médio, os Estados Unidos e o Canadá, ambos com quatro euros por litro, e Espanha, com 3,87 euros, são os países que mais caro estão dispostos a pagar o vinho português.

No sector hortofrutícola, encontraram-se alternativas ao mercado brasileiro (que absorvia cerca de 40% das exportações de Pera Rocha) e aos efeitos do embargo russo, que fez aumentar a oferta de fruta no mercado europeu. A aposta na Alemanha produziu resultados, com um aumento de 150% no valor de exportação de Pera Rocha – 7,5 mil toneladas, e procurou-se a abertura de outros mercados da América Latina, nomeadamente da Colômbia, México e Peru.

Os dados divulgados apontam para um valor de exportação superior a 650 milhões €, a que se deverão acrescentar mais 350 milhões € de transformados. Ou seja, o sector hortofrutícola ultrapassou os mil milhões de euros em exportações, registando nessa área um crescimento de 16% face ao ano de 2014.

2 – ATIVIDADE FINANCEIRA E COMERCIAL DA CCAM DE MAFRA

O exercício de 2015 continuou a pautar-se por uma política de gestão rigorosa, clara, bem definida, transparente, segura e coerente.

A CCAM apresenta uma situação confortável, salientando-se o rácio de Core Tier 1 de 25,17% e o rácio de transformação de 52%, com base nos valores de balanço.

No que se refere à concessão de crédito, pese embora tenhamos ultrapassado os valores previstos, reduzimos o montante global face ao ano transato, por ausência de maior número de projetos de investimento, tendo, contudo, a quebra de 2,9% sido inferior à quebra nacional de 4,2%. O SICAM apresentou um aumento de crédito bruto de 3,5%, tendo contudo apresentado uma quebra na margem financeira de 1,2%, enquanto na nossa instituição a margem financeira cresceu 3,1%, fruto sobretudo das taxas de juros das aplicações nos ativos disponíveis para venda por reconversão a partir de depósitos a prazo noutras instituições.

A apresentação diminuta dos pedidos de crédito foi motivada pela ainda persistente falta de confiança dos investidores, resumindo-se essencialmente a crédito ao consumo. Contudo, atuámos ativa e atentamente, adotando as soluções adequadas de forma a mantermos, tanto quanto possível, a carteira dos nossos associados e clientes.

Realçamos com agrado os resultados obtidos com o acréscimo nas captações de recursos, neste exercício de 2015, de 4,8%, valor também superior à média nacional de 3,1%.

Congratulamo-nos com a demonstração da credibilidade que merecemos dos nossos associados e clientes o que foi comprovado, mais uma vez, num clima de turbulência que envolve algumas das instituições bancárias a atuar no mercado nacional.

A área de ação e rede comercial da nossa Caixa de Crédito, atuando em 6 agências, acrescida de um serviço de prospeção comercial direto e com 25 máquinas ATM instaladas à data de 31 de Dezembro de 2015 (tendo existido já o acréscimo de 2 máquinas em 2016, reforçando o seu número em locais de maior procura – “Loja do Cidadão” e “Município de Mafra”), circunscreve todo o concelho, permitindo-nos deste modo a afirmação de sermos “o Banco do Concelho”.

No que se refere ao crédito em contencioso constata-se um aumento considerável, baseado essencialmente em 4 mutuários, pese embora exista uma perspetiva de resolução da quase totalidade do montante no decurso de 2016. Continua também a verificar-se uma morosidade excessiva na resolução judicial do crédito em contencioso face à falta de eficiência do sistema, prejudicando assim a capacidade de recuperação de crédito quer em tempo quer em valor. Não obstante, perspetivam-se algumas resoluções (hastas públicas) durante o ano de 2016 que terão um efeito significativo no montante total do crédito em contencioso.

Em função do descrito, mantivemos a prática de reforço de provisões para crédito vencido, representando uma cobertura de 97,17%.

Apraz-nos registar a continuação da recuperação do sector primário, valorizando um modelo de desenvolvimento de criação de riqueza nacional. Esta CCAM, que no seu papel de cooperativa, sempre apoiou o desenvolvimento agrícola, até pela sua inserção num concelho com raízes fortemente agrícolas, assiste com agrado à continuação do crescimento de um sector económico indispensável para a recuperação económica do país.

Para além do sector primário, o nosso concelho apresenta uma grande diversidade de atividades.

2.1 - Atividade Económica no Concelho de Mafra

O concelho de Mafra caracteriza-se com maior peso no setor terciário, seguindo-se-lhe o secundário e primário, respetivamente.

Terciário: “Comércio por grosso e retalho” e “serviços administrativos e de apoio”. Releva-se o peso que a construção exerceu no crescimento do concelho, pese embora o seu declínio nos últimos anos tenha afetado a economia local e que ainda não recuperou, contudo, foi celebrado neste exercício um Protocolo

com o Município de Mafra referente ao programa “Mafra Requalifica”, destinado à requalificação urbana do Concelho, uma nova tendência que tem vindo a aumentar em detrimento da construção.

Salienta-se também o “Turismo”, com maior expressão nas freguesias de Mafra e Ericeira, para o que contribui a magnitude do Convento/Palácio Nacional de Mafra, incluindo na sua envolvente a Tapada Nacional de Mafra. A par, destaca-se toda a costa do concelho, relevando-se o “surf” bem como a gastronomia.

Secundário: Salienta-se a indústria transformadora de carnes; a panificação, já com marca registada; o vinho, destacando-se a recuperação de uma casta única e a cerâmica, pese embora esta última seja uma atividade em redução.

Primário: Destaca-se a produção da “pêra rocha”, “morangos”, “limão”, “vinha”, “hortícolas” e de “leite”.

Neste contexto, o concelho de Mafra apresenta uma diversidade de atividades, do que resulta um equilíbrio económico.

A CCAM de Mafra continuará a apoiar os vários setores.

Neste âmbito, a Caixa participou intensamente nos trabalhos para a constituição de um Grupo de Ação Local (GAL) em parceria com diversas entidades públicas e privadas dos concelhos de Mafra, Sintra e Loures. Este GAL tem a designação de A2S – Associação Para o Desenvolvimento Sustentável da Região Saloia e a Caixa Agrícola de Mafra é um dos sócios fundadores.

Regista-se também em 2015 a inauguração do Ericeira Business Factory, que será complementado pelo Mafra Business Factory, onde esta CCAM é um dos parceiros estratégicos, embora ainda não se encontrem plenamente implementados, pela delonga no apoio por parte do IAPMEI no âmbito dos Protocolos FINICIA.

No âmbito dos Protocolos, destaca-se ainda a manutenção das Linhas de Crédito existentes com as Cooperativas do Concelho, em vigor há cerca de uma década, e das quais se tem observado um aumento da utilização, tendência que é esperada também em 2016.

Realça-se um montante de crédito concedido ao setor vitivinícola, no âmbito destes Protocolos, na ordem de € 350.000, o que corresponde a cerca de 42% do crédito concedido à agricultura, no exercício de 2015.

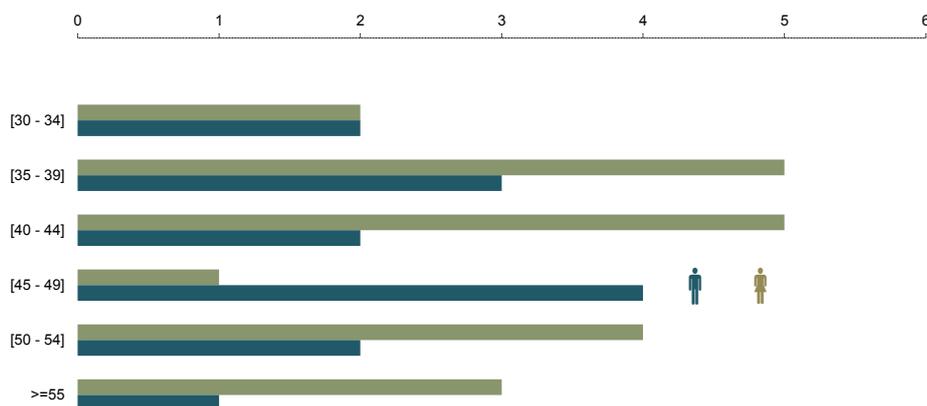
3 – RECURSOS HUMANOS

Os recursos humanos são um dos principais ativos de qualquer instituição, o que se confirma na nossa Caixa de Crédito, por esse facto são alvo de uma permanente atenção ao nível da formação e do

desenvolvimento profissional com vista ao bom desempenho. Para tal aposta-se na formação adequada, de modo a constituírem-se equipas técnicas e comerciais bem preparadas, disponíveis, dedicadas e orientadas para o bom funcionamento da Instituição.

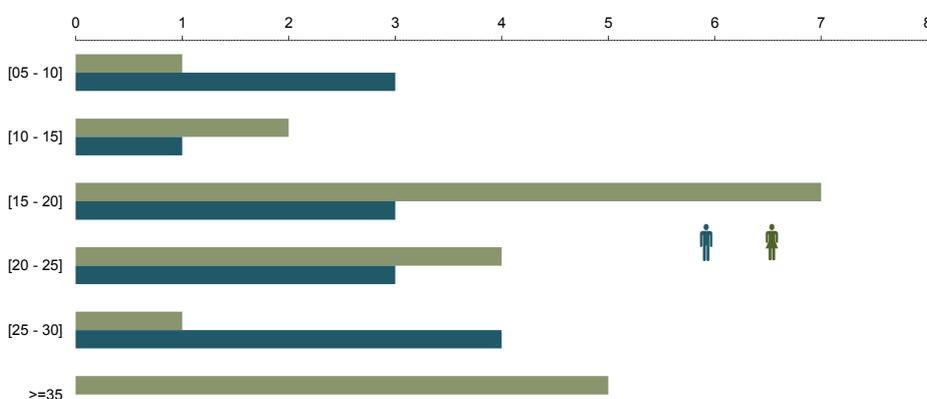
O quadro de pessoal é composto por 34 elementos administrativos, prevalecendo os elementos femininos que representam 60%.

A média etária situa-se nos 43 anos, sendo que é no escalão [35 – 39] onde se encontra o maior número de colaboradores.



Antiguidade

A antiguidade nesta Caixa de Crédito é em média de 20 anos, sendo que é no escalão [15 – 20] onde se encontra o maior número de colaboradores.



4 – AÇÃO SOCIAL

Ao contrário do que habitualmente fazemos, entendemos enunciar parte da ação social da nossa Instituição, essencialmente dirigida aos jovens e à 3ª idade, que sentimos como responsabilidade perante a comunidade, salientando:

- Apoio didático, incluindo os custos de um psicólogo (há cerca de 10 anos consecutivos) numa escola oficial de Mafra; material informático e atribuição de subsídios a estudantes carenciados.

- Apoio a Escuteiros e camadas jovens de associações desportivas/culturais.

- Apoio a Lares e Centros de Dia.

Também nos merece igual atenção a área cultural, pelo que intervimos junto de algumas entidades, nomeadamente Tapada Nacional de Mafra, Palácio Nacional de Mafra, publicações de livros e apoios às diversas associações culturais (ranchos folclóricos, bandas de música, grupos corais, entre outros).

5 - VISÃO, MISSÃO E VALORES

Visão - Instituição financeira cooperativa de âmbito regional, criando valor aos associados, aos clientes e à região.

Missão - Somos o motor de desenvolvimento do concelho, através de relações de proximidade com os associados e clientes, respondendo aos seus projetos financeiros, de acordo com os princípios que nos norteiam.

Valores

- solidez;
- confiança;
- honestidade;
- responsabilidade;
- rigor;
- transparência e profissionalismo.

6 – GESTÃO DE RISCOS

A unidade de estrutura de Gestão de Risco e Análise do Reporte Prudencial manteve no decurso de 2015 a função de definição de processos que assegurem apropriada compreensão da natureza e da magnitude dos riscos subjacentes à atividade da CCAM de Mafra, de forma a permitir uma implementação adequada da estratégia e do cumprimento dos objetivos delineados pela Instituição, e tendo por base as “best practices” emanadas pelas entidades reguladoras e de supervisão. Este é um processo transversal e

integrado na instituição, agindo preventivamente nas situações que possam colocar em causa a situação financeira da instituição, criando e melhorando controlos e ferramentas eficazes para acompanhar, monitorizar, avaliar e controlar os riscos materialmente mais relevantes.

No seguimento da política de gestão de riscos exigida pelo Banco de Portugal, o exercício de 2015 foi marcado pela continuidade dos reportes ao órgão de supervisão, principalmente através da elaboração dos seguintes relatórios:

Relatório sobre o Sistema de Controlo Interno – A existência de um Sistema de Controlo Interno adequado e eficaz assume uma importância fulcral na estabilidade e segurança das Instituições e consequentemente do próprio sistema financeiro, garantindo um efetivo cumprimento das obrigações legais e dos deveres a que as Instituições se encontram sujeitas e uma apropriada gestão dos riscos inerentes às atividades desenvolvidas. Assim, é elaborado anualmente um Relatório sobre o Sistema de Controlo Interno vigente na Instituição.

Relatório de ICAAP – O cálculo do ICAAP (Internal Capital Adequacy Assessment Process), permite a determinação do nível de capital interno subjacente ao perfil de risco a que se encontra exposta a instituição.

Relatório da Disciplina de Mercado – Este relatório anual de divulgação pública de informação, é obrigatório e de possibilidade de consulta online no sítio da Internet. Apresenta um detalhe exaustivo sobre a solvabilidade da instituição, assim como das suas políticas e práticas de gestão, de acordo com o Regulamento (EU) nº 575/2013 do Parlamento Europeu e do Conselho de 26 de junho de 2013.

Relatório de Branqueamento de Capitais – Em matéria de Prevenção do Branqueamento de Capitais e Financiamento do Terrorismo, procura-se minimizar eficazmente possíveis ocorrências, bem como os impactos que delas podem advir. O modelo de gestão de risco implementado na CCAM de Mafra nesta matéria assenta primordialmente no conhecimento dos seus clientes (Know Your Customer), fundamentado na relação de proximidade que a caracteriza e que se traduz numa expectativa sobre o seu comportamento futuro, tendo em consideração o tipo de cliente e a relação de negócio existente, pelo que desvios ao perfil conhecido do cliente são encarados como fatores de risco.

Relatório sobre Stress Tests – Embora se mantenha a obrigatoriedade de realização de Stress Tests de acordo com a Instrução nº 4/2011, que divulga as orientações para a realização de análises de sensibilidade, o Banco de Portugal isentou esta CCAM do envio desta formação. Não obstante, verifica-se que os níveis de solvabilidade e liquidez são adequados, e que a instituição tem capacidade para absorver o impacto de acontecimentos adversos.

Relatório sobre Imparidade da Carteira de Crédito - O relatório sobre a imparidade da carteira de crédito da CCAM de Mafra tem por objetivo a obtenção de um grau de segurança aceitável de que as metodologias de cálculo de imparidade implementadas permitem uma avaliação do risco associado à carteira de crédito e uma quantificação das respetivas perdas incorridas, conforme previsto na Instrução n.º 5/2013 do Banco

de Portugal. Nesta matéria foi também publicada a Carta-Circular n.º 2/14/DSPDR que procede à sistematização e divulgação dos critérios de referência, bem como dos princípios que suportam a avaliação das instituições sujeitas à supervisão do Banco de Portugal que utilizam metodologias de cálculo de imparidade, nos termos previstos na Norma Internacional de Contabilidade 39 "Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração" (IAS 39), para avaliação do risco associado à carteira de crédito e quantificação das respetivas perdas incorridas.

Plano de Recuperação – O Plano de Recuperação, de acordo com o definido no Aviso n.º 3/2015 do BdP, visa identificar as medidas suscetíveis de serem adotadas em cenários de desequilíbrios de Capital e/ou Liquidez, de forma a garantir que as Instituições de Crédito estão em condições de reagir de forma mais célere, mas também mais estruturada, em situações de dificuldades financeiras. A CCAM de Mafra foi considerada pelo BdP uma Instituição com obrigações de reporte simplificadas nesta matéria (efetuado a cada 2 anos), pelo que no exercício de 2015, este Plano não foi realizado.

Na sequência da elaboração destes relatórios, e com base no Modelo de Avaliação de Riscos (MAR) implementado, depreendemos que os riscos são fatores inerentes à atividade, pelo que continuamos atentos e despertados, atuando com rigor, profissionalismo, disponibilidade e dinamismo, de forma a garantir aos nossos associados e clientes a segurança dos valores que nos confiam.

Assim, os riscos materialmente relevantes para a instituição, são os que passamos a descrever:

RISCO DE CRÉDITO

Este risco corresponde à probabilidade de ocorrência de impactos negativos nos resultados ou no capital, devido à incapacidade de uma contraparte cumprir os seus compromissos financeiros perante a Instituição, incluindo possíveis restrições à transferência de pagamentos do exterior.

O Risco de crédito, pela relevância material de que se reveste, é o principal risco subjacente à atividade Bancária, não obstante a sua interligação com os restantes riscos.

A estratégia da CCAM de Mafra fundamenta-se no acompanhamento da sua carteira de clientes, atendendo à limitação geográfica associada ao seu objeto social. As principais linhas de negócio encontram-se relacionadas com o desenvolvimento do mundo rural, com créditos aos agricultores incluindo o seu bem-estar social, o crédito à habitação, créditos a PME e créditos de natureza individual, utilizando-se para o efeito os produtos disponíveis no mercado. O controlo das operações fundamenta-se num detalhado conhecimento das mesmas por parte do Conselho de Administração da CCAM de Mafra.

Sendo o risco de crédito o materialmente mais relevante na atividade da CCAM de Mafra, e aquele que consome mais capital interno, encontra-se devidamente implementada uma política de concessão de crédito assente em critérios conservadores e rigorosos.

Algumas das principais técnicas utilizadas na mitigação do risco de crédito são as Garantias Reais (cauções-depósitos em numerário efetuados junto da Instituição, hipotecas de bens imóveis), reforço da taxa de provisionamento do Crédito Vencido e a diversificação setorial da carteira de Crédito.

RISCO DE MERCADO

Probabilidade de ocorrência de impactos negativos nos resultados ou no capital, devido a movimentos desfavoráveis no preço de mercado dos instrumentos da carteira de negociação, provocados por flutuações em taxas de juro, taxas de câmbio, cotações de ações ou preços de mercadorias.

O controlo dos riscos de mercados enquadra-se no âmbito do exercício da atividade da Instituição e do cumprimento das regras e exigências aplicáveis.

Este risco resulta da conjugação de vários riscos, incluindo o risco de crédito, de taxa de juro, de liquidez, operacional e de “compliance”, aos quais acrescem os impactos provocados pelas oscilações das variáveis macroeconómicas e o comportamento da concorrência.

Acompanhamos a evolução destes fatores de uma forma periódica, tempestiva e adequada à definição das suas políticas, procurando minimizar os riscos de mercado, nomeadamente, no mercado específico onde atuamos e de onde provêm a maioria dos clientes que servimos, quer ao nível do crédito, quer ao nível da captação de recursos. Acompanhamos e avaliamos as tendências de mercado, mantendo, contudo, uma política própria, adequada ao mercado, à nossa estrutura e aos meios de que dispomos.

RISCO DE TAXA DE JURO

Probabilidade de ocorrência de impactos negativos nos resultados ou no capital, devido a movimentos adversos nas taxas de juro, por via de desfasamentos de maturidades ou de prazos de refixação das taxas de juro, da ausência de correlação perfeita entre as taxas recebidas e pagas nos diferentes instrumentos, ou da existência de opções embutidas em instrumentos financeiros do balanço ou elementos extrapatrimoniais.

Em concreto, a CCAM de Mafra pretende identificar e analisar atempadamente os impactos que a taxa de juro pode vir a sofrer no caso de um choque standard, medindo e controlando os riscos a que a Instituição está ou poderá vir a estar exposta, e em conformidade, afetar recursos e capital interno para a cobertura adequada desses riscos.

RISCO ESTRATÉGIA

Este risco encontra-se inerente aos demais tipos de risco, p.e. risco mercado, taxa de juro, de crédito, e em linha de conta com os objetivos delineados pelo Conselho de Administração para a CCAM de Mafra e,

para tal, os objetivos da Instituição passam pelo cumprimento integral do que é proposto, tendo como base as regras/normas existentes.

A CCAM de Mafra assume como principais eixos de desenvolvimento e diferenciação estratégicos a prestação de serviços caracterizados pela excelência e proximidade do cliente.

A atividade da Instituição encontra-se essencialmente assente na intermediação financeira através da captação de recursos dos associados e clientes e posterior aplicação dos mesmos, complementada através da comercialização de seguros e de fundos. Estas operações são efetuadas através da CA Seguros, CA Vida e Caixa Central, assumindo a CCAM de Mafra um papel de intermediário nas mesmas. O crescimento sustentado da atividade é acompanhado por políticas de reforço continuado, com enfoque nos níveis de eficiência da Instituição e pela manutenção de uma rigorosa disciplina de capital.

A mitigação deste risco é efetuada através dos seguintes procedimentos:

- Clarificação das competências de cada funcionário;
- O cumprimento das normas internas;
- Utilização do conhecimento profundo do meio em que é desenvolvida a atividade/operações;
- A Formação profissional e Auto Formação.

RISCO CONCENTRAÇÃO

A concentração de riscos constitui um dos principais fatores potenciais de perda a que uma instituição de crédito se encontra sujeita. Num cenário de concentração, as perdas originadas por um número reduzido de exposições podem ter um efeito desproporcionado, confirmando o relevo da gestão deste risco na manutenção de níveis adequados de solvabilidade.

O risco de concentração é um dos tipos de risco a que a CCAM de Mafra se encontra exposta, nomeadamente em três vertentes:

Geográfica - Decorrente do RJCAM, o âmbito de ação da CCAM de Mafra encontra-se limitado geograficamente, pelo que o risco de concentração (vertente zona geográfica) assume alguma relevância na determinação do risco total.

Sectorial - Esta vertente do risco de concentração consiste na exposição significativa a grupos de contrapartes de um determinado sector de atividade.

O risco de concentração por sector de atividade é desde logo limitado pelas disposições constantes no RJCAM, uma vez que estas restringem o limite de concessão para operações de crédito com finalidades distintas das previstas no artigo 27º (fins não agrícolas) estabelecendo o limite de 35% do valor do

respetivo ativo líquido, pelo que, fora dos fins agrícolas, a CCAM de Mafra encontra-se limitada na atividade de concessão de crédito.

Grandes riscos - Entende-se por “grupo de clientes ligados entre si” duas ou mais pessoas singulares ou coletivas que constituam uma única entidade do ponto de vista do risco assumido, por estarem de tal forma ligadas que, na eventualidade de uma delas se deparar com problemas financeiros, a outra ou todas as outras terão, provavelmente, dificuldades em cumprir as suas obrigações.

O Limite de exposições a riscos, perante um cliente ou grupo de clientes ligados entre si não pode ser superior a 25% dos fundos próprios, assim como, o limite de exposições perante Instituições não pode exceder o estipulado no Aviso nº 9/2014 do Banco de Portugal.

RISCO OPERACIONAL

Probabilidade de ocorrência de impactos negativos nos resultados ou no capital, decorrentes de falhas na análise, processamento ou liquidação das operações, de fraudes internas e externas, da atividade ser afetada devido à utilização de recursos em regime de "outsourcing", de processos de decisão internos ineficazes, de recursos humanos insuficientes ou inadequados ou da inoperacionalidade das infraestruturas.

O Risco Operacional é gerido no âmbito do desenvolvimento regular da atividade, quer através da definição de normas, procedimentos, segregação de funções, delegação de competências, quer dos respetivos controlos operacionais implementados.

7 – INFORMAÇÃO SOBRE A REMUNERAÇÃO DOS MEMBROS DOS ÓRGÃO SOCIAIS

A política de remunerações que vigorou durante o exercício de 2015 resulta da reunião das reuniões da Assembleia Geral de 8 de Dezembro de 2012 e 7 de Dezembro de 2013 a ser observada durante o mandato de 2013/2015, onde consta a composição das remunerações dos órgãos de Administração e de Fiscalização, que veio a ser aprovada por unanimidade.

Relativamente aos deveres de informação quantitativa descritas no art. 17º do Aviso nº 10/2011 do Banco de Portugal, sobre a Política de Remunerações, o quadro anexo representa os valores discriminados, dos órgãos de Administração e Fiscalização, no seu montante bruto anual das remunerações auferidas.

INFORMAÇÃO SOBRE A REMUNERAÇÃO DOS MEMBROS DOS ÓRGÃOS SOCIAIS EM 2015/2014

| | Rendimento Bruto Anual | |
|--|-------------------------------|--------------|
| | 2015 | 2014 |
| Conselho de Administração | | |
| <i>Administradores Não Executivos</i> | | |
| Presidente | € 94 269,94 | € 94 455,53 |
| Vice- Presidente | € 45 791,80 | € 46 706,67 |
| <i>Administrador Executivo</i> | | |
| Vice- Presidente | € 148 443,40 | € 147 680,48 |
| Conselho Fiscal | | |
| Presidente | € 14 704,80 | € 13 479,40 |
| Vogais (2 elementos com igual rendimento) | € 7 188,96 | € 5 391,72 |

A remuneração do Conselho fiscal, tendo em atenção a natureza da função deste órgão, consiste numa contrapartida de montante fixo por presença, sem quaisquer acréscimos ou outras prestações.

Não existem remunerações variáveis com base em eventuais lucros da CCAM de Mafra.

A remuneração do Revisor Oficial de Contas é estabelecida com base nas práticas de mercado e definida no âmbito do contrato de prestação de serviços de revisão de contas, e no ano de 2015 foram pagos os montantes descritos na Nota 35, do anexo às Demonstrações Financeiras.

O montante da remuneração variável devida, resulta do desempenho individual dos colaboradores, é de € 35.000, e será distribuída pelo universo de 30 colaboradores em 2016, tendo em conta o seu desempenho durante o ano de 2015.

Não se registaram admissões ou rescisões do contrato de trabalho, no quadro de colaboradores que exercem funções de controlo.

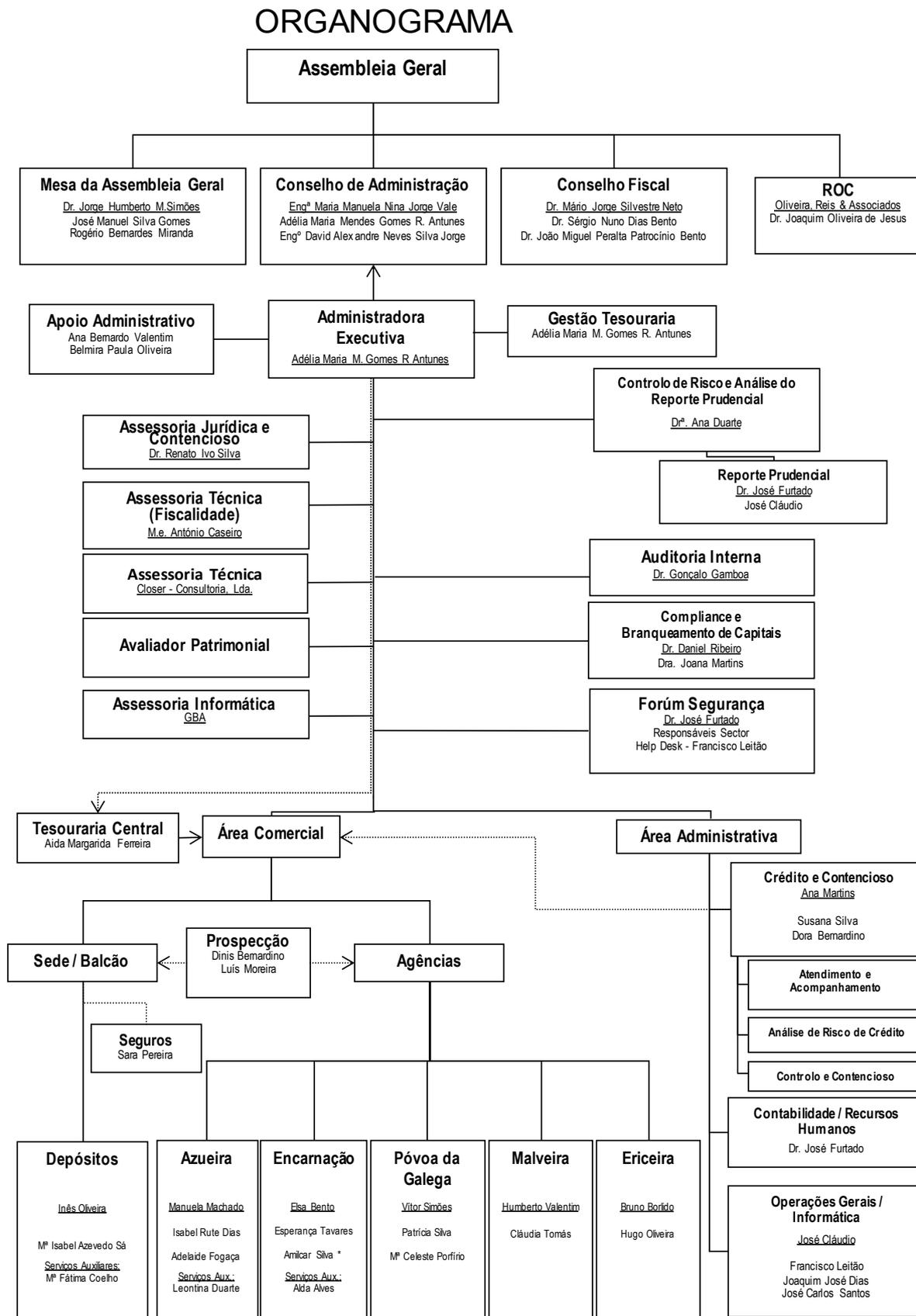
8 - POLÍTICA DE REMUNERAÇÃO DOS TITULARES DE FUNÇÕES ESSENCIAIS E COLABORADORES

Dando cumprimento ao disposto no nº 3 do art. 16º do Aviso nº 10/2011 do Banco de Portugal, é prestada a seguinte informação:

- Os colaboradores entendidos de acordo com o art. 2º do Aviso nº 10/2011 do Banco de Portugal, auferem de uma remuneração fixa paga 14 vezes por ano, de acordo com as condições dispostas no ACTV do Crédito Agrícola;

- De acordo com as funções em que o nível de responsabilidade e exigência de disponibilidade assim o justifique é atribuída uma hora de isenção de horário de trabalho;
- Atendendo ao disposto no nº 3 do art. 17º do Aviso nº 10/2011 do Banco de Portugal, são três os colaboradores abrangidos pelo art. 13º, isto é, que desempenham funções de controlo previstas no Aviso nº 5/2008 do Banco de Portugal, que auferiram a remuneração global bruta de € 133.075,25.
- As remunerações totais dos restantes 31 colaboradores durante o exercício de 2015, foram de € 931.271,03.

9 – ORGANOGRAMA DA CCAM DE MAFRA

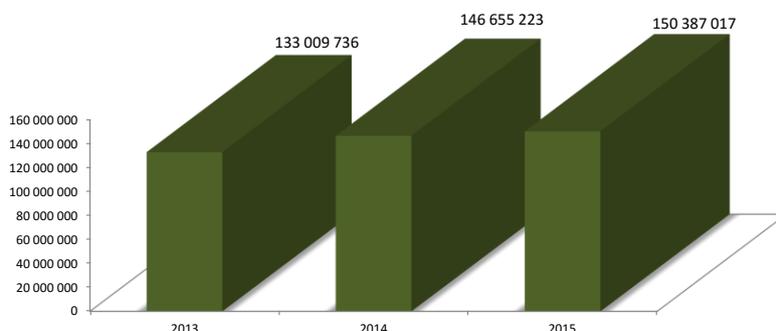


* - Elemento com funções rotativas, podendo em qualquer momento ser transferido(a) para quaisquer outras instalações dentro dos limites fixados para efeitos de referência na cláusula 30ª do ACTV das ICAM's.

ANÁLISE DE GESTÃO

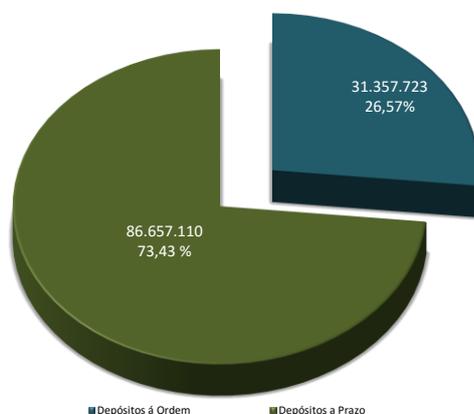
ATIVO LÍQUIDO

O ativo líquido da CCAM de Mafra é em 31 de Dezembro de 2015 de € 150.387.017, sendo que em 31 de Dezembro de 2014 era de € 146.655.223, verificando-se um aumento de 3,92% face ao exercício anterior.

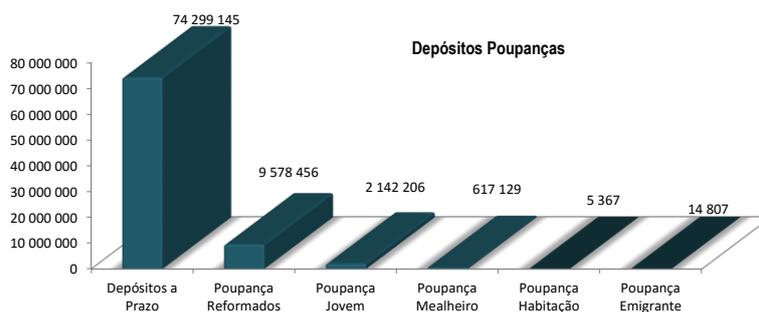


RECURSOS ALHEIOS

No ano de 2015 atingimos junto dos nossos clientes o montante de captações de € 118.014.833, observando-se um aumento de 4,76% face ao ano anterior. Nos Depósitos à Ordem ocorreu um aumento de 14,89% e nos Depósitos a Prazo de 1,52%.

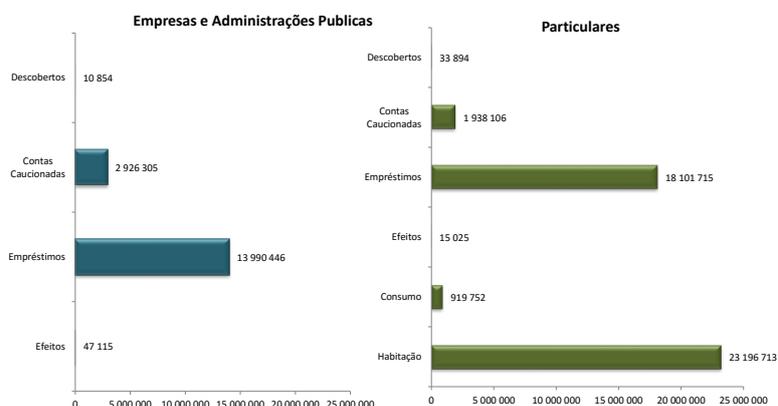


O montante de € 31.357.723 é referente aos Depósitos à Ordem e o montante de € 86.657.110 referente aos Depósitos a Prazo e a Depósitos de Poupanças, sendo que estes se decompõem da seguinte forma:

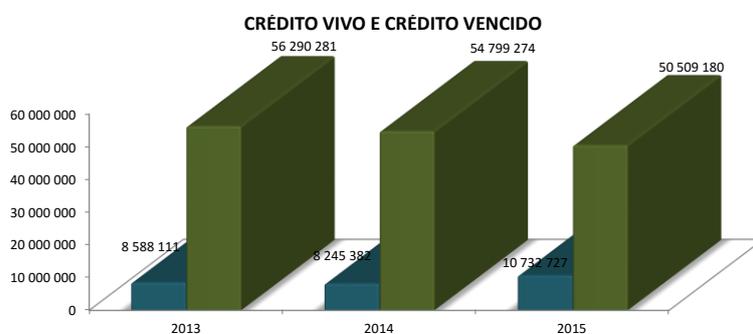


CRÉDITO CONCEDIDO

O Crédito Total sobre Clientes em 31 de Dezembro de 2015 cifra-se em € 61.241.906, tendo-se verificado uma diminuição de € 1.802.749, que se traduz numa diminuição de 2,867% face ao ano anterior.

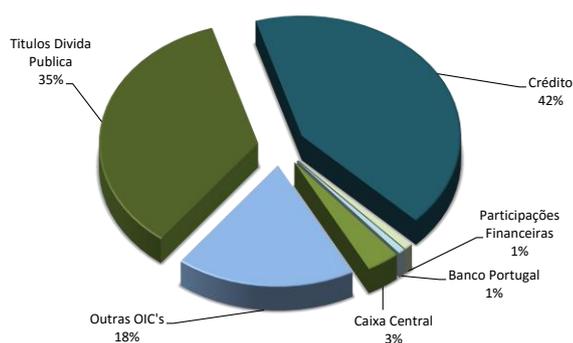


O valor da provisão para crédito vencido é de € 10.429.390, representando uma taxa de cobertura de 97,17% do total do Crédito Vencido no montante de € 10.732.727. Apresenta um rácio Crédito Vencido Líquido de Provisões / Crédito Total de 0,5%.



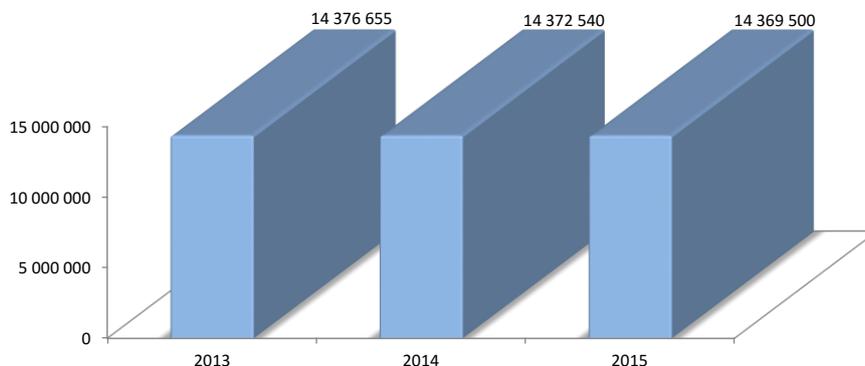
APLICAÇÕES

As Aplicações da Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Mafra no ano de 2015 atingiram o montante de € 145.792.857.



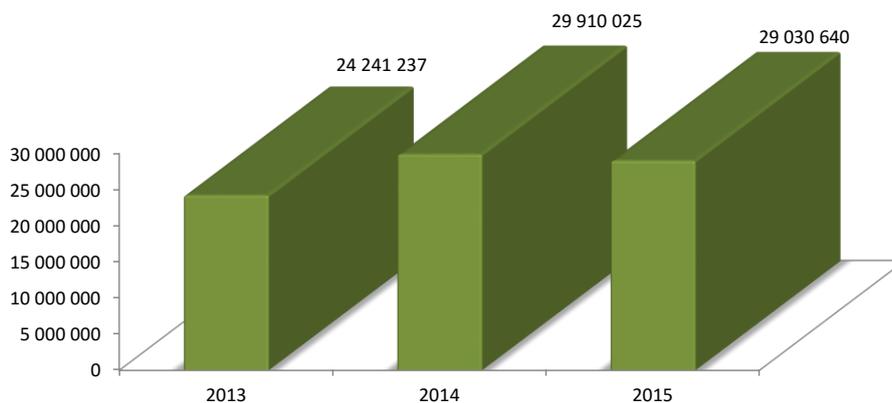
CAPITAL SUBSCRITO

O Capital subscrito da Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Mafra, em 2015, atingiu o montante de € 14.369.500.



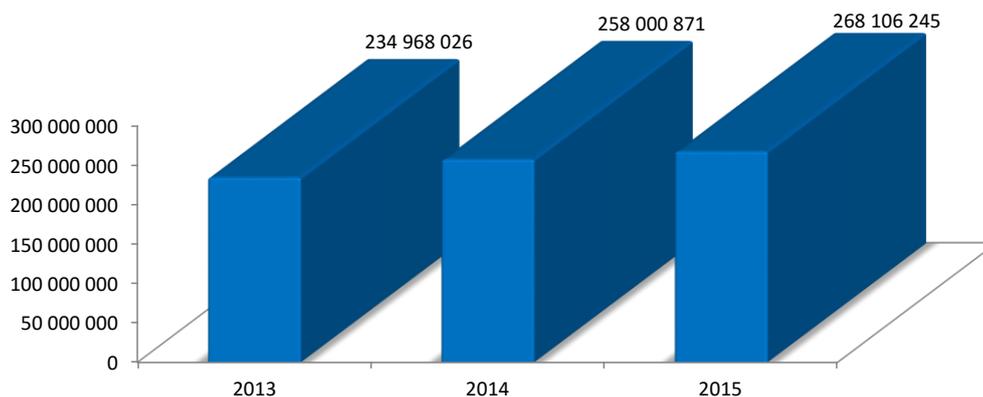
CAPITAL PRÓPRIO

O Capital Próprio da Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Mafra apresenta um montante em 31 de Dezembro de 2015 de € 29.030.640, tendo-se verificado uma diminuição de € 879.385 face a Dezembro de 2014. Esta diminuição foi provocada pela desvalorização dos Títulos de Dívida Pública que afetaram as Reservas de Reavaliação destes.

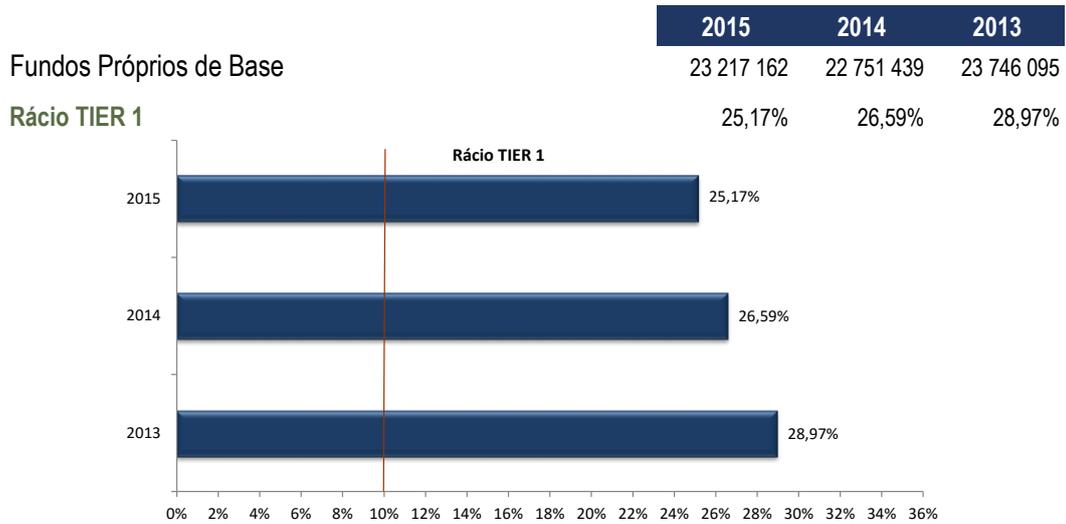


VOLUME DE NEGÓCIOS

O Volume de Negócios da Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Mafra atingiu em 2015 o montante de € 268.106.245.



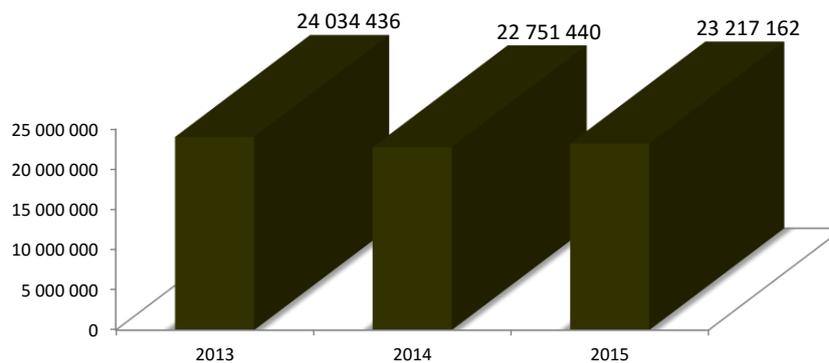
SITUAÇÃO FINANCEIRA



A redução observada no Rácio Core Tier 1 deve-se à forma de cálculo do mesmo e à aplicação das disposições transitórias previstas no Aviso nº 6/2013 do BdP, que permite a aplicação faseada dos requisitos prudenciais instituídos pelo Regulamento EU nº 575/2013.

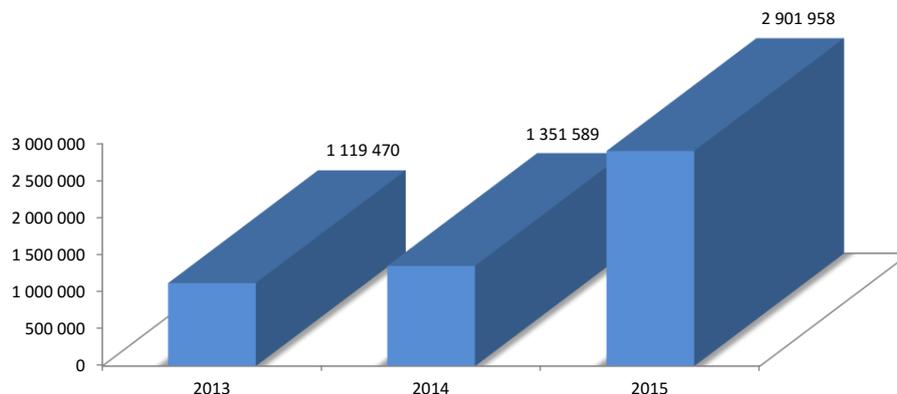
FUNDOS PRÓPRIOS

Os Fundos Próprios da Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Maфра, em 2015, atingiram o montante de € 23.217.162 tendo aumentado € 465.722 face a 2014.



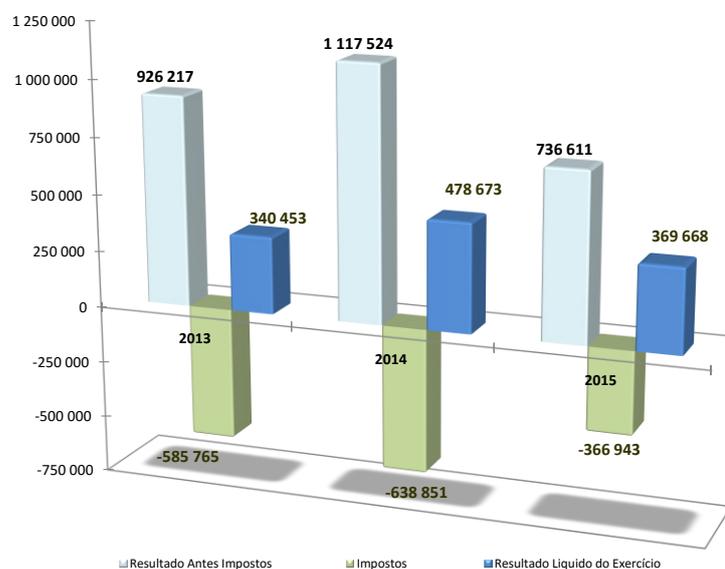
CASH FLOW

O “cash flow” cifrou-se em 31 de Dezembro de 2015 no montante de € 2.901.958.



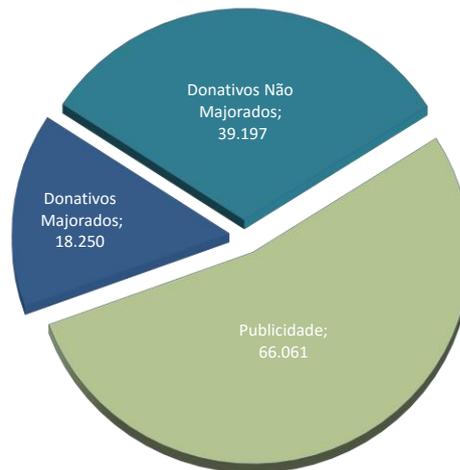
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO

O Resultado Líquido do exercício atingiu € 369.668. Este Resultado é proveniente do Resultado antes de Imposto no montante de € 736.611, deduzido do montante € 366.943 referente a impostos, sendo € 746.056 correspondente ao IRC de 2015 e € 96.717 correspondente à Derrama e Derrama Estadual. O montante dos impostos diferidos é de € 475.886.



DONATIVOS / AÇÃO SOCIAL / PUBLICIDADE

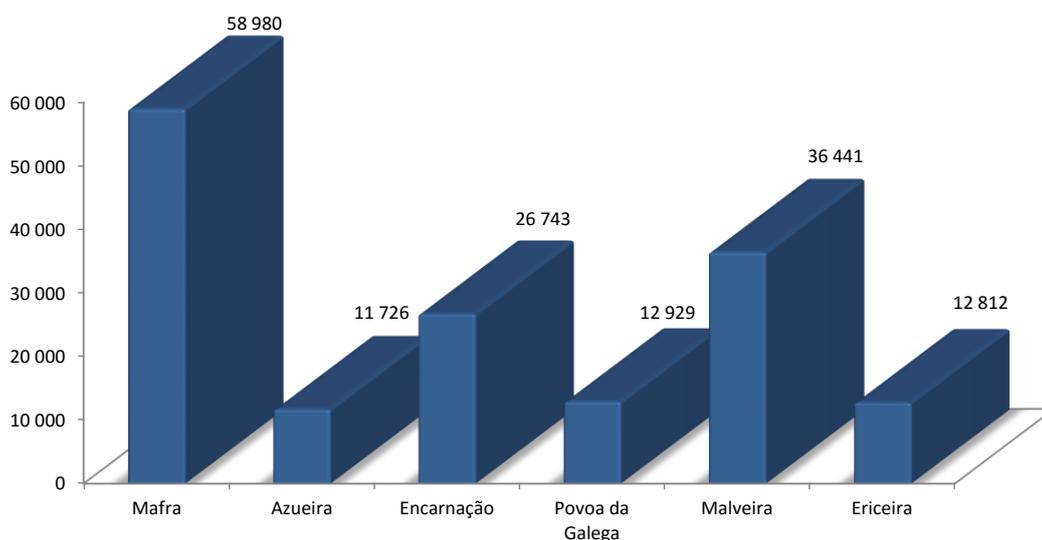
Em 2015, a Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Mafra despendeu a título de donativos e publicidade a quantia de € 123.509, sendo que € 18.250 foram donativos majorados para efeitos fiscais. O seu leque de atuação centra-se no apoio às crianças e jovens sobretudo em material didático e nos lares de apoio aos idosos.



INTERMEDIÇÃO DE SEGUROS

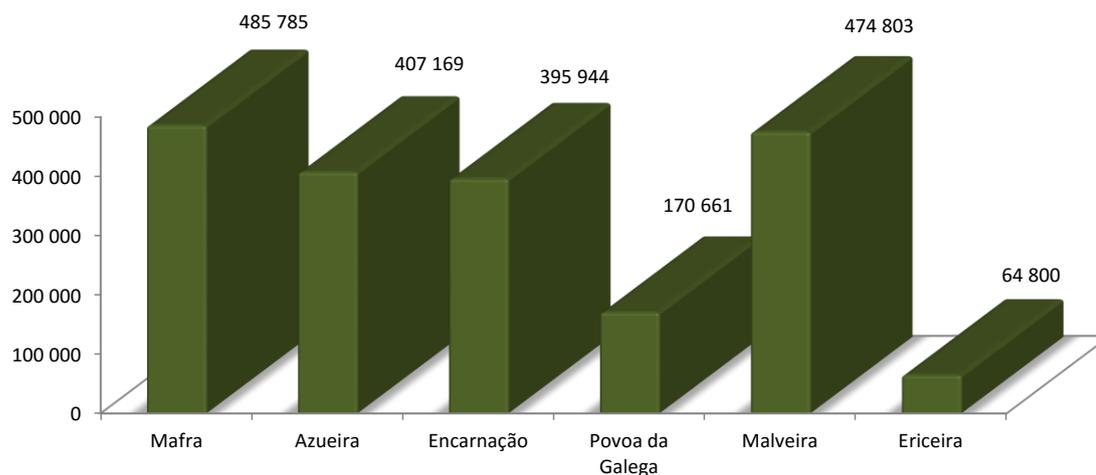
CA SEGUROS

A CCAM de Mafra concretizou 90% dos objetivos propostos pela Companhia no global, com um total de € 1.027.544 de prémios comerciais, sendo a produção nova de € 159.631, conforme gráfico:



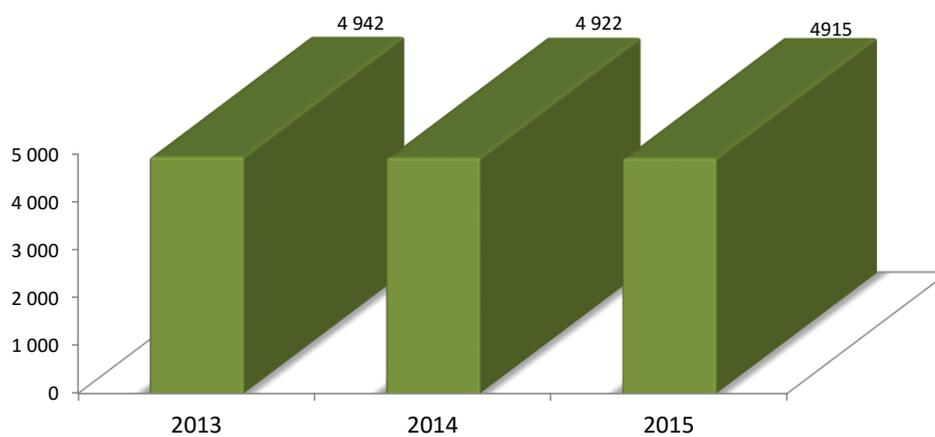
CA VIDA

A CCAM de Mafra concretizou 71% dos objetivos propostos pela Companhia, sendo a produção nova de € 1.356.289 de um total de €1.999.162 de prémios comerciais totais, conforme gráfico:



MOVIMENTAÇÃO / SITUAÇÃO DOS SÓCIOS – 2015

| | |
|-----------------------------------|--------------|
| Sócios Existentes em 31/12/2014 | 4.922 |
| Sócios Admitidos em 2015 | 0 |
| Sócios demitidos a seu pedido | - 5 |
| Sócios falecidos | - 2 |
| Total Sócios em 31/12/2015 | 4.915 |



INDICADORES

Situação em 31 de Dezembro de 2015

| De Balanço | 2015 | 2014 | Variação | % |
|---|-------------|-------------|------------|--------|
| Aplicações em Instituições de Crédito | 31 166 777 | 22 871 754 | 8 295 023 | 36,27% |
| Créditos a Clientes Líquido de Provisões | 50 002 589 | 54 189 389 | -4 186 801 | -7,73% |
| Obrigações e Outros Títulos Rendimento Fixo | 50 811 396 | 50 482 025 | 329 371 | 0,65% |
| Participações Financeiras | 1 288 417 | 1 260 842 | 27 575 | 2,19% |
| Recurso de Clientes e Outras OICs | 118 310 704 | 113 088 136 | 5 222 568 | 4,62% |
| Capitais Próprios | 29 030 640 | 29 910 025 | -879 385 | -2,94% |
| Ativo Líquido | 150 387 017 | 146 655 223 | 3 731 794 | 2,54% |

| De Exploração | 2015 | 2014 | Variação | % |
|--------------------------------|-----------|-----------|-----------|--------|
| Margem Financeira | 4 009 360 | 3 882 894 | 126 466 | 3,3% |
| Produto Bancário | 6 216 312 | 5 019 755 | 1 196 557 | 23,8% |
| Cash Flow * | 2 901 958 | 1 351 589 | 1 550 369 | 114,7% |
| Resultado Antes Imposto | 736 611 | 1 117 524 | -380 913 | -34,1% |
| Imposto S/ Lucros | 842 829 | 583 402 | 259 426 | 44,5% |
| Resultado Líquido do Exercício | 369 668 | 478 673 | -109 005 | -22,8% |

* -Resultado Líquido + Amortizações Exercício + Variação provisões

| Rácios | 2015 | 2014 | Variação | % |
|--|--------|--------|----------|--------|
| Rácio Tier 1 | 25,94% | 26,30% | -0,4% | -1,4% |
| Crédito Vencido / Crédito Total | 17,5% | 13,1% | 4,4% | 34,0% |
| Crédito Vencido Líquido de Provisões / Crédito | 0,5% | 0,1% | 0,4% | 429,9% |
| Nº Funcionários | 34 | 35 | | |
| Nº Agências | 6 | 6 | | |

ESTRUTURA E PRÁTICAS DE GOVERNO DA CCAM DE MAFRA

1 - ESTRUTURA DE CAPITAL

Nos termos do art.º 14.º do Regime Jurídico do Crédito Agrícola Mútuo (RJCAM) o Capital Social das CCAM é variável, não podendo ser inferior a um mínimo fixado por portaria do Ministério das Finanças (i.e. € 7.500.000); prevê ainda no art.º 15.º um capital mínimo a subscrever e realizar integralmente na data de admissão, em títulos de capital por cada associado (i.e. € 500).

O capital pode ser reduzido por amortização dos títulos de capital nos termos do art.º 17.º do RJCAM e restantes condições estatutárias.

Em 31 de Dezembro de 2015, o capital da CCAM de Mafra corresponde a € 14.369.500, dividido em:

a) Capital por conversão de reservas: € 13.925.465;

b) Capital realizado em dinheiro: € 444.035, este montante encontra-se disperso por 4.915 associados, não existindo nenhum associado a deter mais de € 1.000 (200 títulos de capital) no capital da CCAM de Mafra.

2 - EVENTUAIS RESTRIÇÕES À TRANSMISSIBILIDADE DOS TÍTULOS DE CAPITAL, TAIS COMO CLÁUSULAS DE CONSENTIMENTO PARA A ALIENAÇÃO, OU LIMITAÇÕES À TITULARIDADE DE CAPITAL;

Os títulos de capital da CCAM de Mafra só são transmissíveis a outros associados se o Conselho de Administração o autorizar, conforme o descrito no n.º 3 do art. 9º dos Estatutos da CCAM de Mafra.

3 - PARTICIPAÇÕES QUALIFICADAS NO CAPITAL SOCIAL DA CCAM DE MAFRA;

Não existem participações qualificadas.

4 - IDENTIFICAÇÃO DE DETENTORES DO CAPITAL TITULARES DE DIREITOS ESPECIAIS E DESCRIÇÃO DESSES DIREITOS;

Não existem direitos especiais atribuídos a detentores de títulos de capital.

5 - MECANISMOS DE CONTROLO PREVISTOS NUM EVENTUAL SISTEMA DE PARTICIPAÇÃO DOS TRABALHADORES NO CAPITAL NA MEDIDA EM QUE OS DIREITOS DE VOTO NÃO SEJAM EXERCIDOS DIRETAMENTE POR ESTES;

Não existe nenhum mecanismo de controlo, nem um eventual sistema de participação dos trabalhadores no capital.

6 - EVENTUAIS RESTRIÇÕES EM MATÉRIA DE DIREITO DE VOTO, TAIS COMO LIMITAÇÕES AO EXERCÍCIO DO VOTO DEPENDENTE DA TITULARIDADE DE UM NÚMERO OU PORCENTAGEM DE AÇÕES, PRAZOS IMPOSTOS PARA O EXERCÍCIO DO DIREITO DE VOTO OU SISTEMAS DE DESTAQUE DE DIREITOS DE CONTEÚDO PATRIMONIAL;

Conforme disposto no art. 27º dos Estatutos da CCAM de Mafra, cada associado dispõe de um voto, qualquer que seja a sua participação no capital social.

7 - ACORDOS PARASSOCIAIS QUE SEJAM DO CONHECIMENTO DA CCAM DE MAFRA E POSSAM CONDUZIR A RESTRIÇÕES EM MATÉRIA DE TRANSMISSÃO DE TÍTULOS DE CAPITAL OU DE DIREITOS DE VOTO;

Não existem acordos parassociais e as restrições em matéria de transmissão de títulos de capital, são as referidas acima.

8 - REGRAS APLICÁVEIS À NOMEAÇÃO E SUBSTITUIÇÃO DOS MEMBROS DO ÓRGÃO DE ADMINISTRAÇÃO E À ALTERAÇÃO DOS ESTATUTOS DA CCAM

A Administração da CCAM de Mafra é estruturada segundo as modalidades previstas no Código das Sociedades Comerciais, tendo optado por Conselho de Administração (composto por 3 (Três) elementos) eleito na Assembleia Geral de 08 de Dezembro de 2012.

A alteração dos estatutos da CCAM de Mafra está prevista nos artigos 23º e 24º dos Estatutos desta.

9 - PODERES DO ÓRGÃO DE ADMINISTRAÇÃO

Sem prejuízo da competência da Assembleia Geral, a composição e as competências do órgão de Administração da CCAM de Mafra são as previstas no CSC para as sociedades anónimas, com as devidas adaptações e considerando ainda o estipulado no RJCAM e nos Estatutos da CCAM de Mafra.

10 - ACORDOS SIGNIFICATIVOS DE QUE A CCAM SEJA PARTE E QUE ENTREM EM VIGOR, SEJAM ALTERADOS OU CESSEM EM CASO DE MUDANÇA DE CONTROLO DA CCAM, BEM COMO OS EFEITOS RESPECTIVOS, SALVO SE, PELA SUA NATUREZA, A DIVULGAÇÃO DOS MESMOS FOR SERIAMENTE PREJUDICIAL PARA A CCAM, EXCETO SE A CCAM FOR ESPECIFICAMENTE OBRIGADA A DIVULGAR ESSAS INFORMAÇÕES POR FORÇA DE OUTROS IMPERATIVOS LEGAIS;

Não aplicável.

11 - ACORDOS ENTRE A SOCIEDADE E OS TITULARES DO ÓRGÃO DE ADMINISTRAÇÃO OU TRABALHADORES QUE PREVEJAM INDEMNIZAÇÕES EM CASO DE PEDIDO DE DEMISSÃO DO TRABALHADOR, DESPEDIMENTO SEM JUSTA CAUSA OU CESSAÇÃO DA RELAÇÃO DE TRABALHO;

Não aplicável.

12 - PRINCIPAIS ELEMENTOS DOS SISTEMAS DE CONTROLO INTERNO E DE GESTÃO DE RISCO IMPLEMENTADOS NA CCAM RELATIVAMENTE AO PROCESSO DE DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÃO FINANCEIRA

O sistema de Controlo Interno implementado na CCAM de Mafra abrange todas as áreas funcionais da Instituição, baseando-se primordialmente na interação das várias unidades de estrutura, nomeadamente o Conselho de Administração, Gestão de Riscos, Auditoria Interna e Compliance, cujas competências e funções estão devidamente identificadas no Relatório de Controlo Interno que foi remetido ao Banco de Portugal em Junho de 2015, com referência ao período de 1 de Junho de 2014 a 31 de Maio de 2015.

Para a elaboração do referido relatório foram presentes os relatórios de Gestão de Riscos, de Auditoria Interna, de Compliance e de Segurança, os quais são elementos cruciais, associados à divulgação de informação financeira.

O processo de divulgação de informação financeira assenta no respeito pelas exigências da entidade de supervisão (BdP), quer quanto a prazos quer quanto à qualidade da informação financeira. Periodicamente são remetidos os reportes à entidade de supervisão, no período de encerramento do exercício são preparadas as demonstrações financeiras e os documentos de prestação de contas e disponibilizados nas instalações da CCAM de Mafra e no sítio da Internet.

13- DECLARAÇÃO SOBRE O ACOLHIMENTO DO CÓDIGO DE GOVERNO DAS SOCIEDADES AO QUAL A CCAM SE ENCONTRE SUJEITA POR FORÇA DE DISPOSIÇÃO LEGAL OU REGULAMENTAR, ESPECIFICANDO AS EVENTUAIS PARTES DESSE CÓDIGO DE QUE DIVERGE E AS RAZÕES DA DIVERGÊNCIA;

Não aplicável.

14- DECLARAÇÃO SOBRE O ACOLHIMENTO DO CÓDIGO DE GOVERNO DAS SOCIEDADES AO QUAL A CCAM VOLUNTARIAMENTE SE SUJEITE, ESPECIFICANDO AS EVENTUAIS PARTES DESSE CÓDIGO DE QUE DIVERGE E AS RAZÕES DA DIVERGÊNCIA

Não aplicável.

15- LOCAL ONDE SE ENCONTRAM DISPONÍVEIS AO PÚBLICO OS TEXTOS DOS CÓDIGOS DE GOVERNO DAS SOCIEDADES AOS QUAIS A CCAM DE MAFRA SE ENCONTRE SUJEITA NOS TERMOS DOS PONTOS ANTERIORES;

Não obstante a CCAM de Mafra não ter acolhido nenhum código de governo das sociedades, respeita, neste contexto, alguns normativos, designadamente:

- Estatutos da CCAM de Mafra, disponíveis nas instalações da CCAM de Mafra;
- Disciplina de Mercado, disponível no sítio da internet da CCAM de Mafra;
- Código de Conduta, disponível no sítio da internet da CCAM de Mafra.

16 - COMPOSIÇÃO E DESCRIÇÃO DO MODO DE FUNCIONAMENTO DOS ÓRGÃOS SOCIAIS DA CCAM, BEM COMO DAS COMISSÕES QUE SEJAM CRIADAS NO SEU SEIO.

Os órgãos sociais da CCAM de Mafra incluem:

- i) o órgão de Administração, o Conselho de Administração (compostos por um mínimo de 3 (Três) elementos), reunindo com frequência Bissemanal e emitindo ata correspondente;

- ii) os órgãos de Fiscalização, o Conselho Fiscal (composto por 3 (Três) elementos), reunindo com periodicidade mínima Trimestral e com um mínimo de doze reuniões anuais e emite atas correspondentes e o Revisor Oficial de Contas (ROC ou SROC), que efetua os trabalhos conducentes à emissão da Certificação Legal das Contas da CCAM de Mafra.

17 - O RELATÓRIO DETALHADO SOBRE A ESTRUTURA E AS PRÁTICAS DE GOVERNO SOCIETÁRIO NÃO PODE CONTER REMISSÕES, EXCETO PARA O RELATÓRIO ANUAL DE GESTÃO.

Não foram feitas quaisquer remissões.

PROPOSTA DE DISTRIBUIÇÃO DOS RESULTADOS

Nos termos dos Estatutos da Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Mafra, CRL propõe-se que o Resultado Líquido do Exercício de 2015, no montante de € 369.668 tenha a seguinte aplicação:

| | | |
|-------------------------------|---|----------------|
| Reserva Legal | € | 73 933 |
| Resultados Transitados | € | 28 309 |
| Reserva Especial | € | 267 426 |
| TOTAL | € | 369 668 |

Após aprovação pela Assembleia Geral da proposta de aplicação do Resultado, os Capitais Próprios da Caixa Agrícola de Mafra passam a apresentar a seguinte situação:

| | | |
|---|---|-------------------|
| Capital | € | 14 369 500 |
| Reserva Legal | € | 9 491 593 |
| Reserva de Reavaliação | € | 3 839 612 |
| Reserva Especial | € | 968 502 |
| Reserva Especial Para Reinvestimento | € | 354 450 |
| Reserva Form. E. Cooperativa | € | 3 492 |
| Reserva para Mutualismo | € | 3 492 |
| TOTAL | | 29 030 640 |

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os resultados apresentados no exercício de 2015 foram de acordo com o previsto. Salienta-se a realização de mais-valias obtidas a partir da venda de títulos de dívida pública, assim como a manutenção da prática da constituição de provisões não obrigatórias para reforço das provisões para crédito vencido face à conjuntura económica, bem como à morosidade dos Tribunais na resolução dos processos em contencioso.

Continuámos a honrar o compromisso de uma gestão rigorosa, profissional, atenta e cuidada, garantindo em absoluto a segurança dos valores que nos foram confiados.

Mantivemos a aposta na formação e tecnologia, mantendo a dinamização da nossa atividade e do grupo profissional, pelo que se verifica um aumento nos gastos gerais administrativos, nomeadamente na reformulação do website e homebanking, modelo de scoring e plataformas de reporte exigidas pela EBA (European Banking Authority).

Mais uma vez foi demonstrada a credibilidade que merecemos dos nossos associados e clientes, num clima de turbulência que envolve algumas das instituições bancárias a atuar no mercado nacional.

Atentos à realidade do concelho, que continua a merecer-nos a atenção devida, exercemos com alguma prodigalidade o Mecenato sociocultural, prestando apoio continuado às iniciativas dos jovens, terceira idade e também às várias associações, contudo mantivemos uma análise profícua, de forma a mantermos a abrangência no universo de um aumento significativo de solicitações. Respondemos às mesmas de forma mais rigorosa e seletiva, definindo prioridades.

Aos associados, clientes e a todas as Entidades com que nos relacionámos, prestamos o nosso reconhecimento pela confiança que lhes merecemos, aos Órgãos Sociais desta Instituição agradecemos pela colaboração prestada e aos colaboradores realçamos o empenho e dedicação demonstrados, fatores relevantes para os resultados obtidos.

Um voto de pesar pelos associados e clientes falecidos. De igual modo apresentamos voto de pesar pelo falecimento do Sr. Dr. José Vieira dos Reis, ocorrido em Fevereiro do corrente ano de 2016, ilustre sócio fundador da Oliveira Reis e Associados, SROC, Lda. e durante vários anos Revisor Oficial de Contas desta CCAM em representação da mesma.

Conscientes de ter honrado os compromissos assumidos, apresenta o Conselho de Administração à Assembleia Geral o presente Relatório e Contas do Exercício de 2015, solicitando a sua aprovação.

Mafra, aos 10 de março de 2016

O Conselho de Administração

Eng.ª Maria Manuela Nina Jorge Vale

Adélia Maria M. Gomes R. Antunes

Eng.º David Alexandre Neves Silva Jorge







DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Balço NCA'S (Contas Individuais)

31 de Dezembro de 2015

| Rubricas da Instrução 23/2004 (referencias indicativas) | Notas / Quadros Anexos | 31/12/2015 | | | 31/12/2014 |
|--|--|--|---|--------------------------|--------------------|
| | | Valor antes de provisões, imparidade e amortizações 1 | Provisões, imparidade e amortizações 2 | Valor Líquido 3 = 1-2 | |
| Ativo | | | | | |
| 10 + 3300 | Caixa e disponibilidades em bancos centra | 11 | 2 472 536 | 2 472 536 | 2 413 439 |
| 11 + 3301 | Disponibilidades em outras instituições de | 12 | 544 781 | 544 781 | 951 580 |
| 152(1) + 1548(1) + 158(1) + 16 + 19(1) - 37(3)(1) | Ativos financeiros detidos para negociação | | | | |
| 152(1) + 1548(1) + 158(1) + 17 + 19(1) - 37(3)(1) | Outros ativos financeiros ao justo valor através de resultados | | | | |
| 153 + 1548(1) + 158(1) + 18 + 192 + 34888(1) - 3522(1) - 353(1) - 53888(1) - 37(3)(1) | Ativos financeiros disponíveis para venda | 13 | 52 104 759 | 4 946 | 52 099 812 |
| 13 + 150 + 158(1) + 159(1) + 198(1) + 3303 + 33(1)(1) + 340(1)(1) + 3408(1) - 350 - 3520 - 52(1)(1) - 3522(1) - 353(1) - 5300 - 53028(1) - 37(1) | Aplicações em Instituições de Crédito | 14 | 31 166 777 | | 31 166 777 |
| 14 + 151 + 1540 + 158(1) + 190 + 3304 + 3305 + 33(1)(1) + 34008 + 340(1)(1) - 34880 - 35(1) - 352(1) - 3522(1) - 353(1) - 370 - 37(1) - 37(1) - 52(1)(1) - 530(1) - 530208 - 53880 | Crédito a Clientes | 15 | 61 318 143 | 11 315 554 | 50 002 589 |
| 156 + 158(1) + 159(1) + 22 + 3307 + 33(1)(1) + 3402 - 355 - 3524 - 37(3)(1) - 52(1)(1) - 53028(1) - 5303 | Investimentos detidos até à maturidade | | | | |
| 155 + 15(1) + 159(1) + 20 + 3306 + 33(1)(1) + 3408(1) - 354 - 3523 - 37(3)(1) - 52(1)(1) - 5308(1) | Ativos com acordo de recompra | | | | |
| 21 | Derivados de cobertura | | | | |
| 25 - 3580 - 37(3)(1) | Ativos não correntes detidos para venda | 16 | 7 013 783 | 2 748 767 | 4 265 016 |
| 26 - 358(1) - 360(1) | Propriedades de Investimento | | | | |
| 27 - 358(1) - 360(1) | Outros ativos tangíveis | 17 | 11 687 883 | 5 389 628 | 6 298 254 |
| 29 - 3582 - 3583 - 361 | Ativos Intangíveis | 18 | 266 759 | 234 088 | 32 671 |
| 24 - 357 - 37(3)(1) | Investimentos em filiais, associadas e empreendimentos conjuntos | 19 | 1 250 | | 1 250 |
| 300 | Ativos por impostos correntes | | | | |
| 301 | Ativos por impostos diferidos | 32 | 3 040 982 | | 3 040 982 |
| 12 + 157 + 158(1) + 159(1) + 198(1) + 31 + 32 + 3302 + 3308 + 33(1)(1) + 338 + 340(1)(1) + 3408(1) + 348(1) - 3584 - 3525 - 37(1) + 50(1)(2) - 52(1)(1) - 53028(1) - 5304 - 5308(1) + 54(1)(3) | Outros ativos | 20 | 462 347 | | 462 347 |
| | TOTAL DE ATIVO | | 170 080 001 | 19 692 984 | 150 387 017 |

(1) - Parte aplicável dos saldos destas rubricas

(2) - A Rubrica 50 deverá ser inscrita no ativo se tiver saldo devedor e no passivo se tiver saldo credor

(3) - Os saldos devedores das rubricas 542 e 548 são inscritos no ativo e os saldos credores no passivo

Demonstração de Resultados NCA (Contas Individuais)

31/dez/15

| Rubricas da Instrução 23/2004 (referencias indicativas) | | Notas / Quadros Anexos | 31/12/2015 | 31/12/2014 |
|---|---|------------------------------|------------------|------------------|
| 79 + 80 + 8120 | Juros e rendimentos similares | 2 | 4 894 236 | 5 145 607 |
| 66 + 67 + 6820 | Juros e encargos similares | 2 | 884 876 | 1262 713 |
| M argem Financeira | | | 4 009 360 | 3 882 894 |
| 82 | Rendimentos de Instrumentos de capital | 3 | 27 329 | 15 328 |
| 81- 8120 | Rendimentos de serviços e comissões | 4 | 1016 203 | 1104 169 |
| 68 - 6820 | Encargos com serviços e comissões | 4 | -495 924 | -504 678 |
| -692-693- 695(1) -696(1) -698- 69900- 69910 + 832 +833 +835(1)+ 836(1) +838 +83900 +83910 | Resultados de ativos e passivos avaliados ao justo valor através de resultados | | | |
| -694+834 | Resultados de ativos financeiros disponíveis para venda | 5 | 1804 724 | 696 425 |
| -690 + 830 | Resultados de reavaliação cambial | 6 | 1743 | 2 185 |
| -691- 697 -699(1)- 725- 726(1) +831 +837 +839(1) +843 (1) +844(1) | Resultados de alienação de outros ativos | 7 | -40 205 | 55 914 |
| -695(1)-696(1)-69901- 69911- 75 -720- 721-722 -723 -725 (1) -726(1)-728+ 835(1) +836(1) +83901+83911+840 +843 (1) +844(1)+848 | Outros resultados de exploração | 8 | -106 919 | -232 481 |
| Produto Bancário | | | 6 216 312 | 5 019 755 |
| 70 | Custos com pessoal | 9 | 1868 567 | 1869 134 |
| 71 | Gastos gerais administrativos | 10 | 1248 345 | 1160 182 |
| 77 | Amortizações do exercício | 17 e 18 | 374 537 | 375 543 |
| 781+783+784+785+786+788-881+883- 884-885-886-888 | Provisões líquidas de reposições e anulações | 29 | -142 885 | -31773 |
| 78000+78001+78010+78011+7820+78 21+ 7822-88000-88001+88010-88011- 8820-8821+8822 | Correções de valor associado ao crédito a clientes e valores a receber de outros devedores (líquidas de reposições e anulações) | 30 | 2 300 638 | 529 145 |
| 760+7620+7618+76211+76221+7623+ 7624+7625+7630+7641+765+766+78 002(1)+78012(1)+7823+7828(1)-870- 8720-8718-87211-87221+8723-8724- 8726-8730-8741+875-876-88002(1)- 88012(1)-8823-8828(1) | Imparidade de outros ativos financeiros líquida de reversões e recuperações | | | |
| 768+769(1)+78002(1)+78012(1)+7828(1)- 877-878-88002(1)-88012(1)- 8828(1) | Imparidade de outros ativos líquida de reversões e recuperações | 31 | -169 500 | |
| Resultado antes de Impostos | | | 736 611 | 1 117 524 |
| 65 | Impostos Correntes | 35 | 842 829 | 583 402 |
| 74-86 | Diferidos | 32 | -475 886 | 55 449 |
| Resultado após Impostos | | | 369 668 | 478 673 |
| -72600-7280+8480+84400 | Do qual: Resultado após Impostos de operações descontinuadas | | | |

(1) - Parte aplicável dos saldos das rubricas

O Responsável pela Contabilidade

Dr.^a Ana Sofia Duarte

O Conselho de Administração

Eng.^a Maria Manuela Nina Jorge Vale

Adélia Maria M. Gomes R. Antunes

Eng.^o David Alexandre Neves Silva Jorge

Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Mafra
DEMONSTRAÇÕES DE ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO - PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015
(Montantes expressos em Euros)

| | Capital | Prémios de emissão | Reservas de reavaliação | Outras Reservas e resultados transitados | | Resultado do exercício | Total |
|---|------------|--------------------|-------------------------|--|------------------------|------------------------|------------|
| | | | | Outras Reservas | Resultados transitados | | |
| Saldos em 31 de Dezembro de 2013 | 14 376 655 | 0 | -165 360 | 9 717 997 | -28 447 | 9 689 490 | 24 241 237 |
| Aplicação de resultados do exercício de 2012 | | | | | | | 0 |
| Transferência para reservas | | | | | | | 0 |
| Incorporação em Capital | | | | 312 005 | 28 447 | 340 452 | -340 452 |
| Aumento de capital por entrada de novos sócios | | | | | | | 0 |
| Pedidos de exoneração | -4 115 | | | | | | -4 115 |
| Reembolsos de capital | | | | | | | 0 |
| Reservas resultantes da valorização de activos financeiros disponíveis para venda | | | 5 815 867 | | | | 5 815 867 |
| Reservas por impostos Diferidos | | | -593 190 | | | | -593 190 |
| Reservas para Formação e Educação Cooperativa | | | | | | | 0 |
| Reservas para Mutualismo | | | | | | | 0 |
| Reserva Especial por Gratificação por Aplicação de Resultados | | | | | | | 0 |
| Reserva para reforço de benefícios | | | | | | | 0 |
| Diferenças resultantes da alteração de políticas contabilísticas | | | | | | | 0 |
| Responsabilidades com pensões | | | | | -39 072 | -39 072 | -39 072 |
| Encargos com saúde | | | | | 10 625 | 10 625 | 10 625 |
| Resultado líquido de exercício de 2013 | | | | | | | 478 673 |
| Saldos em 31 de Dezembro de 2014 | 14 372 540 | 0 | 5 057 317 | 10 029 942 | -28 447 | 10 001 495 | 29 910 025 |
| Aplicação de resultados do exercício de 2014 | | | | | | | 0 |
| Transferência para reservas | | | | | | | 0 |
| Incorporação em Capital | | | | 450 227 | 28 447 | 478 674 | -478 674 |
| Aumento de capital por entrada de novos sócios | | | | | | | 0 |
| Pedidos de exoneração | -3 040 | | | | | | -3 040 |
| Reembolsos de capital | | | | | | | 0 |
| Reservas resultantes da valorização de activos financeiros disponíveis para venda | | | -1 218 433 | | | | -1 218 433 |
| Reservas por impostos Diferidos | | | 728 | | | | 728 |
| Reservas para Formação e Educação Cooperativa | | | | | | | 0 |
| Reservas para Mutualismo | | | | | | | 0 |
| Reserva Especial por Gratificação por Aplicação de Resultados | | | | | | | 0 |
| Reserva para reforço de benefícios | | | | | | | 0 |
| Diferenças resultantes da alteração de políticas contabilísticas | | | | | | | 0 |
| Responsabilidades com pensões | | | | | -35 121 | -35 121 | -35 121 |
| Encargos com saúde | | | | | 6 812 | 6 812 | 6 812 |
| Resultado líquido de exercício de 2015 | | | | | | | 369 668 |
| Saldos em 31 de Dezembro de 2015 | 14 369 500 | 0 | 3 859 612 | 10 480 168 | -28 309 | 10 451 860 | 29 050 640 |

O RESPONSÁVEL PELA CONTABILIDADE

Dra. Ana Duarte

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Eng.ª Maria Manuela Nina Jorge

Adélia Maria Mendes Gomes Rodrigues Antunes

Eng.º David Alexandre Neves da Silva Jorge

Demonstração de Fluxos de Caixa
31 de Dezembro de 2015

(em euros)

| | Ano 31/12/2015 | Ano Anterior 31/12/2014 |
|---|-------------------|----------------------------|
| Fluxos de caixa das atividades operacionais | | |
| Recebimentos de juros e comissões | 5 910 439 | 6 249 776 |
| Pagamento de Juros e Comissões | -1 380 800 | -1 767 391 |
| Pagamentos ao pessoal e fornecedores | -3 116 911 | -3 029 316 |
| Contribuições para o Fundo de Pensões | 0 | 0 |
| Recebimento / (Pagamento) de imposto sobre o rendimento | -842 829 | -583 402 |
| Outros recebimentos / (Pagamentos) relativos à actividade Operacional | -105 176 | -230 296 |
| Resultados operacionais antes das alterações nos ativos operacionais | 464 724 | 639 371 |
| (Aumentos) / Diminuições de activos operacionais | | |
| Ativos financeiros detidos para negociação e outros ativos ao Justo Valor | 0 | 0 |
| Ativos disponíveis para venda | -201 765 | 14 199 892 |
| Aplicações em instituições de Crédito | 8 295 023 | -2 869 984 |
| Crédito a clientes | -1 686 159 | -1 852 696 |
| Investimentos detidos até à maturidade | 0 | 0 |
| Derivados de Cobertura | 0 | 0 |
| Ativos não correntes detidos para venda | -485 901 | -358 500 |
| Outros Ativos | 498 166 | -109 223 |
| (...) | | |
| | 6 419 364 | 9 009 489 |
| (Aumentos) / Diminuições de passivos operacionais | | |
| Passivos financeiros detidos para negociação e derivados de cobertura | 0 | 0 |
| Recursos de outras instituições de Crédito | -3 753 559 | 3 754 497 |
| Recursos de clientes e outros empréstimos | 8 976 127 | 2 674 886 |
| Outros passivos | 482 285 | 2 055 152 |
| (...) | | |
| | 5 704 853 | 8 484 535 |
| Caixa líquida das actividades operacionais | -249 787 | 114 416 |
| Fluxos de caixa de atividades de investimento | | |
| Varição de ativos tangíveis e intangíveis | 122 203 | 156 465 |
| Recebimento de dividendos | -27 329 | -15 328 |
| Varição de partes de capital de empresas filiais e associadas | 0 | 0 |
| (...) | | |
| Caixa líquida de actividades de investimento | 94 875 | 141 137 |
| Fluxos de caixa de atividades de financiamento | | |
| Aumentos de capital | 0 | 0 |
| Diminuição de capital | -3 040 | -4 115 |
| Pagamento de dividendos | 0 | 0 |
| Varição de passivos subordinados | 0 | 0 |
| Reservas | 0 | 0 |
| Caixa líquida de actividades de financiamento | -3 040 | -4 115 |
| Aumento / (diminuição) de caixa e seus equivalentes | -347 702 | -30 836 |
| Caixa e seus equivalentes no início do exercício | 3 365 020 | 3 395 855 |
| Caixa e seus equivalentes no fim do exercício | 3 017 317 | 3 365 020 |

O RESPONSÁVEL PELA CONTABILIDADE

Dra. Ana Duarte

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Eng^a. Maria Manuela Nina Jorge

Adélia Maria M. Gomes Rodrigues Antunes

Eng^o David Alexandre Neves da Silva Jorge

Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Mafra

DEMONSTRAÇÕES DO RENDIMENTO INTEGRAL PARA

O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015

(Montantes expressos em Euros)

| | 2015 | 2014 |
|---|-------------------|----------------|
| Resultado Individual | 369 668 | 478 673 |
| Reservas de reavaliação de activos financeiros disponíveis para venda | -1 431 421 | 6 734 598 |
| Reservas por impostos diferidos | 322 798 | -1 535 184 |
| Reavaliação de ativos financeiros disponíveis para venda | | |
| Impacto fiscal | | |
| Pensões - regime transitório | -28 309 | -28 447 |
| Outros movimentos | | |
| Total outro rendimento integral do exercício | -1 136 932 | 590 311 |
| Rendimento integral individual | -767 264 | 930 764 |

O RESPONSÁVEL PELA CONTABILIDADE

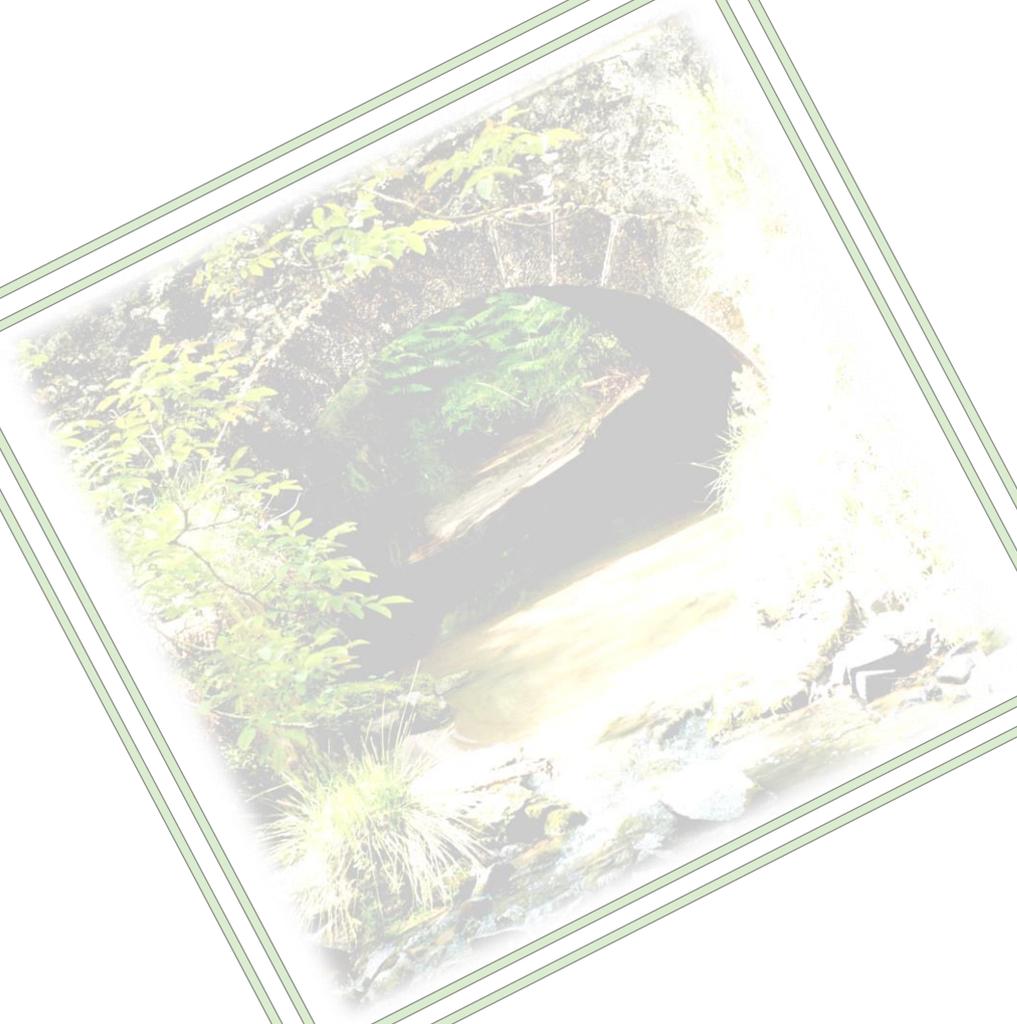
Dra. Ana Duarte

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Eng^a. Maria Manuela Nina Jorge

Adélia Maria M. Gomes Rodrigues Antunes

Eng^o David Alexandre Neves da Silva Jorge





ANEXO ÀS CONTAS

CAIXA DE CRÉDITO AGRÍCOLA MÚTUO DE MAFRA, C.R.L.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 – DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS – NCA'S

NOTA INTRODUTÓRIA

A Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Mafra (adiante designada por CCAM) foi constituída em 4 de Abril de 1957, é uma instituição de crédito sob a forma de cooperativa de responsabilidade limitada que pratica todas as operações permitidas pelo Regime Jurídico do Crédito Agrícola Mútuo (RJCAM), aprovado pelo Decreto-Lei nº 24/91, de 11 de Janeiro, e alterado por vários diplomas subsequentes, tendo também obtido autorização para a prática de operações de crédito com não associados (nos termos do nº 2 do art.º 28º do RJCAM) e para a concessão de crédito para fins não agrícolas (nos termos do nº 6 do art.º 36º-A do RJCAM), nos limites e condições previstos no Aviso nº 6/99 e na Instrução nº 31/1999, do Banco de Portugal.

Volvidos mais de 20 anos sobre a aprovação do Regime Jurídico do Crédito Agrícola Mútuo e das Cooperativas de Crédito Agrícola Mútuo, e pela experiência entretanto adquirida, bem como a evolução do sistema financeiro e, em particular, das caixas de crédito agrícola mútuo, era já manifesta a necessidade de uma revisão, pelo que no decurso do exercício de 2009, entrou em vigor o Decreto-Lei nº 142/2009, de 16 de Junho.

Este Diploma visa adaptar o modelo de governação das caixas de crédito agrícola às estruturas previstas no Código das Sociedades Comerciais, sem prejuízo das competências da Assembleia Geral que caracterizam o modelo cooperativo, ao mesmo tempo que autoriza um alargamento da respetiva base de associados, e da realização de operações de crédito com não associados ou com finalidades de âmbito não agrícola.

Todos os valores dos quadros seguintes são expressos em euros.

NOTA 1 – BASES DE APRESENTAÇÃO E PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

A) Bases de Apresentação

Para períodos até 31 de Dezembro de 2005, inclusive, as demonstrações financeiras da CCAM, foram preparadas em conformidade com os princípios contabilísticos estabelecidos no Plano de Contas para o Sistema Bancário (“PCSB”) e outras disposições emitidas pelo Banco de Portugal.

No âmbito do disposto no Regulamento (CE) nº 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de Julho de 2002, na sua transposição para a legislação portuguesa através do Decreto-Lei nº 35/2005, de 17 de Fevereiro, as demonstrações financeiras da CCAM passaram a ser preparadas de acordo com as Normas de Contabilidade Ajustadas (NCA), tal como definidas pelo Banco de Portugal, no Aviso nº1/2005, de 21 de Fevereiro.

Em consequência, para as matérias reguladas no Aviso nº1/2005 e nos Avisos que determinam o quadro mínimo de referência para a constituição de provisões, não são aplicáveis as Normas Internacionais de Contabilidade (NIC), sendo estas aplicáveis às restantes matérias.

Contudo, o Aviso nº 1/2005 foi revogado pelo Aviso nº 5/2015, com entrada em vigor em 31/12/2015, que veio implementar a obrigação de elaboração das demonstrações financeiras em conformidade com as Normas Internacionais de Contabilidade (NIC) – *International Accounting Standards/International Financial Reporting Standards* (IAS/IFRS), tal como adotadas, em cada momento, na União Europeia. Foi solicitado por esta CCAM um prazo de implementação desta nova obrigação, ao abrigo do nº 3 do Aviso nº 5/2015, até 31 de Dezembro de 2016, o qual foi concedido pelo Banco de Portugal, pelo que até àquela data, as demonstrações financeiras serão efetuadas de acordo com as normas de contabilidade anteriormente aplicáveis.

Face ao exposto, e continuando-se a aplicar a legislação anterior, as matérias reguladas no Aviso nº1/2005 são, em síntese, as seguintes:

A.1 - CRÉDITO A CLIENTES E VALORES A RECEBER DE OUTROS DEVEDORES

Entende-se por crédito a clientes e valores a receber de outros devedores (crédito e contas a receber) os ativos financeiros correspondentes ao fornecimento de dinheiro, bens ou serviços a um devedor, abrangendo a atividade típica da concessão de crédito a clientes, bem como as posições credoras resultantes de operações com terceiros realizadas no âmbito da atividade da instituição e exclui as operações com instituições de crédito.

Na valorimetria dos créditos a clientes e valores a receber de outros devedores (crédito e contas a receber), é observado o seguinte:

- a) Na data do reconhecimento inicial, os ativos financeiros são registados pelo valor nominal, não podendo, quer nessa data quer em data de reconhecimento subsequente, ser incluídos em reclassificações para as restantes categorias de ativos financeiros;

- b) A componente de juros, incluindo a referente a eventuais prémios/descontos, é objeto de relevação contabilística autónoma nas respetivas contas de resultados;
- c) Os proveitos são reconhecidos quando obtidos e distribuídos por períodos mensais, segundo a regra *pro rata temporis*, quando se trate de operações que produzam fluxos redituais ao longo de um período superior a um mês;
- d) Sempre que aplicável as comissões e custos externos imputáveis à contratação das operações subjacentes aos ativos incluídos nesta categoria são, igualmente, periodificados ao longo do período de vigência dos créditos, segundo a regra da alínea anterior;
- e) Os créditos e valores a receber de outros devedores são objeto de correção de acordo com o quadro mínimo de referência para a constituição de provisões para risco específico, conforme determina o Banco de Portugal no Aviso nº 3/95, de 30 de Junho;
- f) Para efeitos da provisão para risco específico os créditos e juros vencidos são classificados por classe de risco, classes I a XII, de 3 a 60 meses, conforme Instrução do Banco de Portugal nº 6/2005, de 21 de Fevereiro. As prestações vencidas e não cobradas relativas a um mesmo contrato são consideradas na classe de risco da que se encontra por cobrar há mais tempo;
- g) A provisão para risco específico varia até atingir 100%, sendo que esta cobertura pode ser atingida na classe V ou na classe XII, consoante a natureza do crédito e a garantia adstrita;
- h) São também provisionados os créditos de cobrança duvidosa correspondentes a prestações vencidas de uma mesma operação de crédito, nas condições do nº 4 do Aviso nº 3/95 do Banco de Portugal;
- i) São ainda constituídas provisões genéricas para o total do crédito em carteira, incluindo o representado por aceites, garantias, compromissos irrevogáveis e outros instrumentos de natureza análoga, abatido do sujeito a provisões específicas. As provisões genéricas variam entre 0,5% e 1,5% dos créditos.
- j) São ainda constituídas provisões adicionais às regulamentares, para o crédito e juros vencidos das classes I a XII, de 3 a 60 meses, de acordo com a morosidade dos tribunais na resolução dos processos em contencioso, conforme detalhe da Nota 15.

A.2 - RESTANTES ATIVOS FINANCEIROS

No âmbito da valorização (e cálculo da imparidade) dos restantes ativos financeiros é considerado o quadro mínimo de referência estabelecido no Aviso nº 3/95 e na Instrução nº 7/2005, 28 de Fevereiro, do Banco de Portugal.

A.3 - ATIVOS TANGÍVEIS

Os ativos tangíveis são mantidos ao custo de aquisição, salvo quando se verificarem reavaliações extraordinárias, legalmente autorizadas, caso em que as mais-valias daí resultantes serão incorporadas em sub-rubrica apropriada da conta “Reservas legais de reavaliação”.

A.4 – BENEFÍCIOS DOS EMPREGADOS

É previsto o estabelecimento de um período para diferimento do impacto contabilístico decorrente da transição para os critérios do IAS 19. As responsabilidades com os cuidados médicos pós-emprego e o impacto da alteração da tábua de mortalidade, ficaram obrigadas a ter de reflectir as alterações à IAS 19 durante 2013.

B) Principais políticas contabilísticas

B1 - CRÉDITO A CLIENTES

O crédito a clientes (e os valores a receber de outros devedores) é registado de acordo com os critérios acima referidos nas bases de apresentação.

As comissões e outros ganhos e perdas associadas às operações de crédito, por se considerarem imateriais, são diretamente reconhecidos em resultados do exercício.

A anulação contabilística de créditos é feita por utilização das provisões para crédito vencido quando estas correspondam a 100% do valor do crédito.

Garantias prestadas e compromissos irrevogáveis

As garantias prestadas emitidas pela CCAM, são passivos eventuais uma vez que garantem o cumprimento perante terceiros das obrigações dos seus clientes no caso de estes falharem os compromissos assumidos.

Os compromissos irrevogáveis, na generalidade, são acordos contratuais de curto prazo para utilização de linhas de crédito que geralmente têm associado prazos fixos, ou outras cláusulas de expiração, e requerem o pagamento de uma comissão. Os compromissos da CCAM com linhas de crédito estão na sua maioria condicionados à manutenção pelo cliente de determinados parâmetros, à data de utilização dessa facilidade.

As garantias prestadas e os compromissos irrevogáveis são reconhecidos pelo valor em risco, sendo as comissões ou juros associados a estas operações registados em resultados ao longo da sua vida.

B2 - ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos no Balanço na data de negociação ou contratação, salvo exceções de carácter contratual, legal ou regulamentar.

No momento inicial são reconhecidos ao justo valor acrescido dos custos de transação diretamente atribuíveis, com exceção dos ativos e passivos financeiros ao justo valor através de resultados, em que os custos de transação são de imediato reconhecidos em resultados.

B2.1 - ATIVOS FINANCEIROS DE NEGOCIAÇÃO OU RECONHECIDOS AO JUSTO VALOR EM RESULTADOS E PASSIVOS FINANCEIROS DE NEGOCIAÇÃO

Estas rubricas incluem os ativos e passivos financeiros adquiridos ou emitidos com o objetivo de venda ou recompra no curto prazo.

A CCAM regista nesta rubrica os títulos de rendimento fixo ou de rendimento variável transacionados em mercados ativos classificados como de negociação.

Estes ativos e passivos financeiros são avaliados ao justo valor, com os custos e proveitos associados às transações registados em resultados, os ganhos e perdas resultantes das alterações do justo valor são reconhecidos em resultados.

Os juros corridos e não cobrados das obrigações e outros títulos de rendimento fixo são reconhecidos no valor de Balanço.

B2.2 - ATIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA

Esta rubrica inclui os ativos financeiros não derivados que sejam designados como disponíveis para venda ou não sejam classificados como empréstimos concedidos ou contas a receber, investimentos detidos até à maturidade ou ativos financeiros pelo justo valor através da conta de resultados (i.e. instrumentos financeiros de negociação).

A CCAM regista nesta rubrica os títulos de rendimento fixo que não tenham sido classificados como carteira de negociação ou de crédito e os títulos de rendimento variável disponíveis para venda.

Os ativos classificados como disponíveis para venda são avaliados ao justo valor, os respetivos ganhos e perdas são reconhecidos diretamente nos capitais próprios na rubrica “reservas de reavaliação de justo valor” (exceto no caso de perdas de imparidade) até que o ativo seja vendido. Nesse momento o ganho ou perda anteriormente reconhecida no capital próprio é revertido para resultados.

Os juros corridos de obrigações e de outros títulos de rendimento fixo e as diferenças entre o custo de aquisição e o valor nominal (prémio ou desconto) são registados em resultados de acordo com o método da taxa de juro efetiva.

B3 - ATIVOS NÃO CORRENTES DETIDOS PARA VENDA

Os ativos não correntes detidos para venda são aqui classificados quando se prevê que o seu valor de Balanço seja recuperado através de alienação. A sua valorização deve ser efetuada ao menor dos valores entre o custo de aquisição e o valor de avaliação periódica; caso exista uma perda por imparidade, na avaliação inicial ou subsequente esta deve ser registada em resultados. As mais-valias potenciais não são reconhecidas no Balanço. Estes ativos não são objeto de qualquer amortização.

Esta rubrica inclui imóveis, equipamento e outros bens recebidos em dação em cumprimento que passaram à posse da CCAM para regularização de crédito concedido.

B4 - ATIVOS TANGÍVEIS

Os ativos tangíveis são registados ao custo de aquisição e a respetiva depreciação é calculada segundo o método das quotas constantes, por duodécimos, aplicado ao custo histórico, às taxas anuais máximas permitidas para efeitos fiscais, de acordo com os seguintes períodos, que se considera não diferirem substancialmente da vida útil estimada dos bens:

| | <u>Número de anos</u> |
|---|-----------------------|
| Imóveis | 50 |
| Beneficiações em imóveis arrendados | 10 |
| Equipamento informático e de escritório | 4 a 10 |
| Mobiliário e instalações interiores | 6 a 12 |
| Viaturas | 4 |

As Beneficiações em edifícios arrendados são amortizadas em 10 anos, dado ser este o período que se considera refletir de forma mais aproximada a vida útil desses investimentos.

B5 - ATIVOS INTANGÍVEIS

Os ativos intangíveis são compostos, essencialmente, por aquisição de software (sistemas de tratamento automático de dados) e outros ativos intangíveis, cujo impacto se repercute para além do exercício em que são gerados. Estes ativos são amortizados no período de 3 anos pelo método das quotas constantes, por duodécimos, de acordo com o critério fiscal aplicável.

B6 - OUTROS ATIVOS

Esta rubrica inclui todos os ativos não enquadrados em outras rubricas, não existindo uma valorimetria específica; é observado o princípio definido na Instrução nº 7/2005 de que os ativos não financeiros estão em imparidade quando a sua quantia escriturada excede a quantia recuperável.

B7 - DEPÓSITOS E OUTROS RECURSOS

Os depósitos e recursos financeiros de clientes e instituições de crédito estão valorizados ao valor nominal, acrescido dos juros com base no método de taxa de juro efetiva.

A taxa de juro efetiva resulta do desconto dos pagamentos ou recebimentos futuros estimados durante a vida esperada do passivo financeiro para o valor líquido atual de Balanço. O cálculo inclui as comissões consideradas como parte integrante da taxa de juro efetiva, custos de transação e todos os prémios ou descontos diretamente relacionados com a transação.

As comissões e outros ganhos e perdas associadas aos depósitos e outros recursos, por se considerarem imateriais, são diretamente reconhecidas em resultados do exercício.

B8 - PROVISÕES PARA OUTROS RISCOS E ENCARGOS

Esta rubrica inclui as provisões constituídas para fazer face a outros riscos específicos, nomeadamente, processos judiciais e outras perdas expectáveis decorrentes da atividade. O seu reconhecimento efetua-se sempre que exista uma obrigação presente, legal ou construtiva, seja provável que o seu pagamento venha a ser exigido e possa ser feita uma estimativa fiável do valor dessa obrigação.

B9- IMPOSTOS SOBRE OS LUCROS

O encargo do exercício com impostos sobre os lucros, para a CCAM, é calculado tendo em consideração o disposto no Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) e os incentivos e benefícios fiscais aplicáveis à Instituição.

No exercício atual a CCAM foi tributada em base individual à taxa geral 21%.

Os impostos diferidos ativos e passivos correspondem ao valor do imposto a recuperar e a pagar em períodos futuros, resultante de diferenças temporárias entre o valor de um ativo ou passivo no Balanço e a sua base tributável.

Os prejuízos fiscais reportáveis e os créditos fiscais são também registados como impostos diferidos ativos.

Os ativos por impostos diferidos são reconhecidos até ao montante em que seja expectável existirem lucros tributáveis futuros que absorvam as diferenças temporárias dedutíveis.

As Autoridades Fiscais têm a possibilidade de rever a situação fiscal da CCAM durante um período de quatro anos, podendo por isso resultar, devido a diferentes interpretações da legislação fiscal, eventuais liquidações adicionais relativamente aos exercícios ainda suscetíveis de revisão; no entanto, a CCAM entende que eventuais correções não terão efeito significativo face à Demonstrações Financeiras apresentadas.

B10- RESPONSABILIDADE COM PENSÕES E OUTROS BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

B10.1 – FUNDO DE PENSÕES

Face às responsabilidades assumidas para com os seus funcionários, a CCAM aderiu ao *Fundo de Pensões do Crédito Agrícola Mútuo* que se destina a financiar os complementos de pensões de reforma por velhice ou invalidez e pensões de viuvez e orfandade efectuadas pela Segurança Social, relativamente à totalidade do seu pessoal abrangido pelo Acordo Coletivo de Trabalho Vertical das *Instituições de Crédito Agrícola Mútuo (ACTV)*, sendo esses complementos calculados, por referência ao ACTV, de acordo com:

- (i) a pensão garantida à idade presumível de reforma;
- (ii) com o coeficiente entre o número de anos de serviço prestados até à data do cálculo;
- (iii) o número total de anos de serviço à data de reforma.

A insuficiência ou excesso de dotação do Fundo de Pensões face às responsabilidades assumidas para com os funcionários da CCAM, encontra-se, consoante a respetiva natureza, registado em Outros Passivos ou em Outros Ativos.

Na sequência da adoção das normas internacionais de Contabilidade, nomeadamente passando o IAS 19 a regular os aspetos contabilístico, relativos ao reconhecimento das responsabilidades com pensões de reforma e de sobrevivência, os pressupostos atuariais, no que se refere à tábua de mortalidade e taxa de desconto, foram alterados.

O acréscimo de responsabilidades decorrentes da alteração da tábua de mortalidade bem como as responsabilidades com o SAMS decorrentes da introdução da IAS 19, ficaram obrigadas a ter de reflectir as alterações às IAS 19 durante 2013.

B10.2 – PRÉMIOS DE ANTIGUIDADE

No termos do ACTV a CCAM assumiu a responsabilidade de pagar aos seus empregados no ativo que completem

os quinze, vinte e cinco e trinta anos de serviço, um prémio de antiguidade de valor igual, respetivamente, a um, dois e três meses de remuneração mensal no ano de atribuição.

A CCAM apresenta no seu balanço as responsabilidades máximas relativas aos prémios de antiguidade estimadas, tendo por base o histórico de permanência do seu quadro de pessoal, que a 31 de Dezembro de 2015 ascendiam ao montante de € 177 882 (€ 175 486 em 2014, € 158 692 em 2013, € 174 629 em 2012 e € 175.603 em 2011)

De acordo com a Carta Circular nº 12/06/DSBDR de 20 de Janeiro de 2006 a CCAM reconheceu o acréscimo no exercício daquelas responsabilidades.

B11 – CAPITAL

Nos termos do art. 14º do Regime Jurídico do Crédito Agrícola Mútuo (RJCAM) o Capital Social das CCAM é variável, não podendo ser inferior a um mínimo fixado por portaria do Ministério das Finanças (i.e. € 7.500.000 para CCAM fora do SICAM). Está previsto ainda um capital mínimo (i.e. até 1998.12.31 € 249, após 1998.12.31 € 498, após 16.06.2009 € 500) a subscrever em títulos de capital por cada associado.

O capital pode ser reduzido por amortização dos títulos de capital nos termos do art. 17º do RJCAM e restantes condições estatutárias.

B12 - FUNDO DE GARANTIA DE DEPÓSITOS

Na sequência da exoneração do *Sistema Integrado do Crédito Agrícola Mútuo (SICAM)* a CCAM aderiu ao *Fundo de Garantia de Depósitos*. Este foi constituído em Novembro de 1994 com o objetivo de garantir o reembolso de depósitos constituídos nas instituições de crédito aderentes.

A CCAM suportou em 2004 uma contribuição inicial de € 50.000, reconhecida como custo do exercício, anualmente é devida uma contribuição para aquele fundo.

Em 2015, a taxa contributiva de base aplicável foi de 0,005%, a taxa efetiva aplicável a CCAM foi de 0,004% tendo a respetiva contribuição sido de € 4.218, conforme indicado no quadro seguinte:

| Anos | Limite Compromisso Irrevogável | Taxa Contributiva | Taxa Efectiva da CCAM | Contribuição da CCAM | Compromisso Irrevogável |
|------|--------------------------------|-------------------|-----------------------|----------------------|-------------------------|
| 2006 | 15% | 0,030% | 0,024% | 24 398 € | - € |
| 2007 | 15% | 0,030% | 0,024% | 26 766 € | - € |
| 2008 | 10% | 0,030% | 0,024% | 27 562 € | 2 756 € |
| 2009 | 10% | 0,030% | 0,024% | 27 572 € | 2 757 € |
| 2010 | 10% | 0,030% | 0,024% | 28 430 € | 2 843 € |
| 2011 | 10% | 0,030% | 0,024% | 28 824 € | - |
| 2012 | 10% | 0,030% | 0,024% | 26 698 € | |
| 2013 | 10% | 0,030% | 0,024% | 25 358 € | |
| 2014 | 0% | 0,030% | 0,024% | 25 444 € | |
| 2015 | 0% | 0,005% | 0,004% | 4 218 € | |

Em 31 de Dezembro de 2015, para garantir o eventual pagamento destas responsabilidades, a CCAM tinha dado em penhor as seguintes Obrigações do Tesouro:

| Valor do Contrato de Compromisso | Código do Título no Mercado (ISIN) | Descrição | Nº Títulos | Data Vencimento | Justo Valor / Valor Balanço | Identificação do Mercado | Juros Decorridos | Valor Total |
|----------------------------------|------------------------------------|---------------|------------|-----------------|-----------------------------|--------------------------|------------------|------------------|
| 2 757,00 € | PTOTEMOE0027 | OT Junho 2019 | 3 500 | 14/jun/19 | 3 989 € | MTS | 91 € | 4 080 € |
| 28 152,44 € | PTOTEYOE0007 | OT Abril 2021 | 105 500 | 15/abr/21 | 118 993 € | MTS | 2 885 € | 121 879 € |
| 2 843,00 € | PTOTEYOE0007 | OT Abril 2021 | 5 000 | 15/abr/21 | 5 640 € | MTS | 137 € | 5 776 € |
| 2 756,00 € | PTOTE5OE0007 | OT Abril 2037 | 3 500 | 15/abr/37 | 3 844 € | MTS | 102 € | 3 946 € |
| TOTAL | | | | | | | | 135 681 € |

B12 A) - FUNDO DE RESOLUÇÃO

O Fundo de Resolução foi criado pelo Decreto-Lei n.º 31-A/2012, de 10 de fevereiro, que veio introduzir um regime de resolução no Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras, aprovado pelo Decreto-Lei nº 298/92, de 31 de dezembro.

As medidas previstas no novo regime visam, consoante os casos, recuperar ou preparar a liquidação ordenada de instituições de crédito e determinadas empresas de investimento em situação de dificuldade financeira, e contemplam três fases de intervenção pelo Banco de Portugal, designadamente as fases de intervenção corretiva, administração provisória e resolução. Neste contexto, a principal missão do Fundo de Resolução consiste em prestar apoio financeiro à aplicação de medidas de resolução adotadas pelo Banco de Portugal.

A CCAM suportou em 2013 uma contribuição inicial de € 5.000, reconhecida como custo do exercício.

Em 2015 a CCAM de Mafra contribuiu para este fundo com o montante de € 1.174.

B12 B) - FUNDO ÚNICO DE RESOLUÇÃO

No âmbito da criação da União Bancária Europeia, e surgindo com um dos seus 3 pilares, o Mecanismo Único de Resolução terá como função decidir a forma como um banco em dificuldades será intervencionado, recuperado ou liquidado. Para tal, terá que ser dotado de fundos suficientes para atribuir confiança e credibilidade à União Bancária e para reforçar o carácter de independência do sector bancário face aos poderes políticos, aos Estados e aos seus contribuintes, vigorando já em Portugal, contribuições das IC para o efeito.

Assim, a CCAM suportou em 2015 uma contribuição inicial de € 1.000, reconhecida como custo do exercício.

B13 - ESPECIALIZAÇÃO DOS EXERCÍCIOS

A CCAM segue o princípio contabilístico da especialização de exercícios em relação à generalidade das rubricas das demonstrações financeiras, nomeadamente no que se refere ao reconhecimento contabilístico dos juros das operações activas e passivas que são registados à medida que são gerados, independentemente do momento do seu pagamento ou cobrança.

B14 – OPERAÇÕES EM MOEDA ESTRANGEIRA

A compra e a venda de notas e moedas estrangeiras são convertidas para euros com base no câmbio médio à vista de referência à data de 31 de Dezembro de 2015 divulgados pelo Banco Central Europeu e pelo *Banco de Portugal*. As restantes operações em moeda estrangeira, são realizadas por uma instituição bancária em regime de comissão (prestação de serviços).

B15 – PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS EM EMPRESAS FILIAIS E ASSOCIADAS

As participações financeiras podem ser consideradas empresas filiais, sempre que a CCAM detém o controlo ou o poder para o controlo da gestão da entidade, ou empresas associadas, aquelas em que a CCAM exerce direta ou indiretamente uma influência significativa sobre a sua gestão mas não detém o controlo da empresa. Presume-se que existe influência significativa quando a participação no capital é superior a 20%.

Durante o exercício de 2015, a CCAM de Mafra participou no aumento do capital da Crédito Agrícola – Seguros e Pensões, SGPS, SA, tendo alienado 50% da sua posição na CA Vida.

Acções Transmitidas à Crédito Agrícola - Seguros e Pensões, SGPS, S.A. em 18/12/2015

| | CA SEGUROS | CA VIDA |
|--|------------|-----------|
| Nº Acções | 0 | 1 250 |
| Valor Nominal por acção (euros) | 2,5 | 5,00 |
| Valor de transmissão por acção (euros) | 6,8 | 27,06 |
| Valor de transmissão global (euros) | 0,00 | 33 825,00 |

Acções Detidas na Crédito Agrícola - Seguros e Pensões, SGPS, S.A. em 18/12/2015

| | CA SeP |
|---------------------------------|-----------|
| Nº Acções | 6 765 |
| Valor Nominal por acção (euros) | 33 825,00 |
| % detida no Capital Social | 0,0265% |

NOTA 2 – MARGEM FINANCEIRA

O valor desta rubrica é composto por:

| | 31/12/2015 | 31/12/2014 |
|---|------------------|------------------|
| Juros e Rendimentos Similares | | |
| Juros de disponibilidades em Bancos Centrais | 502 | 1 698 |
| Juros de disponibilidades e aplicações em Outras Instituições Crédito | 405 869 | 442 724 |
| Juros de Crédito a Clientes | 2 496 716 | 2 867 186 |
| Juros de Ativos Financeiros disponíveis para Venda | 1 892 533 | 1 741 799 |
| Outros Juros e Rendimentos Similares | 19 045 | 21 251 |
| Comissões de operações de Crédito | 79 571 | 70 949 |
| | 4 894 236 | 5 145 607 |
| Juros e Encargos Similares | | |
| Juros de encargos em Bancos Centrais | 17 | 17 |
| Juros de Recursos de Outras Instituições de Crédito | 13 154 | 4 576 |
| Juros de Recursos de Clientes | 871 705 | 1 258 120 |
| | 884 876 | 1 262 713 |
| MARGEM FINANCEIRA | 4 009 360 | 3 882 894 |

NOTA 3 – RENDIMENTO DE INSTRUMENTOS DE CAPITAL

Esta rubrica apresenta a seguinte decomposição:

| | 31/12/2015 | 31/12/2014 |
|---|---------------|---------------|
| Ativos Financeiros Disponíveis para Venda | 27 329 | 15 328 |
| | 27 329 | 15 328 |

NOTA 4 – RENDIMENTOS DE SERVIÇOS E COMISSÕES

O valor desta rubrica é composto por:

| | 31/12/2015 | 31/12/2014 |
|--|------------------|------------------|
| Rendimentos de Serviços e Comissões | | |
| Por serviços prestados | 521 539 | 595 269 |
| Outros Proveitos de Serviços e Comissões | 494 664 | 508 900 |
| | 1 016 203 | 1 104 169 |
| Encargos com Serviços e Comissões | | |
| Por serviços bancários prestados por terceiros | 251 888 | 265 666 |
| Por operações realizadas por terceiros | 229 136 | 208 503 |
| Outras Comissões Pagas | 14 900 | 30 509 |
| | 495 924 | 504 678 |
| Total Ganhos/Perdas em Serviços e Comissões | 520 280 | 599 492 |

NOTA 5 – RESULTADOS DE ATIVOS DISPONÍVEIS PARA VENDA

Esta rubrica apresenta a seguinte decomposição:

| | 31/12/2015 | | | 31/12/2014 | | |
|-------------------------------|------------|--------|------------------|------------|--------|----------------|
| | Proveitos | Custos | Total | Proveitos | Custos | Total |
| Instrumentos de Dívida | | | | | | |
| De Dívida Pública | | | | | | |
| Títulos de Dívida Pública | 1 895 357 | 90 633 | 1 804 724 | 706 765 | 10 340 | 696 425 |
| | | | 1 804 724 | | | 696 425 |

NOTA 6 – RESULTADOS DE REAVIAÇÃO CAMBIAL

O valor desta rubrica é composto por:

| | 31/12/2015 | | | 31/12/2014 | | |
|---------------------|------------|--------|--------------|------------|--------|--------------|
| | Proveitos | Custos | Total | Proveitos | Custos | Total |
| Reavaliação Cambial | 2 781 | 1 038 | 1 743 | 2 828 | 644 | 2 185 |
| | | | 1 743 | | | 2 185 |

NOTA 7 – RESULTADO DE ALIENAÇÃO DE OUTROS ATIVOS

Esta rubrica apresenta a seguinte decomposição:

| | 31/12/2015 | 31/12/2014 |
|---|----------------|---------------|
| Resultado de Alienação de Outros Activos | | |
| Ativos Não Correntes Detidos para Venda | -77 205 | 18 625 |
| Outros Activos Tangíveis | 37 000 | 37 289 |
| | -40 205 | 55 914 |

NOTA 8 – OUTROS RESULTADOS DE EXPLORAÇÃO

O valor desta rubrica é composto por:

| | 31/12/2015 | 31/12/2014 |
|--|-----------------|-----------------|
| Outros Proveitos Operacionais | | |
| Outros Ganhos e Rendimentos Operacionais | 169 273 | 243 247 |
| | 169 273 | 243 247 |
| Outros Custos Operacionais | | |
| Impostos Directos e Indirectos | 81 297 | 43 561 |
| Quotizações e Donativos | 63 390 | 90 126 |
| Contribuições para o FGD e FR | 6 391 | 26 506 |
| Outros Encargos e Gastos Operacionais | 125 113 | 315 535 |
| | 276 192 | 475 728 |
| | -106 919 | -232 481 |

NOTA 9 – CUSTOS COM O PESSOAL

O valor desta rubrica é composto por:

| | 31/12/2015 | 31/12/2014 |
|---|------------------|------------------|
| Vencimentos e Salários | | |
| Remuneração Órgãos de Gestão e Fiscalização | 309 913 | 305 321 |
| Remuneração Empregados | 1 149 728 | 1 179 194 |
| Encargos Sociais Obrigatórios | | |
| Segurança Social | 307 092 | 303 996 |
| SAMS | 70 252 | 62 062 |
| Fundo Pensões | 0 | 0 |
| Outros Encargos Obrigatórios | 30 403 | 17 384 |
| Outros Custos com o Pessoal | | |
| Outros Encargos | 1 178 | 1 178 |
| | 1 868 567 | 1 869 134 |

NOTA 10 – GASTOS GERAIS ADMINISTRATIVOS

O valor desta rubrica é composto por:

| | 31/12/2015 | 31/12/2014 |
|-------------------------------------|------------------|------------------|
| Água, Energia e Combustíveis | 98 255 | 96 301 |
| Material de Consumo Corrente | 61 237 | 57 061 |
| Publicações | 621 | 1 201 |
| Material de Higiene e Limpeza | 3 404 | 3 592 |
| Outros Fornecimentos de Terceiros | 11 150 | 12 714 |
| Rendas e Alugueres | 27 085 | 27 085 |
| Comunicações | 114 210 | 131 644 |
| Deslocações Estadas e Representação | 22 481 | 26 321 |
| Publicidade e Edição de Publicações | 66 062 | 53 875 |
| Conservação e Reparação | 54 133 | 43 956 |
| Transportes | 15 802 | 11 238 |
| Formação Pessoal | 12 995 | 7 449 |
| Seguros | 41 709 | 43 798 |
| Serviços Especializados | | |
| Avenças e Honorários | 14 716 | 23 785 |
| Judiciais Contencioso e Notariado | 79 377 | 52 278 |
| Informática | 104 300 | 94 631 |
| Limpeza | 25 680 | 22 943 |
| Banco de Dados | 3 362 | 8 352 |
| Mão de Obra Eventual | 2 802 | 702 |
| Outros Serviços Especializados | 417 159 | 389 124 |
| Outros Serviços de Terceiros | 71 805 | 52 131 |
| | 1 248 345 | 1 160 182 |

NOTA 11 – CAIXA E DISPONIBILIDADES EM BANCOS CENTRAIS

Esta rubrica apresenta a seguinte decomposição:

| | 31/12/2015 | 31/12/2014 |
|---|------------------|------------------|
| Caixa | 1 448 987 | 1 434 781 |
| Depósitos à Ordem em Bancos Centrais | | |
| Banco de Portugal | 1 023 549 | 978 658 |
| | 2 472 536 | 2 413 439 |

A rubrica Depósitos à Ordem em Bancos Centrais – Banco de Portugal inclui depósitos de carácter obrigatório, que têm por objectivo satisfazer os requisitos legais quanto à constituição de disponibilidades mínimas de caixa.

NOTA 12 – DISPONIBILIDADES EM OUTRAS INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

O valor desta rubrica é composto por:

| | 31/12/2015 | 31/12/2014 |
|--|----------------|----------------|
| Disponibilidade em Outras Instituições de Crédito no País | | |
| Depósitos à ordem | 544 781 | 951 580 |
| | 544 781 | 951 580 |

NOTA 13 – ATIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA

Esta rubrica inclui os ativos financeiros disponíveis para venda da CCAM de Mafra, que são registados ao justo valor e incluem Obrigações do Tesouro representando cerca de 6 % da carteira com vencimento no 2º Trimestre de 2016 os restantes 94% da carteira, com diversos prazos de vencimento, conforme quadro de maturidades.

| Maturidade da Carteira | 31/12/2015 | | 31/12/2014 | |
|------------------------|-------------------|------------|-------------------|------------|
| | Montante | % Carteira | Montante | % Carteira |
| Até 1 Ano | 3 140 263 | 6,18% | 2 466 753 | 4,89% |
| 1 Ano a 2 Anos | 0 | 0,00% | 2 882 803 | 5,71% |
| 2 Anos a 5 Anos | 5 457 864 | 10,74% | 6 018 256 | 11,92% |
| Mais de 5 Anos | 42 213 269 | 83,08% | 39 114 213 | 77,48% |
| Total | 50 811 396 | | 50 482 025 | |

Esta rubrica apresenta a seguinte decomposição:

| | 31/12/2015 | | | | | | |
|--------------------------------|--------------------|-------------------|------------------|------------------------|----------------|--------------|-------------------|
| | Ao Custo Histórico | Valor Mercado | Juros corridos | Reserva de Justo Valor | | Imparidade | Valor Balanço |
| | | | | Positiva | Negativa | | |
| Instrumentos de Dívida | | | | | | | |
| De Dívida Pública | | | | | | | |
| Títulos de Dívida Pública | | 49 668 033 | 1 143 362 | 4 598 764 | 451 199 | | 50 811 396 |
| Instrumentos de Capital | | | | | | | |
| Participações Financeiras | | | | | | | |
| Ações | 52 671 | | | | | 4 946 | 47 724 |
| Outras | 1 240 692 | | | | | | 1 240 692 |
| | 1 293 363 | 49 668 033 | 1 143 362 | 4 598 764 | 451 199 | 4 946 | 52 099 812 |

| | 31/12/2014 | | | | | | |
|--------------------------------|--------------------|-------------------|------------------|------------------------|----------|--------------|-------------------|
| | Ao Custo Histórico | Valor Mercado | Juros corridos | Reserva de Justo Valor | | Imparidade | Valor Balanço |
| | | | | Positiva | Negativa | | |
| Instrumentos de Dívida | | | | | | | |
| De Dívida Pública | | | | | | | |
| Títulos de Dívida Pública | | 49 248 576 | 1 233 449 | 6 286 864 | | | 50 482 025 |
| Instrumentos de Capital | | | | | | | |
| Participações Financeiras | | | | | | | |
| Ações | 25 096 | | | | | 4 946 | 20 149 |
| Outras | 1 240 692 | | | | | | 1 240 692 |
| | 1 265 788 | 49 248 576 | 1 233 449 | 6 286 864 | 0 | 4 946 | 51 742 867 |

NOTA 14 – APLICAÇÕES EM INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

O valor desta rubrica é composto por:

| | 31/12/2015 | 31/12/2014 |
|--|-------------------|-------------------|
| Aplicações em Instituições de Crédito no País | | |
| Depósitos | 30 882 808 | 22 642 908 |
| Juros e Rendimentos Similares | | |
| Juros de Aplicações em Instituições de Crédito | 283 969 | 228 846 |
| | 31 166 777 | 22 871 754 |

NOTA 15 – CRÉDITO A CLIENTES

Esta rubrica apresenta a seguinte decomposição:

| | 31/12/2015 | 31/12/2014 |
|--|-------------------|-------------------|
| Credito Interno + Juros | | |
| Empresas e Administrações Publicas | | |
| Desconto e Outros Creditos Titulados Por Efeitos | 45 169 | 72 679 |
| Emprestimos | 8 779 492 | 11 393 521 |
| Creditos em Conta Corrente | 2 926 305 | 3 004 895 |
| Descobertos em Depositos a Ordem | 10 854 | 31 917 |
| Particulares | | |
| Habitacao | 22 032 575 | 23 171 210 |
| Consumo | 848 551 | 775 612 |
| Outras Finalidades | | |
| Desconto e Outros Creditos Titulados Por Efeito | 14 863 | 40 470 |
| Emprestimos | 13 955 607 | 14 514 771 |
| Creditos em Conta Corrente | 1 938 106 | 1 911 412 |
| Descobertos em Depositos a Ordem | 33 894 | 42 437 |
| | 50 585 416 | 54 958 924 |
| Credito e Juros Vencidos | | |
| Empresas e Administrações Publicas | | |
| Emprestimos | 5 231 574 | 3 017 892 |
| Particulares | | |
| Habitacao | 1 190 083 | 1 226 952 |
| Consumo | 74 173 | 82 314 |
| Outras Finalidades | | |
| Emprestimos | 4 174 917 | 3 858 836 |
| Juros Vencidos | 61 979 | 59 388 |
| | 10 732 727 | 8 245 382 |
| | 61 318 143 | 63 204 306 |
| Provisões Acumuladas | | |
| Para Crédito de Cobrança Duvidosa | 886 164 | 828 463 |
| Para Crédito Vencido | 10 429 390 | 8 186 454 |
| | 11 315 554 | 9 014 917 |
| | 50 002 589 | 54 189 389 |

Os montantes de Crédito e Juros vencidos assim como as respetivas provisões acumuladas são os referidos nos seguintes mapas:

| | 31/12/2015 | | | | | | |
|--------------------------------------|--------------|------------------|------------|---|--|-------------------------------|----------------|
| GARANTIAS | Sem garantia | Garantia Pessoal | Penhor DP | Habitacao Gar. Real Hipot < 75 % gar. | Habitacao Gar Real Hipot => 75 % gar | Hipotecas para Outros Fins | TOTAIS |
| Crédito e Juros Vencidos | | | | | | | |
| Créditos Elegíveis | 862 012 | 595 161 | 387 | 2 144 937 | 37 441 | 7 092 789 | 10 732 727 |
| Provisões | | | | | | | |
| Provisão Regulamentar 1) (a) | (834 441) | (578 997) | (3) | (1 738 351) | (31 116) | (4 450 778) | (7 633 687) |
| Provisão Não Regulamentar (*) (b) | (24 474) | (8 474) | (1) | (397 798) | (6 323) | (2 358 632) | (2 795 703) |
| Provisão Existente (a+b) | (858 916) | (587 471) | (4) | (2 136 149) | (37 440) | (6 809 410) | (10 429 390) |
| Valor Crédito Vencido Líquido | 3 096 | 7 690 | 383 | 8 788 | 2 | 283 378 | 303 337 |

| 31/12/2014 | | | | | | | |
|--------------------------------------|------------------|------------------|------------|---|--|-------------------------------|--------------------|
| GARANTIAS | Sem garantia | Garantia Pessoal | Penhor DP | Habitação Gar. Real Hipot < 75 % gar. | Habitação Gar Real Hipot => 75 % gar | Hipotecas para Outros Fins | TOTAIS |
| Crédito e Juros Vencidos | | | | | | | |
| Créditos Elegíveis | 801 446 | 651 267 | 21 | 38 339 | 2 228 563 | 4 525 747 | 8 245 382 |
| Provisões | | | | | | | |
| Provisão Regulamentar 1) (a) | (777 667) | (611 288) | (0) | (27 263) | (1 794 596) | (3 872 588) | (7 083 402) |
| Provisão Não Regulamentar (*) (b) | (22 300) | (36 866) | (0) | (10 355) | (407 498) | (626 032) | (1 103 052) |
| Provisão Existente (a+b) | (799 968) | (648 154) | (0) | (37 618) | (2 202 094) | (4 498 620) | (8 186 454) |
| Valor Crédito Vencido Líquido | 1 478 | 3 113 | 21 | 720 | 26 469 | 27 127 | 58 928 |

1) – Provisões Regulamentares de acordo com o nº 3 do Aviso 3/95 do Banco de Portugal, sendo os crédito enquadrados nas classes de risco em função do período decorrido após o respectivo vencimento.

(*) - Foram constituídas provisões adicionais às regulamentares, para o crédito e juros vencidos das classes I a XII, de 3 a 60 meses, de acordo com a morosidade dos tribunais na resolução dos processos em contencioso.

Os movimentos ocorridos nas provisões para crédito e juros vencidos e cobrança duvidosa foram os seguintes:

| | 31/12/2015 | 31/12/2014 |
|----------------------|-------------------|------------------|
| Saldo Inicial | 9 014 917 | 8 485 772 |
| Dotações | 3 749 628 | 3 388 152 |
| Utilizações | 0 | 0 |
| Transferências | 0 | 0 |
| Reversões | 1 448 991 | 2 859 007 |
| Saldo Final | 11 315 554 | 9 014 917 |

NOTA 16 – ATIVOS NÃO CORRENTES DETIDOS PARA VENDA

O valor desta rubrica é composto por:

| | 31/12/2015 | 31/12/2014 |
|---|------------------|------------------|
| Ativos Não Correntes Detidos para Venda | | |
| Imóveis | 6 943 614 | 7 606 592 |
| Outros Ativos Tangíveis | 70 169 | 70 169 |
| Provisões para Imparidade - Ativos Não Financeiros | | |
| Imóveis | 2 678 598 | 2 947 970 |
| Outros Ativos Tangíveis | 70 169 | 70 169 |
| | 4 265 016 | 4 658 622 |

O movimento ocorrido nas provisões desta rubrica:

| | 31/12/2015 | 31/12/2014 |
|----------------------|------------------|------------------|
| Saldo Inicial | 3 018 139 | 3 169 264 |
| Dotações | 0 | 0 |
| Utilizações | 99 872 | 151 125 |
| Transferências | 0 | 0 |
| Reversões | 169 500 | 0 |
| Saldo Final | 2 748 767 | 3 018 139 |

NOTA 17 – OUTROS ATIVOS TANGÍVEIS

Esta rubrica apresenta a seguinte decomposição:

| | 31/12/2015 | 31/12/2014 |
|---|-------------------|-------------------|
| Imóveis | | |
| De Serviço Próprio | 8 655 273 | 8 655 273 |
| Equipamento | | |
| Mobiliário e Material | 340 781 | 340 781 |
| Maquinas e Ferramentas | 488 886 | 466 170 |
| Equipamento Informático | 1 191 473 | 1 183 498 |
| Instalações Interiores | 252 095 | 252 095 |
| Material Transporte | 221 793 | 217 892 |
| Equipamento Segurança | 418 342 | 418 342 |
| Outro Equipamento | 90 861 | 90 861 |
| Outros Ativos Tangíveis em Curso | 0 | 8 000 |
| Outros Ativos Tangíveis | | |
| Diversos | 11 223 | 11 223 |
| Património Artístico | 17 155 | 2 805 |
| | 11 687 883 | 11 646 940 |

O movimento desta rubrica foi o seguinte:

| | Imóveis | Equipamento | Ativos Tangíveis em Curso | Outros Ativos Tangíveis | Total |
|------------------------------------|------------------|----------------|---------------------------|-------------------------|------------------|
| Saldo Líquido a 31-Dez-2014 | 6 171 651 | 333 722 | 8 000 | 14 028 | 6 527 401 |
| Compras | | 124 825 | | | 124 825 |
| Abates / Vendas | | | | | 0 |
| Amortizações do Exercício | 195 602 | 158 369 | 0 | | 353 971 |
| Transferências | | 8 000 | -8 000 | | 0 |
| Saldo Líquido a 31-Dez-2015 | 5 976 049 | 308 178 | 0 | 14 028 | 6 298 254 |

NOTA 18 – ATIVOS INTANGÍVEIS

Esta rubrica decompõe-se como segue:

| | 31/12/2015 | 31/12/2014 |
|---|----------------|----------------|
| Outros Ativos Intangíveis | | |
| Sistema de Tratamento Automático de Dados | 250 769 | 225 616 |
| Outros Ativos Intangíveis | 15 990 | 6 765 |
| | 266 759 | 232 381 |

O movimento desta rubrica foi o seguinte:

| | Sistema de Tratamento Automático de Dados | Outros Ativos Intangíveis | Total |
|------------------------------------|---|---------------------------|---------------|
| Saldo Líquido a 31-Dez-2014 | 15 476 | 3 382 | 18 858 |
| Compras | 34 379 | | 34 379 |
| Abates / Vendas | | | |
| Amortizações do Exercício | 17 266 | 3 300 | 20 566 |
| Transferências | | | |
| Saldo Líquido a 31-Dez-2015 | 32 589 | 82 | 32 671 |

NOTA 19 – INVESTIMENTOS EM FILIAIS, ASSOCIADAS E EMPREENDIMENTOS CONJUNTOS

Esta rubrica apresenta a seguinte decomposição:

| | 31/12/2015 | 31/12/2014 |
|--|--------------|--------------|
| Investimentos em Empreendimentos conjuntos | | |
| Agrimutuo - Federação Nacional das Caixas de Crédito Agrícola Mutuo, F.C.R.L | 1 250 | 1 250 |
| Saldo Líquido | 1 250 | 1 250 |

NOTA 20 – OUTROS ATIVOS

Esta rubrica apresenta a seguinte decomposição:

| | 31/12/2015 | 31/12/2014 |
|--|----------------|----------------|
| Devedores e Outras Aplicações | | |
| Outros Devedores Diversos | 146 407 | 230 606 |
| Outros Activos | | |
| Ouro Metais Preciosos, Numismática e Moeda | 117 724 | 113 153 |
| Despesas com Encargos Diferidos | | |
| Outras Despesas com Encargo Diferido | 44 997 | 82 208 |
| Outras Contas de Regularização | | |
| Outras Contas de Regularização | 93 145 | 234 831 |
| Responsabilidades com pensões e Out. Benefícios | | |
| Responsabilidades Totais | 60 075 | 155 688 |
| | 462 347 | 816 486 |

NOTA 21 – RECURSOS DE OUTRAS INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Esta rubrica apresenta a seguinte decomposição:

| | 31/12/2015 | 31/12/2014 |
|--|------------|------------------|
| Recursos de Instituições de Crédito no País | | |
| Depósitos | | |
| Depósitos à Ordem | 938 | 50 006 |
| Depósitos a Prazo | | 3 700 000 |
| | 938 | 3 750 006 |

NOTA 22 – RECURSOS DE CLIENTES E OUTROS EMPRÉSTIMOS

Esta rubrica apresenta a seguinte decomposição:

| | 31/12/2015 | 31/12/2014 |
|------------------------------------|--------------------|--------------------|
| Depósitos de Residentes | | |
| Do Sector Publico Administrativo | | |
| Depósitos à Ordem | 265 677 | 353 810 |
| Depósitos a Prazo | 505 065 | 274 838 |
| De Emigrantes | | |
| Depósitos à Ordem | 5 872 | 4 498 |
| Depósitos a Prazo | 0 | 0 |
| Depósitos de Poupança | 1 049 | 1 050 |
| De Outros Residentes | | |
| Depósitos à Ordem | 31 080 349 | 26 884 784 |
| Depósitos a Prazo | 74 060 138 | 69 725 765 |
| Depósitos de Poupança | | |
| Poupança Reformado | 9 603 671 | 9 411 930 |
| Poupança Outros | 2 783 057 | 2 672 077 |
| Outros Recursos de Clientes | | |
| Cheques e Ordens a Pagar | 4 888 | 4 888 |
| | 118 309 765 | 109 333 639 |

Esta rubrica inclui os saldos dos recursos de clientes e os respetivos juros mensualizados até à data.

NOTA 23 – PROVISÕES

O valor desta rubrica é composto por:

| | Provisão para Riscos Gerais de Crédito 1) | Outras Provisões | TOTAL Provisões |
|-----------------------------------|---|------------------|------------------|
| Saldo Inicial a 1-Jan-2014 | 609 490 | 580 000 | 1 189 490 |
| Dotações | 16 860 | 0 | 16 860 |
| Utilizações | 0 | 0 | 0 |
| Transferências | 0 | 0 | 0 |
| Reversões | 48 633 | 0 | 48 633 |
| Saldo a 31-Dez-2014 | 577 717 | 580 000 | 1 157 717 |
| Dotações | 13 736 | 0 | 13 736 |
| Utilizações | 0 | 200 004 | 200 004 |
| Transferências | 0 | 0 | 0 |
| Reversões | 156 621 | 0 | 156 621 |
| Saldo a 31-Dez-2015 | 434 832 | 379 996 | 814 828 |

1) – Provisões Regulamentares de acordo com o ponto 7º, nº 3 do Aviso nº 3/95 do Banco de Portugal. Estas provisões para riscos gerais de crédito correspondem a 1% sobre o total do crédito concedido pela instituição, incluindo o representado por aceites, garantias e outros instrumentos de natureza análoga, sendo que para as operações de crédito ao consumo, as provisões constituídas correspondem a 1,5% dos respetivos valores. Para as operações de crédito garantidas por hipoteca sobre imóvel ou de operações de locação financeira imobiliária, quando o imóvel se destina a habitação do mutuário, foram constituídas provisões correspondentes a 0,5 % dos respetivos valores.

NOTA 24 – OUTROS PASSIVOS

Esta rubrica apresenta a seguinte decomposição:

| | 31/12/2015 | 31/12/2014 |
|--|----------------|----------------|
| Credores e Outros Recursos | | |
| Sector Publico Administrativo | 104 049 | 116 338 |
| Cobrança por Conta de Terceiros | 3 705 | 3 781 |
| Contribuições para Outros Sistemas Saude | 5 675 | 5 714 |
| Credores Diversos | 144 709 | 154 900 |
| Receitas Com Rendimento Diferidos | | |
| Proveitos Diferidos | 2 274 | 2 380 |
| Encargos a Pagar | | |
| Outros Encargos a Pagar | 475 168 | 455 113 |
| Outras Contas de Regularização | | |
| Outras Contas de Regularização | 66 722 | 122 569 |
| | 802 303 | 860 794 |

NOTA 25 – CAPITAL

Esta rubrica apresenta a seguinte variação:

| | Incorporação de reservas | Emissão/Reestituição de títulos de capital | Total |
|--|--------------------------|--|-------------------|
| Saldo em 31-Dez-2013 | 13 925 465 | 451 190 | 14 376 655 |
| Incorporação de reservas | | | |
| Emissão/Reestituição de títulos de capital | | -4 115 | -4 115 |
| Saldo em 31-Dez-2014 | 13 925 465 | 447 075 | 14 372 540 |
| Incorporação de reservas | | | 0 |
| Emissão/Reestituição de títulos de capital | | -3 040 | -3 040 |
| Saldo em 31-Dez-2015 | 13 925 465 | 444 035 | 14 369 500 |

Em 31 de Dezembro de 2015, o capital da CCAM de Mafra encontra-se disperso por 4.915 associados, não existindo nenhum associado a deter mais de € 1.000 (200 títulos de capital) no capital da CCAM.

NOTA 26 – RESERVAS DE REAVALIAÇÃO

Esta rubrica apresenta a decomposição seguinte:

| | Reservas de Reavaliação | | | Reservas Por Impostos Diferidos | | TOTAL |
|----------------------------------|--|--------------------------------|--------------------------------|---------------------------------|-----------------------------------|------------------|
| | Reservas de Reavaliação do Justo Valor | Reservas de Reavaliação Legais | Outras Reservas de Reavaliação | Por Diferenças Temporárias | Por Prejuízos ou Créditos Fiscais | |
| Saldo Final a 31-Dez-2014 | 5 578 986 | 377 544 | 330 334 | -1 282 913 | 53 366 | 5 057 317 |
| Constituições | 8 767 357 | 6 812 | 108 628 | -7 637 | 0 | 8 875 161 |
| Anulações | 7 335 936 | 0 | 6 359 | 314 433 | 728 | 7 657 456 |
| Transferências | | | | | | 0 |
| Saldo Final a 31-Dez-2015 | 4 147 565 | 370 732 | 228 065 | -960 843 | 54 094 | 3 839 612 |

As reservas de reavaliação do Justo valor são movimentadas de acordo com o que se encontra estipulado no §55 alínea b) da IAS 39 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração, sendo calculados os impostos diferidos respeitantes aos montantes inscritos nestas reservas de reavaliação, conforme o estipulado na IAS 12 – Imposto sobre o Rendimento.

Os movimentos na rubrica Reservas de Reavaliação respeitam à flutuação do justo valor (ganhos e perdas) dos ativos financeiros classificados como disponíveis para venda, nomeadamente os Títulos de Dívida Pública mencionados na Nota 13.

Estas flutuações devem ser registadas nesta rubrica até que os respetivos ativos financeiros sejam desreconhecidos, altura em que são reconhecidos nos lucros ou prejuízos do exercício.

NOTA 27 – OUTRAS RESERVAS E RESULTADOS TRANSITADOS

Esta rubrica apresenta a decomposição seguinte:

| | Outras Reservas | | | | Resultados Transitados | TOTAL |
|----------------------------------|------------------|------------------|--------------------------------------|-----------------|--|-------------------|
| | Reserva Legal | Reserva Especial | Reserva Especial artº 32 DL 162/2014 | Outras Reservas | Diferenças resultantes de Alteração de Políticas Contabilísticas | |
| Saldo Final a 31-Dez-2014 | 9 321 924 | 701 035 | 0 | 6 983 | (28.447) | 10 001 495 |
| Constituições | 95 735 | 41 | 354 450 | | 28 309 | 478 535 |
| Anulações | | | | | 28 477 | 28 477 |
| Transferências | | | | | | 0 |
| Saldo Final a 31-Dez-2015 | 9 417 659 | 701 076 | 354 450 | 6 983 | (28.309) | 10 451 860 |

NOTA 28 – COMPROMISSOS ASSUMIDOS

Os compromissos associados à atividade bancária encontram-se registados em rubricas extrapatrimoniais e apresentam o seguinte detalhe:

| | 31/12/2015 | 31/12/2014 |
|--|-------------------|-------------------|
| Garantias Prestadas e Outros Passivos Eventuais | | |
| Empresas e Administrações Públicas | 530 018 | 525 837 |
| Particulares | 330 538 | 394 486 |
| | 860 555 | 920 324 |
| Garantias Recebidas | | |
| Empresas e Administrações Públicas | 3 368 203 | 3 086 143 |
| Particulares | 1 848 967 | 1 883 458 |
| | 5 217 169 | 4 969 601 |
| Compromissos perante Terceiros | | |
| Linhas de Crédito Irrevogáveis | 4 876 747 | 16 057 212 |
| Responsabilidades a prazo de contribuições para o FGD | 36 508 | 36 508 |
| Linhas de Crédito Revogáveis | 10 651 575 | - |
| | 15 564 830 | 16 093 720 |
| | 31/12/2015 | 31/12/2014 |
| Responsabilidades por prestação de Serviços | | |
| Cobrança de Valores | 4 976 | 70 165 |
| | 4 976 | 70 165 |
| Outras Contas Extrapatrimoniais | | |
| Créditos Abatidos ao Ativo | 219 632 | 218 541 |
| Juros Vencidos | 220 804 | 61 488 |
| Despesas de crédito vencido | 215 994 | 166 812 |
| | 656 430 | 446 841 |

NOTA 29 – PROVISÕES LÍQUIDAS DE REPOSIÇÕES E ANULAÇÕES

Esta rubrica apresenta a decomposição seguinte:

| | 31/12/2015 | 31/12/2014 |
|--------------------|-----------------|----------------|
| Dotações | 13 736 | 16 860 |
| Utilizações | 0 | 0 |
| Reversões | 156 621 | 48 633 |
| Saldo Final | -142 885 | -31 773 |

NOTA 30 – CORREÇÕES DE VALOR ASSOCIADO AO CRÉDITO A CLIENTES E VALORES A RECEBER DE OUTROS DEVEDORES

O valor desta rubrica apresenta a seguinte variação:

| | 31/12/2015 | 31/12/2014 |
|--------------------|------------------|----------------|
| Dotações | 3 749 628 | 3 388 152 |
| Utilizações | 0 | 0 |
| Reversões | 1 448 991 | 2 859 007 |
| Saldo Final | 2 300 638 | 529 145 |

NOTA 31 – IMPARIDADE DE OUTROS ATIVOS

Esta rubrica apresenta a decomposição seguinte:

| | Outros Ativos | |
|--------------------|-----------------|------------|
| | 31/12/2015 | 31/12/2014 |
| Dotações | 0 | 0 |
| Utilizações | 0 | 0 |
| Reversões | 169 500 | 0 |
| Saldo Final | -169 500 | 0 |

NOTA 32 – IMPOSTOS DIFERIDOS

Em consequência da aplicação das NCA's a CCAM apurou impostos diferidos conforme detalhe seguinte:

| | Balço | | DR | |
|--|------------------|------------------|-----------------|----------------|
| | 2015 | 2014 | 2015 | 2014 |
| Ativos por impostos diferidos | | | | |
| Provisões tributadas a deduzir em períodos futuros | 2 310 514 | 2 283 006 | 225 247 | 531 171 |
| Ativos Financeiros Disponíveis para Venda | 101 520 | 0 | | |
| Benefícios fiscais (p.e. criação emprego a jovens) | 0 | 0 | | |
| Outros | 628 948 | 180 571 | 49 652 | 340 |
| | 3 040 982 | 2 463 577 | 274 899 | 531 511 |
| Passivos por impostos diferidos | | | | |
| Reservas de Reavaliações | 23 701 | 24 428 | | |
| Ativos Financeiros Disponíveis para Venda | 1 034 722 | 1 255 272 | | |
| Provisões tributadas a deduzir em períodos futuros | | | 731 083 | 472 284 |
| Outros | | | 19 702 | 3 779 |
| | 1 058 422 | 1 279 700 | 750 785 | 476 063 |
| Impacto total dos Impostos diferidos | 1 982 560 | 1 183 876 | -475 886 | 55 449 |

NOTA 33 – INFORMAÇÃO SOBRE A COBERTURA DE RESPONSABILIDADES DE PENSÕES DE REFORMA E SOBREVIVÊNCIA

De acordo com as Cláusulas 109^a, 110^a e 111^a do ACT, os participantes ao abrigo do Plano de Pensões terão direito a uma pensão de invalidez ou velhice, em função do nível e diuturnidades, calculados e atualizados com base na totalidade do tempo de serviço prestado até à data do evento.

Assim, o cálculo das pensões inclui as diuturnidades futuras até à aposentação definidas na Cláusula 81^a do ACT.

Foram consideradas as promoções obrigatórias por antiguidade estabelecidas pela Cláusula 15^a do ACT, ou seja, o salário pensionável, projetado para a idade de reforma, incorporou a evolução automática na carreira até à idade normal de reforma.

Porém, de acordo com o Aviso nº 12/2001 com as alterações introduzidas designadamente pelos avisos nº 4/2005, nº 12/2005 e nº 7/2008 do Banco de Portugal, o reconhecimento do impacto que, a 30 de Junho de 2008, se encontrava por reconhecer ao abrigo do plano de amortização decorrente da transição para as normas internacionais de contabilidade pode ser atingido através da aplicação de um plano de amortização de prestações uniformes até 31 de Dezembro de 2014.

Adicionalmente o reconhecimento do impacto que, a 30 de Junho de 2008, se encontrava por reconhecer decorrente da alteração da tábua de mortalidade bem como das responsabilidades relativas a cuidados médicos pós-emprego, pode ser reconhecido através da aplicação de um plano de amortização de prestações uniformes anuais até 31 de Dezembro de 2016.

De acordo com a cláusula 116ª do acordo coletivo de trabalho (ACT), constituem contribuições obrigatórias das instituições de crédito para os SAMS a verba correspondente a 6,5% das pensões de reforma e sobrevivência.

No final do exercício de 2008, as responsabilidades com cuidados médicos pós-emprego (SAMS) passaram a ser financiados através do fundo de pensões.

Em 31 de Dezembro de 2013 foram publicados o Decreto-Lei nº 167-E/2013 e a Portaria nº 378-G/2013, produzindo efeitos a 1 de Janeiro de 2014, que vieram alterar a forma de determinação da idade normal de acesso à pensão de velhice do regime geral da Segurança Social, tendo como referência a evolução da esperança média de vida aos 65 anos. Assim foi fixada para 2014 e 2015 a idade normal de reforma de 66 anos, para 2016 a idade de 66 anos e 2 meses e futuramente a idade normal de reforma varia de acordo com a evolução da esperança média de vida aos 65 anos, verificada entre o 2º e 3º ano anteriores ao ano de início da pensão de velhice, na proporção de dois terços.

Adicionalmente, o Decreto-lei nº 167-E/2013 introduziu outras alterações no cálculo da pensão do regime geral da Segurança Social, designadamente a não aplicação do fator de sustentabilidade às pensões estatutárias dos beneficiários que passem à situação de pensionistas de velhice na idade normal de acesso à pensão ou em idade superior. O acima referido Decreto-Lei veio ainda alterar a fórmula de cálculo do fator de sustentabilidade através da alteração do ano de referência inicial da esperança média de vida aos 65 anos, do ano de 2006 para o ano 2000, passando a aplicar-se sobre o valor da pensão estatutária da Segurança Social dos beneficiários que acedam à pensão antes da idade normal de reforma.

O estudo atuarial que seguidamente se apresenta assenta em pressupostos considerados adequados para este esquema de reformas, enquadrados nos princípios estabelecidos na *International Accounting Standard (IAS) 19*.

As responsabilidades assumidas para com os seus funcionários estão cobertas, conforme referido na nota B 10.1) pelo Fundo de Pensões do Crédito Agrícola Mútuo.

CARACTERIZAÇÃO DA POPULAÇÃO

| POPULAÇÃO | 31/12/2015 | 31/12/2014 |
|---|------------|------------|
| Ativos | | |
| Número de Participantes | 40 i) | 39 ii) |
| Número de Participantes com mais de 65 anos | 0 | 0 |
| Idade Média | 46,5 | 45,5 |
| Antiguidade Média na Banca | 21,6 | 20,6 |
| Salário Médio Anual | 31 169 € | 31 547 € |
| Reformados | | |
| Número de Participantes | 11 | 11 |
| Idade Média | 70,5 | 69,5 |
| Pensão Média Anual a Cargo do Fundo | 1 345 € | 1 348 € |

- i) – Relativamente ao Relatório Atuarial do Fundo de Pensões, aguarda-se a inclusão de dois elementos já reformados.
 ii) – Relativamente ao Relatório Atuarial do Fundo de Pensões, aguarda-se a inclusão de um elemento já reformado.

MÉTODOS, PRESSUPOSTOS E HIPÓTESES USADOS NA AVALIAÇÃO ATUARIAL

| PRESSUPOSTOS FINANCEIROS | 2015 | 2014 |
|--|--|--|
| Taxa de crescimento salarial futura | 1,40% | 1,40% |
| Taxa de Desconto | iii) | iii) |
| Taxa de crescimento das Pensões | 1,00% | 1,00% |
| Taxa de revalorização de salários para a Seg Social - nº 2 artº 27 do Decreto Lei 187/2007 | 1,40% | 1,40% |
| Taxa de revalorização de salários para a Seg Social - nº 1 artº 27 do Decreto Lei 187/2007 | 1,40% | 1,40% |
| PRESSUPOSTOS DEMOGRÁFICOS | 2015 | 2014 |
| Tábua de mortalidade | TV 88/90 | TV 88/90 |
| Tábua de Invalidez | EVK 80 | EVK 80 |
| Idade de Reforma | de acordo com o Decreto Lei 167-E/2013 | de acordo com o Decreto Lei 167-E/2013 |

iii) Quanto ao pressuposto da taxa de desconto foi utilizado o seguinte:

- a) Para os trabalhadores no ativo e licenças sem vencimento com idade atuarial inferior a 55 anos: 2,70% (3,25% 2014)
- b) Para os trabalhadores no ativo e licenças sem vencimento com idade atuarial igual ou superior a 55 anos: 2,30% (2,75% 2014)
- c) Para os pré-reformados, reformados e pensionistas: 2,00% (2,25% 2014)

RESPONSABILIDADES COM TRABALHADORES NO ATIVO

Em 31 de Dezembro de 2015 o valor atual das responsabilidades com pensões de reformas e sobrevivência e com o pagamento dos encargos pós-emprego com o SAMS na parte que cabe ao empregador (6,5% das pensões totais).

RESPONSABILIDADES COM REFORMADOS

Relativamente às pensões em pagamento aos atuais reformados, os valores das responsabilidades totais, incluindo as responsabilidades com o pagamento dos encargos com SAMS, são os que seguidamente se apresentam:

Valor atual das responsabilidades totais 421.482 €

RESPONSABILIDADES COM O PAGAMENTO DE PRÉMIOS DE ANTIGUIDADE

De acordo com a cláusula 127ª do acordo coletivo de trabalho (ACT) do Crédito Agrícola Mútuo, os trabalhadores têm direito, após o cumprimento de algumas condições definidas na referida cláusula, a um prémio de antiguidade.

O valor atual das responsabilidades com prémios de antiguidade futuros é apresentado no quadro que se segue (com referência a 31 de Dezembro de 2014):

| Valor actual das Responsabilidades em 31 de Dezembro de 2015 | |
|---|-----------|
| Por Serviços Passados | 449 734 € |
| Por Serviços Futuros | 313 868 € |

Em 31 de Dezembro de 2015, o valor do Património do Fundo de Pensões referente à quota-parte da CCAM era de € 931.292 (em 2014 € 938.089, em 2013 era de € 866.890, em 2012 era de € 836.366 e em 2011 era de € 787.342), assim e para os parâmetros em vigor, o nível de financiamento da quota-parte desta Instituição era o seguinte:

| | 2015 | 2014 | 2013 |
|--------------------------------------|--------|------|------|
| Nível de Financiamento Global | 106,9% | 120% | 115% |
| Nível de Financiamento Aviso 12/2001 | 114,2% | 134% | 138% |

NOTA 34 – PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MEDIAÇÃO DE SEGUROS OU DE RESSEGUROS

A Caixa de Crédito Agrícola Mútuo (CCAM) de Mafra está inscrita no Instituto de Seguros de Portugal, com o estatuto de Mediador de Seguros Ligado, de acordo com o artigo 8º, alínea a), subalínea i), do Decreto-Lei nº 144/2006, de 31 de Julho, desenvolvendo a atividade de intermediação em exclusividade com as Seguradoras do Grupo Crédito Agrícola, designadamente, a Crédito Agrícola Seguros – Companhia de Seguros de Ramos Reais, SA (CA Seguros), que se dedica ao exercício da atividade de seguros para todos os Ramos Não Vida e com a Crédito Agrícola Vida – Companhia de Seguros, SA (CA Vida), que se dedica ao exercício da atividade de seguros para o Ramo Vida e Fundos de Pensões.

No âmbito dos serviços de mediação de seguros a CCAM efetua a venda de contratos de seguros e de adesões a Fundos de Pensões, presta apoio pós-venda aos segurados e participa no encaminhamento das participações de sinistros que sejam entregues nos Balcões da CCAM.

Como contrapartida dos serviços de mediação de seguros prestados às referidas seguradoras, a CCAM recebe remunerações pela mediação de seguros e pela colocação de adesões em Fundos de Pensões as quais estão definidas em Protocolo estabelecido entre a CCAM e as referidas Seguradoras.

As remunerações de mediação de seguros são reconhecidas como um rendimento na Demonstração de Resultados, na rubrica de Rendimentos de Serviços e Comissões. Os valores de remunerações a pagar pelas Seguradoras, à data de 31 de Dezembro de cada ano, estão reconhecidas como um ativo no Balanço, na rubrica de Outros Ativos. À data de emissão das presentes demonstrações financeiras, as remunerações de mediação que estavam por pagar em 31 de Dezembro de 2015, encontram-se já integralmente pagas pelas referidas Seguradoras.

O quadro seguinte evidencia o valor total das remunerações de mediação de seguros auferidas pela CCAM nos últimos 3 anos (valores em euros):

| Origem | Seguradora | 2013 | 2014 | 2015 | % por Origem 2015 |
|-------------------|------------|----------------|----------------|----------------|-------------------|
| Ramos Não Vida | CA Seguros | 159 448 | 205 274 | 206 343 | 70,7% |
| Ramo Vida | CA Vida | 151 342 | 155 958 | 84 574 | 29,0% |
| Fundos de Pensões | CA Vida | 343 | 916 | 847 | 0,3% |
| Total | | 311 133 | 362 148 | 291 764 | |

A CCAM não efetua a cobrança de prémios por conta das seguradoras, nem efetua a movimentação de quaisquer tipos de fundos relativos a contratos de seguros. Desta forma, não há qualquer outro ativo, passivo, rendimento ou gasto a reportar, relativo à atividade de mediação de seguros exercida pela CCAM.

NOTA 35 – IMPOSTO CORRENTE SOBRE LUCROS

Em 31 de Dezembro de 2015 o imposto sobre lucros e a correspondente derrama, foram calculados de acordo com as disposições do Código do Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Coletivas (CIRC), apurando-se o montante de € 842.828 conforme detalhe da modelo 22:

Imposto Corrente sobre os Lucros

| | 31/12/15 | | 31/12/14 |
|---|---------------------|--|---------------------|
| Resultado Líquido do Exercício | 369 668 | | 478 673 |
| Variações Patrimoniais positivas não reflectidas no resultado | | | |
| Variações Patrimoniais negativas não reflectidas no resultado | | | |
| Total | 369 668 | | 478 673 |
| A Acrescer | | | |
| Depreciação e amortizações não aceites | 23 195 | | 23 810 |
| Provisões não dedutíveis | 3 213 440 | | 2 590 776 |
| IRC | 842 829 | | 583 402 |
| Impostos Diferidos | 274 899 | | 531 511 |
| Donativos não previstos ou além dos limites legais | 39 197 | | 46 341 |
| Outros | 209 240 | | 344 921 |
| Total | 4 972 469 | | 4 599 434 |
| A Deduzir | | | |
| Reversão de provisões tributadas | 1 002 026 | | 1 968 508 |
| Impostos Diferidos | 750 785 | | 476 063 |
| Mais Valia Contabilística | 64 575 | | 35 759 |
| Benefícios Fiscais | 5 810 | | 32 875 |
| Outros | | | |
| Total | 1 823 196 | | 2 513 204 |
| Matéria Coletável | 3 149 274 | | 2 086 230 |
| | Regime Geral | | Regime Geral |
| Prejuízo Fiscal | | | |
| Lucro Fiscal | 3 149 274 | | 2 086 230 |
| Imposto à taxa normal (15.000. x 17,00%) | 2 550 | Imposto à taxa normal (Mat. Col. x 17,00%) | 2 550 |
| Imposto à taxa normal (Mat. Col. x 21,00%) | 658 197 | Imposto à taxa normal (Mat. Col. x 23,00%) | 476 383 |
| Colecta | 660 747 | | 478 933 |
| Deduções | | | |
| Benefícios Fiscais | | | 35 500 |
| Taxa efectiva de imposto sobre o lucro contabilístico | 20,98% | | 22,96% |
| Retenções na Fonte | 3 157 | | 157 |
| Pagamentos por conta + Pagamentos Adicionais por Conta | 469 497 | | 224 394 |
| Imposto a Pagar | 660 747 | | 443 433 |
| Derrama | 47 239 | | 31 293 |
| Derrama Estadual | 49 478 | | 17 587 |
| IRC de períodos anteriores | 0 | | 0 |
| Tributações Autónomas | 85 309 | | 91 089 |
| IRC a pagar | -370 120 | | -358 851 |
| IRC a receber | | | -341 264 |
| Excesso / Insuficiência de Estimativa de Imposto | | | |
| Imposto estimado no final do exercício | 842 774 | | 583 402 |

NOTA 36– INFORMAÇÕES ADICIONAIS EXIGIDAS POR DIPLOMAS LEGAIS

De acordo com o previsto no artigo 66.º-A do Código das Sociedades Comerciais, apresenta-se a seguinte informação:

a) Das operações não incluídas no balanço, aquelas em que o impacto nas contas tem maior relevância são as referidas na Nota 27. Para além dos impactos referidos nas Notas 4, 20 e 24, existe o risco da CCAM ter que assumir o cumprimento das obrigações dos seus clientes perante terceiros, no caso de estes falharem os seus compromissos, no entanto, em termos históricos, tais situações têm tido um impacto materialmente irrelevante;

b) O total de honorários faturados durante o exercício de 2015, sujeitos a IVA à taxa legal em vigor, pela sociedade de revisores oficiais de contas foi de:

- € 21.000, relativamente à revisão legal das contas anuais; e

- € 6.450, referentes a serviços de garantia e fiabilidade.

Mafra, 10 de março de 2016

O Conselho de Administração

Eng.ª Maria Manuela Nina Jorge Vale

Adélia M. Gomes Rodrigues Antunes

Eng.º David Alexandre Neves Silva Jorge





**INFORMAÇÃO
CARTA-CIRCULAR
Nº2/2014/DSPDR**

A IFRS 7 determina que as instituições divulguem, no seu relatório e contas, informação que apoie os utilizadores das demonstrações financeiras a avaliar a natureza e extensão dos riscos decorrentes dos instrumentos financeiros a que a instituição se encontra exposta e a forma como estes riscos são geridos.

As instituições devem promover uma maior divulgação da informação sobre a qualidade dos ativos e a gestão do risco de crédito, sendo que as divulgações financeiras devem refletir as alterações na natureza dos riscos que as instituições enfrentam.

A informação a apresentar deve ser clara, objetiva e transparente, permitindo aos principais utilizadores da informação um melhor conhecimento do perfil de risco da instituição. Neste contexto, para efeitos de divulgação de contas, as instituições deverão incluir, entre outras que considerem relevantes, as seguintes informações:

Divulgações qualitativas:

a) Política de gestão de risco de crédito (incluindo gestão do risco de concentração).

O risco de crédito corresponde à probabilidade de ocorrência de impactos negativos nos resultados ou no capital, devido à incapacidade de uma contraparte cumprir os seus compromissos financeiros perante a Instituição, incluindo possíveis restrições à transferência de pagamentos do exterior.

É o risco com maior relevância material ao nível da alocação do capital interno da Instituição, pelo que o processo de aprovação de crédito encontra-se devidamente documentado no normativo interno da Instituição.

A CCAM de Mafra utiliza uma diversidade de políticas e práticas mitigadoras deste tipo de risco, nomeadamente a obtenção de garantias colaterais aquando da concessão de crédito (com primazia para as garantias reais).

Também relativamente às técnicas de mitigação deste risco, efetuam-se Testes de Esforço sobre a carteira de crédito da CCAM de Mafra, simulando o aumento significativo da correlação entre o comportamento do incumprimento na carteira da CCAM de Mafra e variáveis macroeconómicas externas, i.e., aumentando a vulnerabilidade da carteira de crédito da CCAM de Mafra a ocorrências externas, fundamentadas por fatores macroeconómicos.

O risco de concentração decorre da concessão de créditos às mesmas contrapartes, a grupos de contrapartes ligadas entre si e a contrapartes que operam no mesmo sector económico ou na mesma região geográfica ou relativamente à mesma atividade ou mercadoria, ou ainda a aplicação de técnicas de redução do risco de crédito e, nomeadamente, do risco associado a grandes riscos indiretos.

Fruto da natureza da Instituição, o risco de concentração geográfica é aquele que representa uma maior relevância material para a CCAM de Maфра. Na análise deste tipo de risco, na vertente de concentração de crédito, foi tida em consideração como variável macroeconómica a Taxa de Desemprego, sendo apurada a média anual como indicativo (relewa-se que esta variável tem tido uma evolução paralela à taxa de incumprimento registada na Instituição). Às classes de risco de crédito é aplicada essa média, pressupondo que este poderá ser o risco implícito a que a CCAM de Maфра poderá estar exposta na sua área geográfica e o qual é apurado no Relatório anual de ICAAP.

Algumas das técnicas de mitigação deste risco passam pela diversificação da carteira de crédito por diferentes sectores de atividade, apesar das limitações legais impostas pelo Regime Jurídico do Crédito Agrícola Mútuo, e pela dispersão das aplicações da CCAM de Maфра no mercado, tendo sempre em atenção os limites estabelecidos no ofício do Banco de Portugal n.º 2192/13/DSPSD, ou seja, 60% dos fundos próprios desta Instituição.

b) Política de *Write-Off* de créditos.

Não está definida a política de *write-off* de créditos uma vez que o histórico é diminuto e não significativo, procedendo-se a uma análise casuística assente na avaliação das possibilidades de recuperação após terem sido tomadas todas as diligências de cobrança e recuperação de créditos.

c) Política de reversão de imparidade.

Não está definido o conceito de reversão de imparidade, uma vez que não estando a CCAM de Maфра sujeita a supervisão em base consolidada, o cálculo da imparidade não é objeto de registo contabilístico, sendo o mesmo reportado apenas no âmbito da Instrução n.º 5/2013 do Banco de Portugal. Desta forma, o valor das imparidades poderá variar entre períodos, sendo o respetivo efeito contabilístico considerado no âmbito das disposições aplicáveis previstas no Aviso n.º 3/95 do Banco de Portugal.

d) Política de conversão de dívida em capital do devedor (se aplicável).

Não aplicável uma vez que a CCAM de Maфра não utiliza este tipo de solução.

e) Descrição das medidas de reestruturação aplicadas e respetivos riscos associados, bem como os mecanismos de controlo e monitorização dos mesmos.

Nesta matéria é relevante identificar e distinguir as reestruturações efetuadas em casos de dificuldades financeiras, sendo as mesmas objeto de classificação distinta na aplicação de gestão bancária. Neste âmbito, as reestruturações efetuadas a mutuários que sejam pessoas individuais são-no de acordo com o disposto no Decreto-Lei n.º 227/2012, de 25 de Outubro.

Aos mutuários que sejam pessoas coletivas são propostas soluções semelhantes às propostas aos mutuários individuais, designadamente:

- renegociação das condições do crédito através da concessão de um período de carência de capital, conforme necessidades demonstradas pelo cliente;
- renegociação das condições do crédito através da prorrogação do prazo do mesmo, considerando nomeadamente a idade do cliente bancário e o prazo inicial do crédito.
- concessão de um empréstimo adicional autónomo destinado a suportar temporariamente o pagamento das prestações do crédito.

O risco mais relevante para os mutuários a quem foram aplicadas medidas de reestruturação, e uma vez que estes se podem encontrar em cenários de dificuldades financeiras, é a probabilidade de voltarem a incumprir as suas obrigações. Os controlos implementados decorrem do regime constante do Decreto-Lei nº 227/2012, de 25 de Outubro (PARI/PERSI), sobre o qual existe um reporte de periodicidade mensal ao Banco de Portugal e que serve de base a um processo de monitorização dos processos de crédito abrangidos.

f) Descrição do processo de avaliação e de gestão de colaterais.

Os colaterais são avaliados por avaliador Imobiliário externo, de acordo com os métodos por estes aplicados e respeitando o disposto no Aviso nº 5/2006 do Banco de Portugal, devidamente identificado no normativo interno da Instituição.

São também respeitados os prazos de reavaliação dos imóveis dispostos no Aviso nº 5/2007 do Banco de Portugal, designadamente:

- uma vez de três em três anos para os bens imóveis destinados à habitação e,
- uma vez por ano para os bens imóveis para fins comerciais;
- são efetuadas verificações mais frequentes no caso de as condições de mercado estarem sujeitas a alterações significativas;
- a verificação do valor do bem imóvel é documentada de forma clara e rigorosa contendo a descrição dos critérios e da periodicidade de revisão;
- para efeitos da verificação do valor de bens imóveis, a instituição recorre a índices/métodos estatísticos considerados adequados.

O valor dos imóveis considerados para efeitos de colateral, e em casos onde a recuperação do crédito ocorra via execução judicial do colateral imobiliário, é ajustado à atual conjuntura, através da aplicação de haircuts.

g) Natureza dos principais julgamentos, estimativas e hipóteses utilizados na determinação da imparidade.

As perdas por imparidade correspondem a estimativas determinadas com base em dados, factos e circunstâncias num determinado momento. Como tal, é possível que, em alguns casos, se verifiquem resultados distintos face aos montantes estimados.

O cálculo das imparidades é efetuado através de duas análises distintas: coletiva e individual. Para que o modelo de imparidade mantenha adequação ao contexto macroeconómico, a CCAM de Mafra efetua com periodicidade semestral a revisão de imparidade aos clientes de análise individual e de análise coletiva.

Ao nível da análise individual, a imparidade é apurada em função da capacidade de reembolso do devedor e/ou respetivos garantes (em caso de garantia pessoal), ou dos colaterais que dispõe a garantir as operações de crédito, aplicando-se os critérios de referência constantes da Carta Circular nº 02/2014/DSP do Banco de Portugal.

No que se refere à análise coletiva da carteira de crédito, para efeitos de estimativa da LGD, são efetuados cálculos a partir do histórico de recuperações efetivas, assumindo pressupostos conservadores, definidos e aprovados pelo Conselho de Administração, para estimativas futuras.

h) Descrição das metodologias de cálculo da imparidade, incluindo a forma como os portefólios são segmentados para refletir as diferentes características dos créditos.

Análise coletiva de imparidade

Este cálculo é efetuado de acordo com o “Modelo de Avaliação e Quantificação do Risco de Crédito” conforme o anterior cálculo das provisões económicas.

A abordagem implementada assenta num modelo de avaliação e quantificação do risco de crédito apurado na análise da carteira de crédito, tendo por base a interação entre os eventos de incumprimento de pools distintas e homogéneas da carteira de crédito e drivers de risco de crédito, que se consubstanciam em índices macroeconómicos. Tal abordagem coincide com o subjacente à identificação do conceito de prociclicidade e consequentemente com a abordagem do Acordo de Basileia II à gestão do risco e à supervisão bancária, consubstanciada na transposição para o enquadramento jurídico nacional.

Tratando-se de um modelo que pretende quantificar risco, o seu âmbito é definido em função das fontes de informação conducentes à determinação da probabilidade de incumprimento observável na carteira de crédito, i.e. genericamente a aferição do incumprimento presente na carteira pode ser efetuada com base em informação externa divulgada pelo mercado de capitais, em informação resultante do desenvolvimento de modelos de *rating* internos ou em informação observada a partir do histórico da carteira de crédito da Instituição. Neste caso, tratando-se de uma abordagem estrutural, a aferição do incumprimento é efetuada com base na observação do número de incumprimentos desde Março de 2002.

A estimação de risco fundamenta-se na correlação entre os eventos de incumprimento observados e a evolução de índices macroeconómicos, evidenciando portanto, a prociclicidade do risco de crédito da CCAM de Mafra.

São considerados os componentes de risco:

PD (*Probability of Default*; Probabilidade de Incumprimento), LGD (*Loss given default*; Perda económica, percentual, no incumprimento) e EAD (*exposure at default*; exposição no momento do incumprimento).

Análise individual de imparidade

Nesta análise importa concluir pela existência ou não de eventos de perda e que dará lugar a uma quantificação de uma eventual perda por imparidade, por via da estimativa dos fluxos de caixa que ainda venham a ser gerados pelo contrato.

Os mutuários que não registem nenhum dos eventos expostos em seguida não são considerados no modelo de análise individual.

Este modelo prevê duas formas de recuperação do crédito:

- a) pela evolução natural do contrato;
- b) pela execução do colateral.

Da amostra obtida segundo os critérios definidos é efetuada uma apreciação de diversos indícios (*triggers*) relacionados com cada mutuário, sendo que caso se verifiquem certos fatores ou conjugação destes, o modo de recuperação do crédito será automaticamente considerado através da execução do colateral.

É igualmente fator eliminatório a conjugação de pelo menos três *triggers*, carecendo sempre de análise e decisão final do Conselho de Administração devidamente fundamentada (Acompanhamento Crítico).

Formas de recuperação

Pela evolução do contrato

- a.1) – com o plano de pagamento original (com integral liquidação de todos os juros devidos)

Não obstante a observância de um ou mais *triggers* de imparidade, o mutuário apresenta capacidade financeira para presumir a liquidação integral das obrigações assumidas ou existe conhecimento de elementos que permitam demonstrar que os indícios de imparidade registados não se deverão materializar.

– SEM IMPARIDADE.

Pela execução do colateral

b.1) se colateral for garantia real

A imparidade é apurada tendo por base o diferencial entre o valor atualizado da dívida do mutuário (tendo como referência o prazo médio de execução judicial e a taxa de juro do contrato – taxa de desconto) e a avaliação do imóvel, podendo este valor ser afetado pelos *haircuts*, caso a última avaliação do imóvel tenha sido realizada há mais de um ano. A este montante ainda é acrescido os custos relacionados com a execução judicial e posterior colocação do imóvel no mercado,

b.2) se colateral for garantia pessoal

A imparidade é apurada tendo por base uma estimativa com base no diferencial de tratamento existente entre créditos com Garantia Outras Hipotecas e Fianças, de acordo com o Aviso nº 3/95, carecendo este cálculo de aperfeiçoamento futuro.

b.3) se colateral for sem Garantia

A imparidade calculada para este tipo de colateral é igual ao montante total da dívida, uma vez que a possibilidade de recuperação do montante através da garantia é inexistente.

Os mutuários sujeitos a análise individual em que não foi quantificada imparidade, são posteriormente incorporados na análise coletiva.

i) Indicação dos indícios de imparidade por segmentos de crédito.

A avaliação coletiva recai sobre a carteira de retalho, que é o único segmento de crédito da Instituição, discriminado entre exposição viva e vencida de acordo com o disposto no número 4 do artigo 16º do Decreto-Lei n.º 104/2007, de 3 de Abril, sendo que o segmento preenche as seguintes condições:

- incidir sobre pessoa singular, ou sobre uma pequena ou média empresa, desde que neste último caso o montante total devido à Instituição de crédito e às empresas-mãe e suas filiais, incluindo eventuais posições vencidas, pelo cliente devedor ou o grupo de clientes devedores ligados entre si, com exceção das posições garantidas por imóveis destinadas à habitação, não exceda 1 milhão de euros;
- ser tratadas pela Instituição de crédito no âmbito da sua gestão de forma homogénea e consistente;
- não serem geridas individualmente;
- ser uma de entre um número significativo de posições em risco geridas de forma semelhante.

A avaliação individual recai igualmente sobre toda a carteira de crédito, sendo selecionada uma amostra com base nos critérios definidos no ponto seguinte.

Os indícios de imparidade considerados são os seguintes:

- Montante de crédito vencido;
- Registo de atrasos;
- PARI / PERSI;
- Crédito reestruturado;
- Valor do Rating / Scoring - (1 a 10);
- Eventos de incumprimento reportados na CRC;
- Mutuário em PER (plano especial recuperação) – se aplicável;
- Insolvências;
- Outro indício de imparidade.

j) Indicação dos limiares definidos para análise individual.

Relativamente aos créditos a analisar individualmente, estes são apurados mediante os seguintes critérios:

- Mutuários que representem 0,5% do total da carteira, tendo subjacente um mínimo de 20% da exposição;
- Neste âmbito é considerado como total da carteira a soma de crédito vencido e vincendo, incluindo garantias bancárias prestadas;
- a análise de exposições relativas a limites atribuídos e não utilizados (conta 9203) será efetuada para mutuários selecionados na amostra original em que seja detetada imparidade na soma de crédito vencido e vincendo;
- a existência de imparidade numa entidade da amostra que esteja incluída num grupo implica a análise de eventual imparidade em outras entidades pertencentes ao mesmo grupo.

k) Política relativa aos graus de risco internos, especificando o tratamento dado a um mutuário classificado como em incumprimento.

Os procedimentos instituídos relativamente a mutuários particulares em incumprimento decorrem do regime constante do Decreto-Lei nº 227/2012, de 25 de Outubro (PARI/PERSI).

Inserido neste regime é também monitorizado o grau de risco interno, nomeadamente a existência de indícios de dificuldades financeiras, que podem justificar a necessidade e/ou pertinência de medidas de reestruturação ainda anteriores ao efetivo incumprimento.

Para os mutuários que sejam pessoas coletivas é efetuado o mesmo tipo de acompanhamento.

l) Descrição genérica da forma de cálculo do valor atual dos fluxos de caixas futuros no apuramento das perdas de imparidade avaliadas individual e coletivamente.

De acordo com o modelo, um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros está em imparidade se for identificada evidência objetiva de que ocorreu um evento que originou uma perda por imparidade, como resultado de um ou mais acontecimentos que ocorreram após o reconhecimento inicial do ativo (um "acontecimento de perda") e se esse acontecimento (ou acontecimentos) de perda tiver um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou do grupo de ativos financeiros que possa ser fiavelmente estimado. O valor da perda deverá ser determinado como a diferença entre o valor de balanço e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados.

Os fluxos de caixa futuros estimados incluídos no cálculo dizem respeito aos montantes contratuais dos créditos, ajustados por eventuais valores que a CCAM espera não recuperar e pelo prazo temporal em que é expectável que os mesmos se venham a concretizar. A forma de cálculo do valor atual dos fluxos de caixa futuros no que concerne à avaliação individual e coletiva caracteriza-se como a seguir se descreve.

Na exposição objeto de análise individual importa concluir pela existência ou não de eventos de perda, os quais darão lugar à quantificação de uma eventual perda por imparidade, por via da estimativa dos fluxos de caixa que ainda venham a ser gerados pelo contrato. O modelo prevê duas formas de recuperação do crédito, seja pela evolução natural dos cash-flows contratuais, seja pela execução do colateral. A avaliação da forma e montante de recuperação é efetuada tendo por base a verificação de ocorrência de determinados triggers identificados em cada mutuário, sendo que caso se verifiquem certos fatores ou conjugação destes, o modo de recuperação do crédito será automaticamente considerado através da execução do colateral. A imparidade é apurada tendo por base o diferencial entre o valor atualizado da dívida do mutuário (utilizando o prazo médio de execução judicial e a taxa de juro original do contrato – taxa de desconto) e a avaliação do imóvel, sendo este valor afetado pelos haircuts previstos na Carta Circular n.º 02/2014/DSP, do Banco de Portugal, em função da data da última avaliação do imóvel. A este montante ainda são acrescidos os custos relacionados com a execução judicial e posterior colocação do imóvel no mercado.

No caso da avaliação coletiva de imparidade, o cálculo da estimativa de cash-flows futuros tem por base a exposição para a qual não foi apurada imparidade em base individual, considerando a PD e a LGD, sendo excluídas do apuramento destes parâmetros, as exposições avaliadas em base individual. O cálculo da LGD incorpora um fator de atualização dos cash-flow recuperados, em função dos custos de recuperação e período estimado de recuperação e da taxa de juro média da carteira de crédito na data de referência.

m) Descrição do (s) período (s) emergente utilizado para os diferentes segmentos e justificação da sua adequação.

O período emergente considerado é de um ano, sendo este interpretado como o período de tempo considerado no cálculo da probabilidade, das exposições passarem do estado de cumprimento para incumprimento, traduzindo-se este parâmetro na fórmula de cálculo da probabilidade de *default* (PD).

n) Descrição detalhada do custo associado ao risco de crédito, incluindo divulgação das PD, EAD, LGD e taxas de cura.

O modelo implementado tem por objetivo a quantificação do custo associado ao risco de crédito, estimando para tal os parâmetros do risco de crédito PD (Probability of Default; Probabilidade de Incumprimento) e LGD (Loss given default; Perda económica, percentual, no incumprimento).

A determinação da PD fundamenta-se na observação do número de incumprimentos ocorridos na carteira de crédito ao longo do período em análise (é considerando um histórico de observação mensal, com início em 2002) e na determinação da correlação destes incumprimentos com a evolução de um determinado índice macroeconómico (driver do risco de crédito). Historicamente, o índice macroeconómico associado tem sido a taxa de desemprego. Tendo em consideração a dimensão e características da carteira de crédito da instituição, tem sido considerado um segmento único da carteira de crédito – Crédito a retalho. Para os créditos em default, é considerada uma PD de 100%.

A LGD determina o grau de perda verificada nos créditos em recuperação e contencioso, permitindo também analisar o grau de eficiência (com base em fatores económicos e temporais) da Instituição na gestão do Crédito vencido.

Em que a EAD corresponde à exposição analisada em base coletiva, a qual resulta da exposição total deduzida da parte da exposição analisada em base individual para a qual foi quantificada imparidade. Os valores estimados com referência a 31/12/2015 são os seguintes:

| Loss Given Default | | 47,42% |
|---------------------------|---|--------------------|
| (1) | PD subjacente a crédito vivo - Análise Colectiva | 3,7330% |
| (2) | PD subjacente a crédito vencido - Análise Colectiva | 100% |
| (3) | PD Exposições Colateralizadas por cauções de depósito a prazo | 0% |
| (4) | EAD crédito Vivo - Análise Colectiva | € 47 142 037 |
| (5) | EAD crédito vencido - Análise Colectiva | € 5 700 265 |
| (6) | EAD Exposições Colateralizadas por cauções de depósito a prazo | € 525 131 |
| (7) | Imparidade em base colectiva - EAD crédito Vivo (1)*(4)*LGD | € 834 552 |
| (8) | Imparidade em base colectiva - EAD crédito Vencido (2)*(5)*LGD | € 2 703 253 |
| (9) | Imparidade em base colectiva - EAD Exposições Colateralizadas por cauções de depósito a prazo (6)*(3)*LGD | € - |
| (10) | Imparidade calculada em Base Colectiva (7)+(8)+(9) | € 3 537 804 |
| <hr/> | | |
| (11) | EAD crédito Vivo - Análise Individual | € 8 257 044 |
| (12) | EAD crédito vencido - Análise Individual | € 5 270 059 |
| (11) | Exposição analisada em base individual com Imparidade | € 7 950 711 |
| (14) | Exposição analisada em base individual a incluir na análise colectiva | € 5 576 392 |
| (15) | Imparidade calculada em Base Individual | € 2 039 981 |
| Imparidade Total | | 5 577 785 |

Comparação com níveis de provisionamento para risco de crédito, específico e geral

| Loss Given Default | | 47,42% |
|---------------------------|--|---------------------|
| (1) | Imparidade calculada em base Individual | € 2 039 981 |
| (2) | Imparidade calculada em Base Colectiva | € 3 537 804 |
| (3) | Imparidade Total (1) + (2) | € 5 577 785 |
| (4) | Provisões Especificas | € 11 315 554 |
| (5) | Provisões genéricas | € 434 832 |
| (6) | Provisões Regulamentares Totais (4) + (5) | € 11 750 386 |
| (7) | Diferença entre sistemas de provisionamento (6)-(3) | € 6 172 601 |

o) Conclusões sobre as análises de sensibilidade ao montante de imparidade a alterações nos principais pressupostos.

Foram verificados os resultados da análise de sensibilidade efetuada, sendo possível aferir uma folga significativa das provisões contabilísticas contabilizadas face às imparidades, mesmo em condições de maior severidade.

Divulgações quantitativas:

As divulgações quantitativas apresentadas correspondem a dados disponíveis do processo de quantificação de imparidade, a qual se encontra em curso para conclusão durante o mês de Abril, conforme previsto no âmbito da Instrução nº 5/13 do BdP.

Estas divulgações tomam como referência os quadros apresentados no Anexo da Carta Circular nº 2/14 do BdP. Tais Quadros são Indicativos, sendo adaptados à realidade da Instituição.

a) Detalhe das exposições e imparidade constituída por segmento.

a.1)

| Segmento | Exposição 31/12/2015 | | | | | | Exposição 31/12/2015 | | |
|----------------------------|----------------------|------------------------|----------------|-----------------------|--------------------------|-----------------------|----------------------|------------------------|--------------------------|
| | Exposição Total | Crédito em cumprimento | Do qual curado | Do qual reestruturado | Crédito em incumprimento | Do qual reestruturado | Imparidade Total | Crédito em cumprimento | Crédito em incumprimento |
| Carteira de Retalho | | | | | | | | | |
| Finalidades: | | | | | | | | | |
| - Empresas | 13 655 567 € | 10 618 856 € | 0 € | 1 932 718 € | 3 036 711 € | 945 000 € | 1 347 641 € | 251 943 € | 1 095 698 € |
| - Construção e CRE | 3 035 941 € | 853 148 € | 0 € | 177 085 € | 2 182 793 € | 1 559 250 € | 571 776 € | 15 103 € | 556 673 € |
| - Habitação | 23 243 438 € | 22 072 782 € | 0 € | 1 849 620 € | 1 170 657 € | 0 € | 1 082 982 € | 610 713 € | 472 269 € |
| - Consumo | 923 403 € | 851 101 € | 0 € | 31 367 € | 72 302 € | 0 € | 50 596 € | 16 308 € | 34 288 € |
| - Outras | 19 934 663 € | 15 824 336 € | 0 € | 3 868 293 € | 4 110 327 € | 779 406 € | 2 524 790 € | 801 358 € | 1 723 431 € |
| Total | 60 793 012 € | 50 220 223 € | 0 € | 7 859 083 € | 10 572 790 € | 3 283 656 € | 5 577 785 € | 1 695 426 € | 3 882 359 € |

| Segmento | Exposição 31/12/2014 | | | | | | Exposição 31/12/2014 | | |
|----------------------------|----------------------|------------------------|----------------|-----------------------|--------------------------|-----------------------|----------------------|------------------------|--------------------------|
| | Exposição Total | Crédito em cumprimento | Do qual curado | Do qual reestruturado | Crédito em incumprimento | Do qual reestruturado | Imparidade Total | Crédito em cumprimento | Crédito em incumprimento |
| Carteira de Retalho | | | | | | | | | |
| Finalidades: | | | | | | | | | |
| - Empresas | 13 661 073 € | 11 155 250 € | 0 € | 2 713 915 € | 2 505 823 € | 521 073 € | 1 595 460 € | 535 102 € | 1 060 358 € |
| - Construção e CRE | 6 015 840 € | 4 928 341 € | 0 € | 3 230 344 € | 1 087 499 € | 215 000 € | 1 230 477 € | 992 114 € | 238 363 € |
| - Habitação | 16 830 353 € | 16 104 769 € | 0 € | 1 049 443 € | 725 584 € | 18 108 € | 757 785 € | 430 837 € | 326 948 € |
| - Consumo | 856 734 € | 776 750 € | 0 € | 40 288 € | 79 985 € | 3 921 € | 51 001 € | 14 960 € | 36 041 € |
| - Outras | 25 840 305 € | 22 102 258 € | 0 € | 5 212 858 € | 3 738 047 € | 541 484 € | 2 388 797 € | 724 595 € | 1 664 203 € |
| Total | 63 204 306 € | 55 067 368 € | 0 € | 12 246 849 € | 8 136 938 € | 1 299 587 € | 6 023 521 € | 2 697 608 € | 3 325 913 € |

a.2)

| Segmento | Exposição Total 31/12/2015 | Da Exposição Total 31/12/2015 | | | | | | Imparidade 31/12/2015 | Da Imparidade Total 31/12/2015 | | | | |
|----------------------------|----------------------------|-------------------------------|--------------------|---------------------|--------------------------|---------------------|--------------------|-----------------------|--------------------------------|------------|--------------------------|--|--|
| | | Crédito em cumprimento | | | Crédito em incumprimento | | | | Crédito em cumprimento | | Crédito em incumprimento | | |
| | | Dias de atraso <30 | | | Dia de atraso | | Dia de atraso | | Dia de atraso | | Dia de atraso | | |
| | | Sem indícios | Com indícios | Sub- total | <= 90 * | >90 dias | <30 | | entre 30 - 90 | <= 90 * | >90 dias | | |
| Carteira de Retalho | | | | | | | | | | | | | |
| Finalidades: | | | | | | | | | | | | | |
| - Empresas | 13 655 567 € | 7 764 687 € | 1 222 889 € | 8 987 577 € | 0 € | 3 036 711 € | 1 347 641 € | 239 495 € | 12 448 € | 0 € | 1 095 698 € | | |
| - Construção e CRE | 3 035 941 € | 671 547 € | 0 € | 671 547 € | 0 € | 2 182 793 € | 571 776 € | 14 652 € | 451 € | 0 € | 556 673 € | | |
| - Habitação | 23 243 438 € | 17 209 306 € | 755 734 € | 17 965 040 € | 0 € | 1 170 657 € | 1 082 982 € | 407 854 € | 202 859 € | 0 € | 472 269 € | | |
| - Consumo | 923 403 € | 761 941 € | 40 277 € | 802 218 € | 0 € | 72 302 € | 50 596 € | 14 757 € | 1 551 € | 0 € | 34 288 € | | |
| - Outras | 19 934 663 € | 10 108 061 € | 1 529 769 € | 11 637 831 € | 0 € | 4 110 327 € | 2 524 790 € | 471 561 € | 329 797 € | 0 € | 1 723 431 € | | |
| Total | 60 793 012 € | 36 515 544 € | 3 548 669 € | 40 064 213 € | 0 € | 10 572 790 € | 5 577 785 € | 1 148 320 € | 547 106 € | 0 € | 3 882 359 € | | |

* Crédito com prestações de capital ou juros vencidos há menos de 90 dias, mas sobre o qual existam evidências que justifiquem a sua classificação como crédito em risco, designadamente a falência, liquidação do devedor, entre outros.

| Segmento | Exposição Total 31/12/2014 | Da Exposição Total 31/12/2014 | | | | | Imparidade 31/12/2014 | Da Imparidade Total 31/12/2014 | | | | | |
|----------------------------|----------------------------|-------------------------------|---------------------|---------------------|--------------------------|--------------------|-----------------------|--------------------------------|------------------|--------------------------|--------------------|--|--|
| | | Crédito em cumprimento | | | Crédito em incumprimento | | | Crédito em cumprimento | | Crédito em incumprimento | | | |
| | | Dias de atraso <30 | | | Dia de atraso | Dia de atraso | | Dia de atraso | Dia de atraso | Dia de atraso | Dia de atraso | | |
| | | Sem indícios | Com indícios | Sub-total | <= 90 * | >90 dias | | <30 | entre 30 - 90 | <= 90 * | >90 dias | | |
| Carteira de Retalho | | | | | | | | | | | | | |
| Finalidades: | | | | | | | | | | | | | |
| - Empresas | 13 661 073 € | 7 247 397 € | 3 291 016 € | 10 538 413 € | 0 € | 2 505 823 € | 1 595 460 € | 528 886 € | 5 773 € | 0 € | 1 060 801 € | | |
| - Construção e CRE | 6 015 840 € | 1 673 905 € | 2 902 790 € | 4 576 695 € | 0 € | 1 087 499 € | 1 230 477 € | 986 202 € | 1 467 € | 0 € | 242 808 € | | |
| - Habitação | 16 830 353 € | 13 417 506 € | 1 352 965 € | 14 770 471 € | 0 € | 725 584 € | 757 785 € | 248 319 € | 182 518 € | 0 € | 326 948 € | | |
| - Consumo | 856 734 € | 664 371 € | 91 921 € | 756 292 € | 0 € | 79 985 € | 51 001 € | 12 715 € | 2 245 € | 0 € | 36 041 € | | |
| - Outras | 25 840 305 € | 14 972 982 € | 5 038 102 € | 20 011 084 € | 0 € | 3 738 047 € | 2 388 797 € | 569 032 € | 135 516 € | 0 € | 1 684 249 € | | |
| Total | 63 204 306 € | 37 976 161 € | 12 676 794 € | 50 652 956 € | 0 € | 8 136 938 € | 6 023 521 € | 2 345 155 € | 327 519 € | 0 € | 3 350 847 € | | |

* Crédito com prestações de capital ou juros vencidos há menos de 90 dias, mas sobre o qual existam evidências que justifiquem a sua classificação como crédito em risco, designadamente a falência, liquidação do devedor, entre outros.

b) Detalhe da carteira de crédito por segmento e por ano de produção.

| Finalidades | Segmento - Carteira de Retalho | | | | | | | | | | | | | | |
|-------------------|--------------------------------|---------------------|--------------------|------------------------|---------------------|------------------|------------------------|---------------------|--------------------|------------------------|---------------------|-----------------|------------------------|---------------------|--------------------|
| | Empresas | | | Construção e CRE | | | Habitação | | | Consumo | | | Outras | | |
| | Ano de Produção | Número de operações | Montante | Imparidade constituída | Número de operações | Montante | Imparidade constituída | Número de operações | Montante | Imparidade constituída | Número de operações | Montante | Imparidade constituída | Número de operações | Montante |
| 2004 e anteriores | 50 | 702 739 € | 69 691 € | 1 | 130 557 € | 61 914 € | 146 | 5 711 878 € | 267 459 € | 5 | 29 996 € | 14 225 € | 276 | 1 739 179 € | 389 870 € |
| 2005 | 9 | 688 658 € | 145 993 € | 1 | 8 260 € | 3 917 € | 34 | 2 192 318 € | 249 131 € | 0 | 0 € | 0 € | 28 | 671 400 € | 121 909 € |
| 2006 | 19 | 900 932 € | 19 482 € | 5 | 31 345 € | 13 239 € | 37 | 2 456 104 € | 243 735 € | 1 | 1 284 € | 609 € | 50 | 1 835 806 € | 404 118 € |
| 2007 | 15 | 479 657 € | 8 491 € | 0 | 0 € | 0 € | 23 | 1 361 419 € | 47 500 € | 5 | 12 746 € | 3 477 € | 79 | 1 221 666 € | 311 315 € |
| 2008 | 20 | 987 886 € | 50 663 € | 4 | 31 984 € | 15 168 € | 26 | 1 991 131 € | 35 249 € | 0 | 0 € | 0 € | 67 | 993 232 € | 155 474 € |
| 2009 | 23 | 1 090 472 € | 22 031 € | 0 | 0 € | 0 € | 33 | 2 268 152 € | 47 616 € | 2 | 10 061 € | 178 € | 102 | 2 054 627 € | 333 357 € |
| 2010 | 31 | 2 927 068 € | 671 745 € | 3 | 610 091 € | 110 160 € | 32 | 2 489 304 € | 103 948 € | 8 | 34 613 € | 1 767 € | 77 | 2 192 076 € | 151 043 € |
| 2011 | 46 | 1 649 965 € | 150 907 € | 8 | 962 715 € | 287 433 € | 25 | 1 739 538 € | 34 641 € | 17 | 98 822 € | 12 343 € | 104 | 2 698 619 € | 247 820 € |
| 2012 | 49 | 1 040 784 € | 88 889 € | 3 | 934 602 € | 69 713 € | 13 | 834 594 € | 14 775 € | 17 | 59 014 € | 1 045 € | 96 | 2 170 770 € | 226 489 € |
| 2013 | 30 | 734 540 € | 66 886 € | 4 | 14 271 € | 4 706 € | 6 | 671 203 € | 11 882 € | 34 | 98 552 € | 6 714 € | 102 | 1 173 372 € | 62 037 € |
| 2014 | 30 | 494 841 € | 10 022 € | 4 | 66 169 € | 1 171 € | 11 | 603 642 € | 10 686 € | 54 | 209 261 € | 3 705 € | 99 | 1 518 038 € | 83 610 € |
| 2015 | 107 | 1 958 024 € | 42 840 € | 7 | 245 949 € | 4 354 € | 16 | 924 155 € | 16 360 € | 69 | 369 053 € | 6 533 € | 393 | 1 665 877 € | 37 749 € |
| Total | 429 | 13 655 567 € | 1 347 641 € | 40 | 3 035 941 € | 571 776 € | 402 | 23 243 438 € | 1 082 982 € | 212 | 923 403 € | 50 596 € | 1 473 | 19 934 663 € | 2 524 790 € |

c) Detalhe do valor de exposição bruta de crédito e imparidade avaliada individualmente e coletivamente, por segmento, sector (CAE a dois dígitos) e geografia.

c.1) por segmento

| Finalidades | Segmento - Carteira de Retalho | | | | | | | | | | | |
|------------------|--------------------------------|--------------------|--------------------|------------------|---------------------|--------------------|------------------|-----------------|---------------------|--------------------|---------------------|--------------------|
| | Empresas | | Construção e CRE | | Habitação | | Consumo | | Outras | | Total | |
| | Exposição | Imparidade | Exposição | Imparidade | Exposição | Imparidade | Exposição | Imparidade | Exposição | Imparidade | Exposição | Imparidade |
| Avaliação | | | | | | | | | | | | |
| Individual | 6 515 468 € | 1 059 827 € | 1 840 120 € | 231 701 € | 1 470 333 € | 309 715 € | 1 214 € | 1 263 € | 3 642 646 € | 716 665 € | 13 469 781 € | 2 319 171 € |
| Colectiva | 7 140 099 € | 287 815 € | 1 195 822 € | 340 075 € | 21 773 105 € | 773 266 € | 922 188 € | 49 333 € | 16 292 017 € | 1 808 125 € | 47 323 231 € | 3 258 615 € |
| Total | 13 655 567 € | 1 347 641 € | 3 035 941 € | 571 776 € | 23 243 438 € | 1 082 982 € | 923 403 € | 50 596 € | 19 934 663 € | 2 524 790 € | 60 793 012 € | 5 577 785 € |

| Finalidades | Segmento - Carteira de Retalho | | | | | | | | | | | |
|------------------|--------------------------------|--------------------|--------------------|--------------------|---------------------|------------------|------------------|-----------------|---------------------|--------------------|---------------------|--------------------|
| | Empresas | | Construção e CRE | | Habitação | | Consumo | | Outras | | Total | |
| | Exposição | Imparidade | Exposição | Imparidade | Exposição | Imparidade | Exposição | Imparidade | Exposição | Imparidade | Exposição | Imparidade |
| Avaliação | | | | | | | | | | | | |
| Individual | 2 748 447 € | 1 090 768 € | 3 232 421 € | 954 364 € | 398 183 € | 166 780 € | 4 729 € | 1 981 € | 1 599 210 € | 536 410 € | 7 982 990 € | 2 750 302 € |
| Colectiva | 10 912 626 € | 504 692 € | 2 783 419 € | 276 113 € | 16 432 170 € | 591 006 € | 852 005 € | 49 020 € | 24 241 095 € | 1 852 388 € | 55 221 316 € | 3 273 218 € |
| Total | 13 661 073 € | 1 595 460 € | 6 015 840 € | 1 230 477 € | 16 830 353 € | 757 785 € | 856 734 € | 51 001 € | 25 840 305 € | 2 388 797 € | 63 204 306 € | 6 023 521 € |

c.2) por sector de atividade

| Sector Atividade | Construção | | Industria | | Comércio | | Outros | | Total | |
|-------------------|--------------------|------------------|--------------------|------------------|---------------------|--------------------|---------------------|--------------------|---------------------|--------------------|
| | Exposição | Imparidade | Exposição | Imparidade | Exposição | Imparidade | Exposição | Imparidade | Exposição | Imparidade |
| 31/12/2015 | | | | | | | | | | |
| Avaliação | | | | | | | | | | |
| Individual | 1 564 595 € | 112 691 € | 618 323 € | 10 946 € | 1 821 212 € | 601 889 € | 9 465 651 € | 1 593 644 € | 13 469 781 € | 2 319 171 € |
| Colectiva | 4 014 882 € | 546 624 € | 3 213 335 € | 221 210 € | 11 671 298 € | 962 250 € | 28 423 716 € | 1 528 531 € | 47 323 231 € | 3 258 615 € |
| Total | 5 579 477 € | 659 315 € | 3 831 658 € | 232 156 € | 13 492 510 € | 1 564 139 € | 37 889 367 € | 3 122 175 € | 60 793 012 € | 5 577 785 € |

| Sector Atividade | Construção | | Industria | | Comércio | | Outros | | Total | |
|-------------------|--------------------|------------------|--------------------|------------------|---------------------|--------------------|---------------------|--------------------|---------------------|--------------------|
| | Exposição | Imparidade | Exposição | Imparidade | Exposição | Imparidade | Exposição | Imparidade | Exposição | Imparidade |
| 31/12/2014 | | | | | | | | | | |
| Avaliação | | | | | | | | | | |
| Individual | 330 354 € | 126 013 € | 320 571 € | 0 € | 1 293 618 € | 577 068 € | 6 038 446 € | 2 047 221 € | 7 982 990 € | 2 750 302 € |
| Colectiva | 4 252 015 € | 552 462 € | 3 179 724 € | 259 261 € | 11 974 162 € | 955 957 € | 35 815 414 € | 1 505 538 € | 55 221 316 € | 3 273 218 € |
| Total | 4 582 369 € | 678 476 € | 3 500 296 € | 259 261 € | 13 267 780 € | 1 533 025 € | 41 853 861 € | 3 552 759 € | 63 204 306 € | 6 023 521 € |

c.3) por geografia

| 31/12/2015 | Portugal | | Total | |
|-------------------|---------------------|--------------------|---------------------|--------------------|
| | Exposição | Imparidade | Exposição | Imparidade |
| Avaliação | | | | |
| Individual | 13 469 781 € | 2 319 171 € | 13 469 781 € | 2 319 171 € |
| Colectiva | 47 323 231 € | 3 258 615 € | 47 323 231 € | 3 258 615 € |
| Total | 60 793 012 € | 5 577 785 € | 60 793 012 € | 5 577 785 € |

| 31/12/2014 | Portugal | | Total | |
|-------------------|---------------------|--------------------|---------------------|--------------------|
| | Exposição | Imparidade | Exposição | Imparidade |
| Avaliação | | | | |
| Individual | 7 982 990 € | 2 750 302 € | 7 982 990 € | 2 750 302 € |
| Colectiva | 55 221 316 € | 3 273 218 € | 55 221 316 € | 3 273 218 € |
| Total | 63 204 306 € | 6 023 521 € | 63 204 306 € | 6 023 521 € |

d) Detalhe da carteira de créditos reestruturados por medida de reestruturação aplicada.

| Medida | Exposição 31/12/2015 | | | | | | | | |
|-------------------------|------------------------|--------------------|------------------|--------------------------|--------------------|------------------|---------------------|--------------------|------------------|
| | Crédito em cumprimento | | | Crédito em incumprimento | | | Total | | |
| | Número de Operações | Exposição | Imparidade | Número de Operações | Exposição | Imparidade | Número de Operações | Exposição | Imparidade |
| Extensão de prazo | 123 | € 3 786 558 | € 67 033 | 10 | € 493 068 | € 233 829 | 133 | € 4 279 626 | € 300 862 |
| Período de carência | 57 | € 2 155 693 | € 38 162 | 15 | € 515 669 | € 244 547 | 72 | € 2 671 362 | € 282 709 |
| Redução de taxa de juro | 2 | € 396 871 | € 7 026 | 0 | € - | € - | 2 | € 396 871 | € 7 026 |
| Outros | 40 | € 705 597 | € 12 491 | 5 | € 95 669 | € 45 370 | 45 | € 801 266 | € 57 861 |
| Total | 222 | € 7 044 718 | € 124 712 | 30 | € 1 104 406 | € 523 746 | 252 | € 8 149 124 | € 648 458 |

| Medida | Exposição 31/12/2014 | | | | | | | | |
|-------------------------|------------------------|--------------------|------------------|--------------------------|------------------|------------------|---------------------|--------------------|------------------|
| | Crédito em cumprimento | | | Crédito em incumprimento | | | Total | | |
| | Número de Operações | Exposição | Imparidade | Número de Operações | Exposição | Imparidade | Número de Operações | Exposição | Imparidade |
| Extensão de prazo | 128 | € 4 383 120 | € 73 520 | 14 | € 432 655 | € 194 954 | 142 | € 4 815 775 | € 268 475 |
| Período de carência | 60 | € 2 393 992 | € 40 248 | 11 | € 286 086 | € 128 910 | 71 | € 2 680 078 | € 169 158 |
| Redução de taxa de juro | 0 | € - | € - | 0 | € - | € - | 0 | € - | € - |
| Outros | 47 | € 841 433 | € 14 146 | 5 | € 95 669 | € 43 109 | 52 | € 937 102 | € 57 255 |
| Total | 235 | € 7 618 544 | € 127 914 | 30 | € 814 410 | € 366 973 | 265 | € 8 432 955 | € 494 887 |

e) Movimentos de entradas e saídas na carteira de crédito reestruturado

| | 31/12/2014 | 31/12/2015 |
|---|--------------------|--------------------|
| Saldo inicial da carteira de reestruturados (bruto de imparidade) 01-01-2014 | € 8 975 147 | € 8 432 955 |
| Créditos reestruturados no período | € 321 497 | € 525 917 |
| Juros corridos da carteira reestruturada | € 33 718 | € 41 063 |
| Liquidação de créditos reestruturados (parcial ou total) | -€ 419 916 | -€ 398 112 |
| Amortização do plano | -€ 477 492 | -€ 452 698 |
| Créditos reclassificados de "reestruturado" para "normal" | € - | € - |
| Outros | € - | € - |
| Saldo final da carteira de reestruturados (bruto de imparidade) 31-12-2014 | € 8 432 955 | € 8 149 124 |

f) Detalhe do justo valor dos colaterais subjacentes à carteira de crédito, nomeadamente dos segmentos de Corporate, Construção e Commercial Real Estate (CRE) e Habitação.

| Finalidades | 31/12/2015 Segmento Carteira de Retalho | | | | | | | |
|--------------------|---|--------------------|--------------------------|----------------|---------------------|---------------------|--------------------------|------------|
| | Construção e CRE | | | | Habitação | | | |
| | Imóveis | | Outros Colaterais Reais* | | Imóveis | | Outros Colaterais Reais* | |
| Justo Valor | Número de Operações | Montante | Número de Operações | Montante | Número de Operações | Montante | Número de Operações | Montante |
| < 0,5 M€ | 18 | € 2 759 656 | 2 | € 9 000 | 395 | € 46 171 076 | | |
| >= 0,5 M€ e < 1 M€ | 2 | € 1 412 703 | | | 1 | € 612 000 | | |
| >= 1 M€ e < 5 M€ | 1 | € 1 182 296 | | | | | | |
| >= 5 M€ e < 10 M€ | | | | | | | | |
| >= 10 M€ e < 20 M€ | | | | | | | | |
| >= 20 M€ e < 50 M€ | | | | | | | | |
| >= 50 M€ | | | | | | | | |
| Total | 21 | € 5 354 656 | 2 | € 9 000 | 396 | € 46 783 076 | 0 | € - |

* Exemplo: Ações, obrigações, depósitos, bens materiais
(Para efeitos de preenchimento deste quadro, considerar o PVT como justo valor)

| 31/12/2014 | | Segmento Carteira de Retalho | | | | | | | |
|--------------------|---------------------|------------------------------|---------------------|--------------------------|---------------------|---------------------|---------------------|--------------------------|--|
| Finalidades | | Construção e CRE | | | | Habitação | | | |
| | | Imóveis | | Outros Colaterais Reais* | | Imóveis | | Outros Colaterais Reais* | |
| Justo Valor | Número de Operações | Montante | Número de Operações | Montante | Número de Operações | Montante | Número de Operações | Montante | |
| < 0.5 M€ | 51 | € 2 850 082 | 2 | € 9 000 | 240 | € 16 406 027 | | | |
| >= 0.5 M€ e < 1 M€ | 2 | € 750 000 | | | 2 | € 230 814 | | | |
| >= 1 M€ e < 5 M€ | 13 | € 2 079 250 | | | | | | | |
| >= 5 M€ e < 10 M€ | | | | | | | | | |
| >= 10 M€ e < 20 M€ | | | | | | | | | |
| >= 20 M€ e < 50 M€ | | | | | | | | | |
| >= 50 M€ | | | | | | | | | |
| Total | 66 | € 5 679 332 | 2 | € 9 000 | 242 | € 16 636 841 | 0 | € - | |

* Exemplo: Acções, obrigações, depósitos, bens materiais

(Para efeitos de preenchimento deste quadro, considerar o PVT como justo valor)

g) Rácio LTV dos segmentos de Corporate, Construção, CRE e Habitação.

| | | Exposição 31/12/2014 | | | |
|----------------------------|-------------------|------------------------|--------------------------|-------------|--|
| Segmento / Rácio | Número de imóveis | Crédito em cumprimento | Crédito em incumprimento | Imparidade | |
| Carteira de Retalho | | | | | |
| Finalidades : | | | | | |
| Empresas | | | | | |
| Sem colateral associado | n.a | € 2 915 147 | € 445 007 | € 273 232 | |
| < 60% | 19 | € 1 086 256 | € 1 718 366 | € 721 083 | |
| >= 60% e < 80% | 12 | € 751 157 | € - | € 158 613 | |
| >= 80% e < 100% | 16 | € 914 218 | € - | € 15 370 | |
| >= 100% | 118 | € 5 488 471 | € 342 451 | € 427 163 | |
| Construção e CRE | | | | | |
| Sem colateral associado | n.a | € 207 045 | € 51 717 | € 26 817 | |
| < 60% | 3 | € 260 000 | € - | € 117 156 | |
| >= 60% e < 80% | 2 | € 704 409 | € - | € 132 302 | |
| >= 80% e < 100% | 5 | € 79 590 | € 142 272 | € 65 446 | |
| >= 100% | 53 | € 3 936 936 | € 633 509 | € 88 755 | |
| Habitação | | | | | |
| Sem colateral associado | n.a | € 41 662 | € 121 206 | € 55 316 | |
| < 60% | 6 | € 574 331 | € - | € 9 656 | |
| >= 60% e < 80% | 8 | € 845 723 | € 268 766 | € 135 324 | |
| >= 80% e < 100% | 28 | € 2 672 311 | € 90 409 | € 245 751 | |
| >= 100% | 200 | € 11 970 742 | € 245 203 | € 311 739 | |
| Consumo | | | | | |
| Sem colateral associado | n.a | € 776 750 | € 79 985 | € 51 001 | |
| Outros | | | | | |
| Sem colateral associado | n.a | € 2 422 680 | € 815 094 | € 428 681 | |
| < 60% | 19 | € 866 244 | € 669 289 | € 516 685 | |
| >= 60% e < 80% | 23 | € 1 111 167 | € 459 955 | € 286 070 | |
| >= 80% e < 100% | 44 | € 2 542 264 | € 65 000 | € 83 858 | |
| >= 100% | 561 | € 15 159 904 | € 1 728 709 | € 1 073 504 | |

| Exposição 31/12/2015 | | | | |
|----------------------------|-------------------|------------------------|--------------------------|-------------|
| Segmento / Rácio | Número de imóveis | Crédito em cumprimento | Crédito em incumprimento | Imparidade |
| Carteira de Retalho | | | | |
| Finalidades : | | | | |
| Empresas | | | | |
| Sem colateral associado | n.a | € 2 293 418 | € 305 503 | € 188 723 |
| < 60% | 1 | € 79 703 | | € 1 411 |
| >= 60% e < 80% | 7 | € 492 332 | € 1 292 746 | € 594 645 |
| >= 80% e < 100% | 5 | € 469 955 | | € 8 320 |
| >= 100% | 127 | € 7 283 448 | € 1 438 462 | € 554 543 |
| Construção e CRE | | | | |
| Sem colateral associado | n.a | € 50 210 | € 90 714 | € 43 908 |
| < 60% | | | | |
| >= 60% e < 80% | 1 | € 355 870 | | € 6 300 |
| >= 80% e < 100% | 1 | € - | € 142 272 | € 67 470 |
| >= 100% | 33 | € 447 068 | € 1 949 807 | € 454 098 |
| Habitação | | | | |
| Sem colateral associado | n.a | € 47 859 | € 124 086 | € 59 693 |
| < 60% | 2 | € 200 029 | | € 3 541 |
| >= 60% e < 80% | 10 | € 913 902 | € 344 117 | € 179 370 |
| >= 80% e < 100% | 26 | € 2 396 704 | € 90 409 | € 137 371 |
| >= 100% | 315 | € 18 514 288 | € 612 044 | € 703 007 |
| Consumo | | | | |
| Sem colateral associado | n.a | € 851 101 | € 72 302 | € 50 596 |
| Outros | | | | |
| Sem colateral associado | n.a | € 2 484 289 | € 837 793 | € 542 342 |
| < 60% | 7 | € 353 616 | € 314 520 | € 155 416 |
| >= 60% e < 80% | 9 | € 205 824 | € 116 465 | € 58 875 |
| >= 80% e < 100% | 28 | € 1 311 062 | € 936 870 | € 703 360 |
| >= 100% | 383 | € 11 469 545 | € 1 904 679 | € 1 064 797 |

h) Detalhe do justo valor e valor líquido contabilístico dos imóveis recebidos em dação ou execução, por tipo de ativo e por antiguidade.

| Ativo | Exposição 31/12/2015 | | | Exposição 31/12/2014 | | |
|-------------------------------------|----------------------|----------------------|----------------------|----------------------|----------------------|----------------------|
| | Número de imóveis | Justo valor do ativo | Valor contabilístico | Número de imóveis | Justo valor do ativo | Valor contabilístico |
| Terreno | | | | | | |
| Urbano | 3 | 408 380 € | 166 458 € | 3 | 413 380 € | 166 458 € |
| Rural | 4 | 153 000 € | 33 474 € | 3 | 83 000 € | 13 474 € |
| Edifícios em desenvolvimento | | | | | | |
| Comerciais | | | | | | |
| Habitação | | | | | | |
| Outros | | | | | | |
| Edifícios construídos | | | | | | |
| Comerciais | 5 | 314 500 € | 265 932 € | 6 | 363 939 € | 315 932 € |
| Habitação | 45 | 5 120 500 € | 3 372 117 € | 47 | 5 505 561 € | 3 675 618 € |
| Outros | 1 | 77 500 € | 43 000 € | | | |
| Outros | 12 | 1 048 800 € | 464 035 € | 14 | 1 180 800 € | 596 035 € |
| Total | 70 | 7 122 680 € | 4 345 016 € | 73 | 7 546 680 € | 4 767 517 € |

| Tempo decorrido desde a dação / execução | < 1 ano | >= 1 ano e < 2,5 anos | >= 2,5 anos e < 5 anos | >= 5 anos | Total |
|--|-----------|-----------------------|------------------------|-----------|--------------------|
| Terreno | | | | | |
| Urbano | | | 66 200 € | 100 258 € | 166 458 € |
| Rural | 20 000 € | | 8 256 € | 5 217 € | 33 473 € |
| Edifícios em desenvolvimento | | | | | |
| Comerciais | | | | | |
| Habitação | | | | | |
| Outros | | | | | |
| Edifícios construídos | | | | | |
| Comerciais | | 165 500 € | 50 432 € | 50 000 € | 265 932 € |
| Habitação | 144 099 € | 2 546 500 € | 482 818 € | 198 700 € | 3 372 117 € |
| Outros | 43 000 € | | | | 43 000 € |
| Outros | | | 127 750 € | 336 285 € | 464 035 € |

(Para efeitos de preenchimento deste quadro considerar o valor líquido contabilístico dos activos)

i) Distribuição da carteira de crédito medida por graus de risco internos.

| 31/12/2015 | Grau de Risco Baixo | | | Grau de Risco Médio | | | Grau de Risco Elevado | | | |
|----------------------------|---------------------|------|-------------|---------------------|--------------|-------------|-----------------------|--------------|-------------|-------------|
| | 10 | 9 | 8 | 7 | 6 | 5 | 4 | 3 | 2 | 1 |
| Carteira de Retalho | | | | | | | | | | |
| Finalidades: | | | | | | | | | | |
| - Empresas | | | € 1 057 225 | € 2 500 365 | € 2 022 907 | € 2 055 461 | € 1 606 889 | € 3 615 216 | € 230 082 | € 567 422 |
| - Construção e CRE | | | € 6 175 | € 571 264 | € 211 909 | € 38 333 | € 142 272 | € 342 242 | € 1 265 003 | € 458 744 |
| - Habitação | | | € 1 837 404 | € 6 444 000 | € 5 252 105 | € 1 735 906 | € 2 460 006 | € 3 010 075 | € 1 878 155 | € 625 788 |
| - Consumo | | | € 80 803 | € 165 939 | € 272 347 | € 86 597 | € 84 181 | € 135 734 | € 58 867 | € 38 936 |
| - Outras | | € 26 | € 1 083 450 | € 3 132 646 | € 2 934 207 | € 1 859 027 | € 2 679 297 | € 5 378 253 | € 2 024 366 | € 843 391 |
| Total | € - | € 26 | € 4 065 057 | € 12 814 213 | € 10 693 474 | € 5 775 323 | € 6 972 646 | € 12 481 520 | € 5 456 473 | € 2 534 281 |

| 31/12/2014 | | | | | | | | | | |
|----------------------------|---------------------|------------------|--------------------|---------------------|--------------------|--------------------|-----------------------|---------------------|--------------------|--------------------|
| Segmento | Grau de Risco Baixo | | | Grau de Risco Médio | | | Grau de Risco Elevado | | | |
| | 10 | 9 | 8 | 7 | 6 | 5 | 4 | 3 | 2 | 1 |
| Carteira de Retalho | | | | | | | | | | |
| Finalidades: | | | | | | | | | | |
| - Empresas | | € - | € 1 303 242 | € 2 558 771 | € 1 216 845 | € 1 384 664 | € 2 337 104 | € 3 247 096 | € 748 030 | € 865 322 |
| - Construção e CRE | | | € 9 000 | € 345 307 | € 481 364 | € 584 390 | € 292 804 | € 3 770 296 | € 218 576 | € 314 103 |
| - Habitação | € 186 474 | € 4 492 | € 1 124 349 | € 6 155 081 | € 4 056 545 | € 1 217 074 | € 532 068 | € 1 704 462 | € 755 272 | € 1 094 536 |
| - Consumo | € 3 362 | € 4 029 | € 48 075 | € 145 032 | € 310 858 | € 125 363 | € 44 142 | € 60 787 | € 62 317 | € 52 771 |
| - Outras | € 11 905 | € 119 191 | € 2 229 802 | € 4 526 712 | € 3 924 403 | € 2 013 848 | € 2 902 191 | € 6 615 358 | € 2 403 015 | € 1 093 881 |
| Total | € 201 741 | € 127 712 | € 4 714 468 | € 13 730 902 | € 9 990 014 | € 5 325 338 | € 6 108 308 | € 15 397 999 | € 4 187 209 | € 3 420 612 |

j) Divulgação dos parâmetros de risco associados ao modelo de imparidade por segmento.

São conformes com o apresentado na alínea n) das divulgações qualitativas.





PARECER DO CONSELHO FISCAL

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

Introdução

Em cumprimento do disposto na Lei e nos Estatutos da Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Maфра, CRL (adiante designada por CCAM ou Instituição), o Conselho Fiscal apresenta o relatório sobre a ação fiscalizadora da CCAM no exercício de 2015 e emite o seu Parecer sobre o Relatório de Gestão, as Demonstrações Financeiras e a proposta de aplicação de resultados do referido exercício.

Responsabilidades

A preparação e apresentação das Demonstrações Financeiras do exercício que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Instituição, o resultado das suas operações, as alterações no capital próprio e os fluxos de caixa, bem como a adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a implementação e manutenção dum sistema de controlo interno no sentido de garantir a eficiente condução da atividade na base da aderência às políticas de gestão em cumprimento da lei, normas e regulamentos, internos e das Autoridades de Supervisão, são da responsabilidade do Conselho de Administração.

Ao Conselho Fiscal incumbe a responsabilidade de examinar os registos contabilísticos das operações bem como as respetivas Demonstrações Financeiras e o Relatório de Gestão, em conformidade com as disposições legais, estatutárias, normativas e regulamentares em vigor, e expressar uma opinião sobre as Demonstrações Financeiras baseada no exame realizado.

Âmbito

No exercício de 2015, e no âmbito do desempenho das nossas atribuições e competências, tomamos conhecimento dos trabalhos desenvolvidos pelos Revisores Oficiais de Contas, acompanhámos a atividade da CCAM através de reuniões de trabalho com o Conselho de Administração e com os serviços, da participação nas reuniões alargadas, da informação regularmente disponibilizada e de outra diretamente solicitada aos serviços, tendo realizado várias reuniões periódicas.

Comprovámos o cumprimento das normas aplicáveis à contabilização das operações, apreciamos a adequacidade das políticas contabilísticas adotadas e a respetiva divulgação e examinámos o Relatório de Gestão (Relatório do Conselho de Administração) e as Demonstrações Financeiras do exercício, que compreendem o Balanço (que evidencia um ativo líquido de 150 387 017 euros e um total de capital de 29 030 640 euros, incluindo um resultado do exercício de 369 668 euros), a Demonstração de Resultados, a Demonstração das Alterações nos Capitais Próprios, a Demonstração do Rendimento Integral, a Demonstração dos Fluxos de Caixa e o correspondente Anexo (Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras).

Ao terminar gostaríamos de expressar o nosso agradecimento pelo excelente, oportuno e continuado apoio que recebemos por parte do Conselho de Administração e dos Serviços.

Parecer

Assim, somos de parecer:

1º Que sejam aprovados o Relatório de Gestão, o Balanço, a Demonstração de Resultados, a Demonstração das Alterações nos Capitais Próprios, a Demonstração do Rendimento Integral, a Demonstração dos Fluxos de Caixa e o Anexo, apresentados pelo Conselho de Administração, relativos ao exercício de 2015.

2º Que seja aprovada a proposta de aplicação de resultados apresentada pelo Conselho de Administração.

Mafra, 18 de março de 2016

O CONSELHO FISCAL

Dr. Mário Jorge Silvestre Neto – Presidente

Dr. Sérgio Nuno Dias Bento - Secretário

Dr. João Miguel Peralta Patrocínio Bento - Vogal





CERTIFICAÇÃO LEGAL DE CONTAS



OLIVEIRA, REIS & ASSOCIADOS, SROC, LDA.

Inscrita sob o n.º 23
Auditor (C.M.V.M.)

FERNANDO MARQUES OLIVEIRA
JOSÉ VIEIRA DOS REIS
CARLOS A. DOMINGUES FERRAZ
JOAQUIM OLIVEIRA DE JESUS
CARLOS MANUEL GRENHA

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

INTRODUÇÃO

1. Examinámos as demonstrações financeiras anexas da *CAIXA DE CRÉDITO AGRÍCOLA MÚTUO DE MAFRA, C.R.L.*, as quais compreendem o Balanço em 31 de dezembro de 2015 (que evidencia um total de 150.387.017 euros e um total de capital próprio de 29.030.640 euros, incluindo um resultado líquido de 369.668 euros), as Demonstrações dos resultados, das alterações no capital próprio, dos fluxos de caixa e do rendimento integral, do exercício findo naquela data e o correspondente Anexo (notas explicativas às demonstrações financeiras).

RESPONSABILIDADES

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da CCAM e o resultado das suas operações, as alterações no capital próprio e os fluxos de caixa, bem como a adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.
3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

ÂMBITO

4. O exame a que procedemos foi efetuado de acordo com as Normas Técnicas e as Diretrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objetivo de obter um grau de segurança aceitável

1/3

SEDE | HEAD OFFICE
Av. da Liberdade, n.º 245 – 8.º A, B e C
1250-143 LISBOA - PORTUGAL
Tel. (+351) 217 271 197
Fax (+351) 217 273 129

Delegação Centro | Center Branch
Av. 22 de Maio, n.º 24 - Escritório 3
2415-396 LEBRIA - PORTUGAL
Tel. (+351) 244 822 175
Fax (+351) 244 822 178

Delegação Norte | North Branch
Via Eng. Edgar Cardoso, n.º 23
Ed. Tower Plaza - Escritório 5E
4400-676 VILA NOVA DE GAIA-PORTUGAL
Tel. (+351) 223 744 485
Fax (+351) 223 744 977

E-mail: geral@orasroc.pt

Web: www.orasroc.pt



sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:

- a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação;
- a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adotadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
- a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e
- a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.

5. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

6. Entendemos que o exame efetuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

OPINIÃO

7. Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, nos aspetos materialmente relevantes, a posição financeira da *CAIXA DE CRÉDITO AGRÍCOLA MÚTUO DE MAFRA, C.R.L.*, em 31 de dezembro de 2015, e o resultado das suas operações, as alterações no capital próprio, os fluxos de caixa e o rendimento integral no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para as instituições de crédito e sociedades financeiras.



OLIVEIRA, REIS & ASSOCIADOS, SROC, LDA.
Inscrita sob o nº 23

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS

8. É também nossa opinião que a informação financeira constante do relatório de gestão é concordante com as demonstrações financeiras do exercício.

Lisboa, 16 de março de 2016

OLIVEIRA, REIS & ASSOCIADOS, SROC, LDA.
Representada por

Joaquim Oliveira de Jesus, ROC nº 1056

Conservatória do Registo Comercial de Lisboa

Nº de Matrícula/NIPC 501266259

Capital Social € 13,400



Sede / Mafra: Telef. 261 811 195 • Fax 261 814 832
e-mail: mafra@ccammafra.pt
Web: www.ccammafra.pt

Azueira – Telef. 261 961 104 • Fax 261 961 394
e-mail: azueira@ccammafra.pt

Encarnação – Telef. 261 855 120 • Fax 261 856 252
e-mail: encarnacao@ccammafra.pt

Póvoa da Galega – Telef. 219 750 042 • Fax 219 750 279
e-mail: povoa.galega@ccammafra.pt

Malveira – Telef. 219 661 597 • Fax 219 661 603
e-mail: malveira@ccammafra.pt

Ericeira - Telef. 261 866 903 • Fax 261 866 905
e-mail: ericeira@ccammafra.pt